



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**A DESVIÂNCIA JUVENIL EM FAMÍLIA: O AUTOCONTROLO
COMO MEDIADOR DA RELAÇÃO ENTRE O FUNCIONAMENTO
FAMILIAR E O COMPORTAMENTO DESVIANTE DOS
ADOLESCENTES.**

HUGO MIGUEL DOS SANTOS GOMES

Orientador de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA-PEREIRA

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA-PEREIRA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOCRIMINOLOGIA

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professora Doutora Maria Gouveia-Pereira, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicocriminologia.

Agradecimentos

Esta tese de dissertação de mestrado marca o culminar de um longo processo, bem como o início de uma nova e tão aguardada fase do meu ciclo vital. Este trabalho não seria possível sem o precioso auxílio de algumas pessoas, a quem deixo aqui os meus sinceros agradecimentos.

Começo por agradecer à Professora Doutora Maria Gouveia-Pereira, pela sua simpatia, pela sua motivação, pela sua enorme disponibilidade em orientar a construção deste trabalho e, como não poderia deixar de ser, por todo o apoio e confiança com que me tem brindado desde o início do nosso trabalho em conjunto.

A todos os professores e funcionários do ISPA que com a sua sabedoria e os seus ensinamentos permitiram a minha chegada a esta fase.

A todos os meus colegas e amigos do ISPA, nomeadamente os membros da turma 3 durante a nossa licenciatura e da turma do mestrado em psicocriminologia, que me acompanharam lado a lado durante todo o curso.

Às professoras, Dr.^a Carolina Amado, Dr.^a Helena Simões, Dr.^a Isilda Medroa, Dr.^a Fátima Nora e Dr.^a Rita Ariosa, aos respectivos estabelecimentos de ensino e seus alunos que permitiram a realização da recolha de dados, sem os quais este trabalho não seria possível.

À minha namorada Joana Mourão, que terá para sempre em mim guardado um lugar especial, por me ter acompanhado durante todo este percurso, por me apoiar nos momentos melhores e, sobretudo, nos mais difíceis, por ter sido minha conselheira e por ser quem me motivou e fez acreditar que era capaz.

A toda a minha família quero agradecer pelo apoio incondicional que me deram e que me permitiu acreditar que podia chegar mais longe. Aos meus avós e ao meu bisavô recentemente falecido mas que me acompanhou ao longo de todo o curso, por serem eles que me motivam a ser uma pessoa melhor.

Por último, quero deixar o meu profundo agradecimento aos meus pais e à minha irmã, em especial, à minha mãe que com o seu árduo trabalho pôs a sua vida em suspenso para que eu pudesse iniciar a minha com uma forte formação académica.

A todos, o meu muito obrigado.

Resumo

À semelhança da generalidade dos modelos teóricos criminológicos actuais, a Teoria Geral do Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990) atribui grande importância ao contexto familiar, particularmente na promoção de autocontrolo nos seus elementos em desenvolvimento, característica aqui considerada como a premissa central da desviância juvenil. No entanto, a forma como a família se relaciona com o comportamento desviante é bastante discutível, se por um lado, autores como Olson (2000) descrevem uma relação curvilínea, outros têm vindo a demonstrar uma relação linear entre a desviância e, por exemplo, níveis mais baixos de coesão familiar (e.g. Minuchin, 1988).

Assim, este trabalho foi realizado com o objectivo de explorar a relação entre o funcionamento familiar e a conduta desviante. Para tal, contámos com uma amostra constituída por 206 alunos de escolas da cidade de Lisboa, com idades compreendidas entre os 12 e 19 anos de idade, que responderam aos instrumentos, Escala de Avaliação da Flexibilidade e Coesão Familiar (FACES IV) (Olson, 2011), Escala de Autocontrolo (Fonseca, 2002a) e Escala de Comportamentos Desviantes (Sanches & Gouveia-Pereira, 2013).

A análise dos resultados demonstrou uma relação linear entre o funcionamento familiar e a desviância juvenil, mais recorrente em relacionamentos familiares com níveis extremamente baixos de coesão familiar e extremamente elevados de flexibilidade familiar. Mas, por outro lado, o funcionamento familiar relacionou-se de forma curvilínea com o autocontrolo. Além disto, pudemos ainda verificar a presença de um modelo de mediação, em que o efeito do funcionamento familiar no comportamento desviante juvenil estava mediado pelo autocontrolo dos jovens. As limitações e implicações deste trabalho são debatidas.

Palavras-chave: Modelo Circumplexo, Coesão Familiar, Flexibilidade Familiar, Autocontrolo, Desviância Juvenil.

Abstract

Similar to the majority of current criminological theoretical models, the General Theory of Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990) grants great importance to the family context, particularly in the promotion of self-control in its developing members, which is considered here as the central premise of juvenile deviance. However, how family is associated with deviant behavior is quite questionable, on the one hand, authors such as Olson (2000) describe a curvilinear relationship, others have demonstrated a linear relationship between deviance and, for example, lower levels of family cohesion (e.g. Minuchin, 1988).

This study aims to explore the relations between family functioning and deviant behavior. Towards this, we relied on a sample of 206 students from schools in the city of Lisbon, aged between 12 and 19 years old, who answered the instruments, Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale (FACES IV) (Olson, 2011), Self-control Scale (Fonseca, 2002a) and Deviant Behavior Scale (Sanches & Gouveia-Pereira, 2013).

The results showed a linear relationship between family functioning and youth deviance, which was most recurrent in family relationships with extremely low levels of family cohesion and extremely high levels of family flexibility. On the other hand, family functioning was related with self-control in a curvilinear fashion. Furthermore, we also check for a mediation model in which the effect of the family functioning on deviant behavior was mediated by juvenile self-control. Limitations and implications of this study are discussed.

Key-words: Circumplex Model, Family Cohesion, Family Flexibility, Self-Control, Juvenile Deviance.

Índice

Introdução.....	1
1. Desviância Juvenil	1
1.1 Definição e caracterização do constructo.....	1
2. Adolescência	3
3. Etiologia do Comportamento Desviante	5
3.1 Etiologia individual.....	5
3.2 Etiologia social.....	6
3.3 Etiologia familiar.....	8
4. Abordagem Sistémica	10
4.1 Definição do sistema familiar.....	10
4.2 Comunicação familiar.....	11
4.3 Estrutura familiar.....	12
4.4 Adaptabilidade familiar.....	14
4.5 Desenvolvimento de sintomas.....	15
5. Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares	16
5.1 Coesão familiar.....	16
5.2 Flexibilidade familiar.....	17
5.3 Comunicação familiar.....	19
5.4 Funcionamento familiar segundo o Modelo Circumplexo.....	20
5.5 Famílias com jovens desviantes.....	22
5.6 Modelo Circumplexo e Teoria Geral do Crime.....	25
6. Objectivos e Hipóteses	26
Método.....	28
1. Amostra	28
2. Instrumentos	29
2.1 Escala de Avaliação da Flexibilidade e Coesão Familiar.....	29
2.1.1 <i>Análise factorial da escala FACES IV</i>	33
2.2 Escala de Autocontrolo.....	34
2.3 Escala de Comportamentos Desviantes.....	35
3. Procedimento.....	36
Resultados	37
1. Operacionalização do Instrumento FACES IV	37

2. Análise Descritiva	38
2.1 Análise Descritiva dos Rácios do Modelo Circumplexo.....	38
2.2 Análise Descritiva da Escala de Autocontrolo e Outras Variáveis em Análise.	40
2.3 Análise Descritiva do Desvio Juvenil.	41
3. Sistema Familiar e Comportamentos Desviantes	42
4. Sistema Familiar e Autocontrolo.....	45
5. Autocontrolo como Variável Mediadora da Relação entre o Funcionamento Familiar e o Comportamento Desviante	48
Discussão	50
1. Funcionamento Familiar e Desviância Juvenil	50
2. Funcionamento Familiar e Autocontrolo	53
3. Funcionamento Familiar, Autocontrolo e Desviância Juvenil	55
4. Limitações	57
5. Considerações finais e propostas para futuros estudos	58
Referências	59
Anexos	69
Anexo A: Estatística Descritiva das Variáveis em Estudo.....	70
Anexo B: Análise das Qualidades Psicométricas dos Instrumentos em Estudo.	71
Anexo C: Análise Factorial dos Instrumentos em Estudo.....	72
Anexo D: Testes à Normalidade das Distribuições e à Homogeneidade das Variâncias.....	74
Anexo E: Autorização dos encarregados de Educação.	78
Anexo F: Folha de rosto do Questionário Preenchido pelos Participantes.	79
Anexo G: Estatística Descritiva dos Rácios do Modelo Circumplexo.....	80
Anexo H: Estatística Descritiva da Escala de Autocontrolo.	84
Anexo I: Estatística Descritiva da Escala de Comportamentos Desviantes.....	85
Anexo J: Análise Estatística Referente ao Teste da Relação entre o Funcionamento Familiar e o Comportamento Desviante.....	87
Anexo K: Análise Estatística Referente ao Teste da Relação entre o Funcionamento Familiar e o Autocontrolo.	92
Anexo L: Análise Estatística Referente ao Teste do Modelo de Mediação.	94

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa Conjugal e Familiar	21
Figura 2: Fórmulas para Obtenção dos Rácios do Modelo Circumplexo	38
Figura 3: Gráfico da Frequências dos Comportamentos Desviantes Segundo a Idade dos Participantes	41
Figura 4: Gráfico de Frequências do Autocontrolo e dos Comportamentos Desviantes Segundo o Género dos Participantes	42
Figura 5: Gráfico de Frequências do Comportamento Desviante Segundo os Quartis do Rácio do Funcionamento Familiar	44
Figura 6: Gráfico de Frequências do Autocontrolo Segundo os Quartis do Rácio do Funcionamento Familiar	46
Figura 7: Gráfico de Frequências do Autocontrolo Segundo os Quartis das Escalas de Coesão e Flexibilidade Familiar Desequilibradas	47
Figura 8: Modelo de Mediação	49

Lista de Tabelas

Tabela 1: Distribuição da Amostra segundo Idade e Género	28
Tabela 2: Frequências dos Anos de Escolaridade por Género	29
Tabela 3: Correspondência dos Itens a Cada Subescala do FACES IV	30
Tabela 4: Análise de Fidelidade das Subescalas do Instrumento FACES IV	31
Tabela 5: Análise das Correlações entre as Subescalas do FACES IV	32
Tabela 6: Análise Factorial da Escala FACES IV com o Método Rotação Varimax, de Acordo com o Modelo de Olson (2011)	33
Tabela 7: Análise das Correlações de Pearson entre os Rácios do Modelo Circumplexo	39
Tabela 8: Estatística de Frequências dos Rácios do Modelo Circumplexo	39
Tabela A1: Estatística de Frequências da Variável Escolas	70
Tabela A2: Estatística de Frequências da Variável Nacionalidades	70
Tabela B1: Análise Descritiva das Subescalas do Instrumento FACES IV	71
Tabela B2: Estatística Descritiva da Escala de Autocontrolo	71
Tabela B3: Estatística Descritiva da Escala de Comportamentos Desviantes	71
Tabela C1: Teste de Validade da Análise Factorial (KMO) para a Escala FACES IV	72
Tabela C2: Análise Factorial e Variância Explicada	72
Tabela C3: Teste de Validade da Análise Factorial (KMO) para a Escala de Autocontrolo ..	73
Tabela C4: Teste de Validade da Análise Factorial (KMO) para a Escala de Comportamentos Desviantes	73
Tabela D1: Teste à Normalidade da Distribuição para as Escalas do FACES IV	74
Tabela D2: Teste à Normalidade para os Rácios do Modelo Circumplexo	74
Tabela D3: Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias dos Rácio do Modelo Circumplexo segundo o Género	75
Tabela D4: Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias do Rácio do Funcionamento Familiar segundo o Presença de Irmãos	75
Tabela D5: Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias do Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Posição na Fratria	75
Tabela D6: Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias do Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Situação Conjugal	76
Tabela D7: Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias do Autocontrolo segundo o Género dos Participantes	76

Tabela D8: Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias do Comportamento Desviante segundo o Género dos Participantes	76
Tabela D9: Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias dos Quartis do Funcionamento Familiar	77
Tabela D10: Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias do Autocontrolo Segundo os Quartis do Funcionamento Familiar	77
Tabela G1: Estatística Descritiva dos Rácios do Modelo Circumplexo	80
Tabela G2: Análise da Correlação de Pearson entre o Rácio do Funcionamento Familiar e Comunicação Familiar	80
Tabela G3: Análise das Correlações entre os Rácios do Modelo Circumplexo e a Idade dos Participantes	80
Tabela G4: Estatística Descritiva dos Rácios do Modelo Circumplexo segundo o Género.....	81
Tabela G5: Teste t-Student para as diferenças dos Rácio do Modelo Circumplexo segundo o Género	81
Tabela G6: Estatística Descritiva do Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Existência de irmãos	82
Tabela G7: Teste t-Student para as Diferenças do Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Existência de Irmãos	82
Tabela G8: Estatística Descritiva do Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Variável Posição na Fratria	82
Tabela G9: ANOVA One-way para o Rácio do Funcionamento Familiar Segundo a Posição na Fratria	83
Tabela G10: Estatística Descritiva do Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Situação Conjugal	83
Tabela G11: Teste t-Student para as diferenças de Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Situação Conjugal	83
Tabela H1: Análise da Correlação entre o Autocontrolo e Idade dos Participantes	84
Tabela H2: Estatística Descritiva do Autocontrolo Segundo o Género	84
Tabela H3: Teste t-Student para as Diferenças de Autocontrolo segundo o Género dos Participantes	84
Tabela I1: Estatística Descritiva da Escala de Comportamentos Desviantes	85
Tabela I2: Análise das Correlações de Pearson entre o Comportamento Desviantes e Idade dos Participantes	85

Tabela I3: Análise Descritiva do Comportamento Desviante pela Idade dos Participantes.....	85
Tabela I4: Estatística Descritiva do Comportamento Desviante Segundo o Género	86
Tabela I5: Teste de Wilcoxon-Mann-Whitney para as diferenças do Comportamento Desviante Segundo o Género	86
Tabela I6: Análise das Correlações de Pearson entre o Autocontrolo e o Comportamento Desviante	86
Tabela J1: Estatística de Frequências da Dicotomização do Rácio de Funcionamento Familiar.....	87
Tabela J2: Análise das Correlações de Pearson entre o Rácio de Funcionamento Familiar e o Comportamento Desviante	87
Tabela J3: Análise das Correlações de Pearson entre o Comportamento Desviante e os Rácios de Coesão e Flexibilidade Familiar	87
Tabela J4: Distribuição Quartílica do Rácio de Funcionamento Familiar	88
Tabela J5: Estatística de Frequências do Comportamento Desviante segundo os Quartis do Rácio de Funcionamento Familiar	88
Tabela J6: Teste ANOVA One-way para as Diferenças das Médias de Comportamento Desviante entre os Quartis do Rácio do Funcionamento Familiar	88
Tabela J7: Teste Post Hoc de Tukey para as Diferenças do Comportamento Desviante entre os Grupos de Quartis do Rácio do Funcionamento Familiar.....	89
Tabela J8: Distribuição Quartílica das Subescalas Desequilibradas do FACES IV	89
Tabela J9: Estatística de Frequências para os Quartis das Subescalas de Coesão e Flexibilidade Desequilibradas	90
Tabela J10: Análise das Correlações de Pearson entre o Comportamento Desviante e as Subescalas de Coesão Familiar Desequilibradas	90
Tabela J11: Análise das Correlações de Pearson entre o Comportamento Desviante e as Subescalas de Flexibilidade Familiar Desequilibradas	91
Tabela K1: Análise das Correlações de Pearson entre o Rácio de Funcionamento Familiar e o Autocontrolo	92
Tabela K2: Estatística Descritiva do Autocontrolo segundo os Quartis do Rácio de Funcionamento Familiar	92
Tabela K3: Teste de Kruskal-Wallis para as Diferenças do Autocontrolo Segundo os Quartis do Funcionamento Familiar	92

Tabela K4: Teste Post Hoc LSD de Fisher para as Diferenças do Autocontrolo entre os Grupos de Quartis do Rácio do Funcionamento Familiar	93
Tabela K5: Teste de Correlação de Pearson para a Associação entre o Autocontrolo e os Quartis das Subescalas de Coesão Desagregada e Aglutinada	93
Tabela K6: Teste de Correlação de Pearson para a Associação entre o Autocontrolo e os Quartis das Subescalas de Flexibilidade Rígida e Caótica	93
Tabela L1: Sumário do Modelo de Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar e o Autocontrolo	94
Tabela L2: ANOVA da Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar e o Autocontrolo	94
Tabela L3: Coeficientes da Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar e o Autocontrolo	94
Tabela L4: Sumário do Modelo de Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar e o Comportamento Desviante	95
Tabela L5: ANOVA da Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar e o Comportamento Desviante	95
Tabela L6: Coeficientes da Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar e o Comportamento Desviante	95
Tabela L7: Sumário do Modelo de Regressão Linear entre o Autocontrolo e o Comportamento Desviante	95
Tabela L8: ANOVA da Regressão Linear entre o Autocontrolo e o Comportamento Desviante Juvenil	96
Tabela L9: Coeficientes da Regressão Linear entre o Autocontrolo e o Comportamento Desviante	96
Tabela L10: Output das Correlações do Modelo de Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar, Autocontrolo e o Comportamento Desviante	96
Tabela L11: Sumário do Modelo de Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar, Autocontrolo e o Comportamento Desviante	97
Tabela L12: ANOVA da Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar, Autocontrolo e o Comportamento Desviante	97
Tabela L13: Coeficientes de Regressão Stepwise entre o Rácio do Funcionamento Familiar, Autocontrolo e o Comportamento Desviante	97
Tabela L14: Variáveis Excluídas da Regressão <i>Stepwise</i> entre o Rácio do Funcionamento Familiar, Autocontrolo e o Comportamento Desviante	97

Introdução

“Sempre e em toda a parte existiram homens que se conduziam de modo a incorrer na repressão penal” (Durkheim, 2001, p.95). Ao considerarmos esta afirmação compreendemos o porquê das sociedades se terem interessado em estudar o comportamento criminoso, tentando revelar que características estarão na sua origem. A par do estudo de outros factores individuais e sociais no comportamento delinquente, desenvolveu-se a abordagem que tenta compreender as características familiares que lhes estão subjacentes. Desde então, a importância do contexto familiar tem sido considerada nos mais diversos modelos criminológicos, como é o caso da *Teoria Geral do Crime* (Gottfredson & Hirschi, 1990) onde se fixa taxativamente a principal causa da conduta delinquente na falta de autocontrolo, legando à família, mais especificamente às práticas educativas parentais, a função de promover capacidades de autocontrolo nos seus filhos.

A progressiva compreensão da importância do contexto familiar no comportamento desviante dos seus membros conduziu os autores interessados nesta temática (e.g. Ausloos, 1977; Le Blanc & Janosz, 2002), a considerarem modelos cada vez mais complexos e integradores, como é o caso do *Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares* (Olson, 2000), onde são consideradas algumas dimensões essenciais ao funcionamento familiar, ou seja, a coesão, flexibilidade e comunicação familiar. Desta forma, neste trabalho propomo-nos explorar a relação entre o funcionamento familiar, tal como é concebido pelo Modelo Circumplexo, as capacidades de autocontrolo e a conduta desviante dos jovens, esperando assim deitar alguma luz sobre a forma como as características do contexto familiar se relacionam com a desviância juvenil.

1. Desviância Juvenil

1.1 Definição e caracterização do constructo.

Desde muito cedo, múltiplos foram os autores que se debruçaram sobre a temática do comportamento desviante e criminoso, sendo conduzidos inevitavelmente ao levantamento das suas causas, questão que atingiu o seu expoente máximo com os trabalhos positivistas de Lombroso (e.g. Lombroso & Ferrero, 2003). Através de conceitos como *atavismo* e *degenerescência* esta linha de investigação criminológica, que ficou conhecida como Escola Positivista, estabeleceu um campo teórico que se pensava ser capaz de perceber as razões do

comportamento criminoso, bem como as características fenotípicas que identificassem o criminoso nato (Granieri & Fazio, 2011).

Desde então, várias correntes tentaram perceber o desenvolvimento da conduta desviante, fazendo deste um objecto de estudo por excelência e, talvez por este facto, a sua própria definição possa levantar alguns problemas. Na literatura criminológica os constructos divergem, os trabalhos realizados pelos autores clássicos, por exemplo, referem-se essencialmente ao termo *crime*, frequentemente definido como algo negativo, malévolo ou sinistro (Kuhn & Agra, 2010). Mais recentemente surgem conceitos como *comportamento anti-social* que trata, essencialmente, de diversas actividades associadas a transgressões de normas ou expectativas sociais de diferente gravidade e persistência ao longo do tempo, ou *perturbação do comportamento* que compreende tipos particulares de comportamentos anti-sociais, na medida em que têm significância clínica (Negreiros, 2001).

Nesta tese, o termo *desviância* é entendido como o conjunto de comportamentos que violam as normas e expectativas sociais, não estando implicadas, necessariamente, quaisquer leis penais (Sanches & Gouveia-Pereira, 2010), pelo que a definição de comportamentos desviantes é indissociável do quadro de referências morais, partilhadas por um determinado grupo social (Emler & Reicher, 1995). Desta forma, o comportamento desviante pode ser definido em contraposição com o termo *delinquência*, comumente entendido como todo e qualquer comportamento que viola uma norma legal (Hirschi, 2002), fazendo do primeiro um constructo mais amplo e abrangente.

Não obstante a consistência desta definição de desviância nos diversos trabalhos, podem-lhe ser apontadas algumas limitações, tais como o facto de a prática de um comportamento desviante isolado não ser suficiente para declarar o seu actor como desviante ou delinquente (Hirschi, 2002). É na resposta a esta consideração que se pôde estabelecer a diferenciação entre delinquência ocasional e delinquência crónica (Born, 2005), ou ainda a distinção entre delinquência limitada à adolescência e delinquência de carreira (Moffitt, 2006).

Assim, percebemos a impossibilidade de dissociar o fenómeno comportamento desviante de adolescência, pois, como os contínuos estudos puderam demonstrar, a entrada na adolescência impõe uma clara descontinuidade face à infância, sobretudo cerca dos 11-12 anos de idade, sendo marcada por um acentuado aumento na prática de comportamentos desviantes e que, mais tarde, a entrada na idade adulta é habitualmente acompanhada pelo abandono desta actividade delituosa, que se dá gradualmente após cerca dos 16 anos de idade, formando um campo de estudos designado por desviância juvenil (Emler & Reicher, 1995).

2. Adolescência

Como afirmava Ausloos (1977) “Falar de delinquência na adolescência, é acima de tudo falar de adolescência!” (p. 80), uma relação que pode ser encontrada já no código de Hamurabi, no antigo reino da Babilónia, cerca de 2200 anos a.C., onde estavam descritas punições específicas para o mau comportamento dos jovens (Sprinthall & Collins, 2003).

Segundo Emler e Reicher (1995) a transição para a idade adulta, que corresponde à acomodação das ideias e relações sociais estabelecidas anteriormente, foi desde sempre significado de potencial ruptura dos valores sociais por parte dos jovens, o que foi considerado seriamente na Europa, onde as instituições responsáveis viam este facto como um potencial promotor de crise social, razão pela qual a supervisão institucional foi considerada uma necessidade urgente. Autores como Durkheim (1973) consideram inclusivamente que foi por esta razão que nasceu o movimento da educação pública, com o objectivo de criar uma civilização hierarquizada, legitimada por todos, onde a força trabalhadora toma o seu lugar abaixo da burguesia, não os colocando em risco.

Antes de mais, ao percebermos, como lembra Sampaio (2006), que o termo adolescência tem origem na palavra latina *adolescere* que significa crescer, podemos compreender este período vital como a transição do estado de criança à condição de adulto (Gammer & Cabié, 1999). A entrada neste período pode ser facilmente estabelecida em paralelo com o aparecimento dos acontecimentos biológicos que caracterizam a puberdade, no entanto, o final da adolescência é mais difícil de determinar, mas é usualmente associado à conclusão da aquisição de valores e de formação de identidade que caracterizam a idade adulta (Sampaio, 1994; Gammer & Cabié, 1999). Podemos considerar então que a adolescência está compreendida entre os 11/12 e os 17/18 anos de idade (Gouveia-Pereira, 2008).

O termo adolescência, embora muito comum no discurso dos nossos dias, é relativamente recente. Dizem-nos Gammer e Cabié (1999) que os historiadores dedicados ao estudo desta temática concordam em estabelecer a origem do termo no século XIX, a par da revolução industrial. Até aqui a família era entendida como uma unidade produtiva em que adultos e crianças participavam igualmente desta produção. Os jovens adultos, necessitados de dinheiro, não podiam prolongar os seus estudos, se é que chegavam a iniciá-los, sendo desta forma forçados ao estatuto de adulto (Sampaio, 2006).

A deslocação massiva das famílias para as cidades, que sucedeu a industrialização, tornou premente a mão-de-obra qualificada e, como tal, a educação generalizada. Assim, o

trabalho de menores foi proibido e a escola tornou-se obrigatória, forçando os jovens a se manterem ligados à família e a entrarem mais tarde no mercado de trabalho. Estas mudanças criaram uma descontinuidade entre infância e idade adulta, constituindo aquilo a que chamamos hoje de adolescência (Gammer & Cabié, 1999; Sampaio, 2006).

Muitos autores se interessaram por estudar este ciclo de vida tão rico, como foi o caso de Freud (1996) que descrevia este período pela influência dos mecanismos psíquicos que vêm lidar com o ressurgir do conflito edipiano, apaziguado durante a fase de latência, colocando em evidência a relação entre as experiências vividas na infância e a construção da personalidade. Por outro lado, Erikson (1972) via na adolescência uma crise centrada no conflito de identidade, isto é, o adolescente assume uma diversidade de papéis por forma a resolver este conflito, só atingindo a maturidade e uma identidade estável aquando da entrada na idade adulta (Sampaio, 2006). Em Portugal, Matos (2002) retoma a ideia de conflito, centrando, por sua vez, a consolidação da identidade na oscilação entre o investimento no objecto relacional e o investimento narcísico, característico da infância, indo ao encontro, cada vez mais, dos objectivos sociais que caracterizam a idade adulta.

Contrariando estas tendências de estudar a adolescência através de amostras clínicas, os trabalhos desenvolvidos após os anos 80 tomaram em linha de conta adolescentes em outros contextos. Através destes trabalhos, a adolescência deixa de ser entendida como um período de resolução de um conflito interno, em que os seus comportamentos são, na totalidade, decididos pelo contexto familiar ou escolar, sendo concedido ao adolescente um papel activo. Por outro lado, embora se possam encontrar alguns traços comuns, a heterogeneidade dos comportamentos dos adolescentes é a regra, ficando demonstrado que, em muitos casos, a adolescência é vivida sem conflitualidade grave (Sampaio, 2006).

No entanto, não podemos negar que neste período o adolescente tem muitas e importantes tarefas a realizar, efectuando-se desenvolvimentos biológicos, psicológicos e sociais. Assim, o adolescente tem que enfrentar as expectativas sociais que com o seu crescimento se tornam bastante diferentes, o que pode originar conflitos entre ele e os adultos significativos (Gouveia-Pereira, 2008). Deste modo, discutir o tema da adolescência é, necessariamente, compreender que não se trata somente de um período de mudança centrado no adolescente, mas em toda a dinâmica familiar (Sampaio, 1994). Os elementos da família, tal como o próprio sistema familiar, encontram-se num constante processo de evolução em que as suas necessidades se vão modificando em função dos estádios de desenvolvimento em que se encontram. Por esta razão, os pais precisam de se reinventar aquando da adolescência

dos seus filhos, delimitar novas fronteiras, permitir que estes saiam e voltem para o sistema familiar (Gammer & Cabié, 1999; Sampaio, 2006).

3. Etiologia do Comportamento Desviante

O “primeiro passo para aceder à compreensão de um fenómeno é tentar descobrir qual ou quais são as suas causas” (Gonçalves, 2008, p. 31). Foi assim que múltiplos autores, das mais diversas linhas de pensamento e investigação, tentaram compreender o fenómeno da criminalidade. Face ao elevado número de trabalhos que foram realizados com este objectivo, Webber (1997) propôs uma etiologia tripartida do comportamento desviante, ou seja, o estudo de factores individuais, sociais e familiares.

3.1 Etiologia individual.

Desde logo, os autores tentaram compreender a existência de características biológicas que explicassem o percurso desviante de alguns indivíduos, referimo-nos à abordagem biológica que, a par da sociológica, foi um dos precursores do estudo do comportamento criminoso. Como vimos, esta abordagem culminou com os trabalhos de Lombroso (e.g. Lombroso & Ferrero, 2003), adaptando os conhecimentos da frenologia e antropometria para construir um perfil do criminoso nato. No entanto, o estudo da conduta desviante nesta abordagem biológica continua actual, tendo inclusivamente recebido, nos últimos anos, uma atenção crescente, desenvolvendo-se uma larga bateria de trabalhos (Tehrani & Mednick, 2002).

Dos trabalhos realizados nesta abordagem podemos salientar, por exemplo, estudos focados em características cromossómicas, onde se revelou a relação entre a presença de um cromossoma Y extraordinário, presente na síndrome XYY, e a prática de comportamentos ilícitos (Stochholm, Bojesen, Jensen, Juul & Gravholt, 2012), ou ainda estudos que puderam perceber a forte concordância da conduta desviante de irmãos gémeos monozigóticos que partilham o mesmo património genético (e.g. Rowe & Osgood, 1984). Por outro lado, estudos de causas orgânicas verificaram, por exemplo, a relação entre a baixa actividade electrodérmica do sistema nervoso autónomo e psicopatia, uma perturbação da personalidade estritamente relacionada com a prática de crimes (Hare & Quinn, 1971).

No entanto, coube aos autores da abordagem psicológica o estudo das características individuais do funcionamento psicológico fortemente relacionadas com a permanente transgressão à norma, onde a procura da *personalidade criminal* gerou um vasto campo de estudo. De destacar, os trabalhos de Schneider (1980) que introduziu o termo *personalidades*

psicopáticas e Pinatel (1987) que sistematizou o conceito de personalidade criminal, descrevendo-a num registo de hipertrofia dos traços nucleares da personalidade, entre os quais, o egocentrismo, a labilidade, a agressividade e a indiferença afectiva. A este trabalho seguiram-se múltiplas concepções da personalidade criminal, desde o modelo tridimensional de Eysenck (1990) até ao modelo dos cinco factores (MacCrae & Costa, 2008).

Numa lógica relativamente diferente, os autores da escola americana foram levados a considerar as capacidades de adaptação do ego e as suas relações com a prática de crimes (Casoni & Brunet, 2003). No entanto, através dos trabalhos de Kernberg (e.g. 1994; 1995) o enfoque no ego esbate-se, passando a focalizar-se mais seriamente as funções do superego. Desta forma, foi possível distinguir uma dicotomia entre os afectos experienciados no desenvolvimento do sujeito que resultam em pulsões diferentes, ou seja, amor e ódio, resultantes de relações positivas ou negativas, tornam-se estruturas intrapsíquicas estáveis, consolidando-se em líbido e agressão, respectivamente. Por sua vez, líbido e agressão tornam-se sistemas motivacionais que podem estar na origem do comportamento criminoso (Kernberg, 1995).

3.2 Etiologia social.

Da multiplicidade de autores que se dedicam à compreensão das causas sociais destacam-se estudos acerca de vários aspectos da vida social dos indivíduos, tal como o ambiente escolar, onde se verificou a associação entre o insucesso escolar (e.g. Newcomb et al., 2002) ou mesmo de factores ligados à legitimação das autoridades institucionais (e.g. Gouveia-Pereira, 2008) e a conduta desviante dos jovens. Por outro lado, vários autores puderam fixar a pertença a grupos de pares desviantes como um dos principais factores de risco para o desenvolvimento de práticas ilícitas (e.g. Brook, Brook, Gordon, Whiteman, & Cohen, 1990; Hawkins, Catalano & Miller, 1992; Dishion, Patterson, Stoolmiller & Skinner, 1991; Dishion, 2000).

Numa perspectiva distinta dos factores sociais, Durkheim (1995) apresenta o conceito de anomia, que designa a ausência de adesão aos valores sociais, uma carência de solidariedade particularmente presente entre os membros das sociedades modernas. Merton (1968), que recupera estas ideias, coloca em evidência a relação entre a perda de densidade moral nas grandes cidades industriais e o surgimento das chamadas *patologias sociais*, onde se inclui, por exemplo, o suicídio e a desviância. Mais ainda, a relação entre a urbanização e delinquência pôde ser encontrada mesmo num dos mais antigos trabalhos sociológicos sobre a criminalidade, ainda na primeira metade do século XIX (Quetelet, 2003), mantendo-se um

tema actual, sendo mais recentemente explicada pelas desigualdades sociais a que estão sujeitos, tais como baixos salários ou desemprego (e.g. Sampson & Laub, 1994).

Numa das principais abordagens sociais ao comportamento desviante, Hirschi (2002) desenvolveu a *Teoria do Controlo Social*, onde explica que qualquer sujeito é livre de cometer crimes, embora a maioria da população opte por não o fazer em razão do laço que estabelece com a sociedade. Assim, para que um sujeito infrinja as normas sociais tem, antes de mais, que se tornar ele próprio uma “vítima” de falta de vínculo social. Quanto a este laço social, Hirschi (2002) refere quatro componentes essenciais: *vínculo*, *empenhamento*, *investimento* e *crenças*. Vínculo refere-se ao laço estabelecido entre o sujeito e pessoas ou instituições convencionais (e.g. pais, professores, escolas ou actividades desportivas), onde o sujeito integra as suas normas e desenvolve o seu superego. Em segundo lugar, considera-se que os sujeitos vão acumulando interesses ao longo das suas vidas, tais como reputação, carreira, entre outros, que forçam a realização de um cálculo entre vantagens e desvantagens antes de delinquir. O terceiro aspecto prende-se com o investimento, ou seja, a quantidade de tempo e de energia que são investidos nos interesses ou objectivos convencionais, um aspecto que explica como um sujeito pode, tão simplesmente, não incorrer na prática de actos desviantes por falta de oportunidades. Por último, a crença nas regras sociais revela-se um factor determinante, na medida em que um indivíduo está tanto mais susceptível à desviância quanto menos crédito conceder a estes valores.

Concluindo, segundo a Teoria do Controlo Social (Hirschi, 2002) o vínculo social desenvolve-se progressivamente ao longo do processo de socialização dos indivíduos, que se inicia dentro da família e, de seguida, é constantemente reforçado pela sociedade para que o sujeito se conforme às suas regras, descrevendo o comportamento desviante como resultado do fraco laço social. Contudo, esta teoria é consideravelmente alterada na nova concepção do comportamento desviante apresentada por Gottfredson e Hirschi (1990) que, além dos factores sociais derivados da formulação anterior, eleva factores individuais e familiares, fazendo jus à denominação *Teoria Geral do Crime*.

Esta nova teorização tem como conceito central o autocontrolo, concluindo que os comportamentos desviantes, mais ou menos graves, são manifestações da falta de autocontrolo dos seus actores. A relação entre o comportamento desviante e a falta de autocontrolo tem sido repetidamente demonstrada (e.g. Fonseca, 2002a; Fonseca & Simões, 2002; Vazsonyi & Huang, 2010), mostrando inclusivamente ser uma característica determinante na formação de grupos de jovens desviantes (e.g. Longshore, Chang, & Messina, 2005; Young, 2011). Não obstante, Gottfredson e Hirschi (1990) afirmam como a

falta de autocontrolo não implica forçosamente a prática de comportamentos desviantes, pois sujeitos com níveis muito baixos de autocontrolo podem nunca chegar a delinquir, apenas por não lhes ter sido apresentada qualquer oportunidade para tal (Fonseca & Simões, 2002).

Nesta teorização os comportamentos desviantes são entendidos como fornecedores de gratificação imediata, seja dinheiro sem trabalhar ou sexo sem sedução, são excitantes e arriscados, exigindo poucas competências e recursos cognitivos. Por estas razões os comportamentos desviantes parecem atrair os sujeitos com falta de autocontrolo que tendem a ser autocentrados, insensíveis às necessidades e ao sofrimento dos outros, que tendem a apresentar alta actividade física, baixa tolerância à frustração e a responder fisicamente aos conflitos (Gottfredson & Hirschi, 1990; Hirschi, 2004).

Gottfredson e Hirschi (1990) atribuem uma grande importância aos factores biológicos na origem do baixo autocontrolo, nomeadamente ao baixo Quociente de Inteligência, altos níveis de actividade, força física e procura de novas sensações. No entanto, por si só, estas características não são suficientes para determinar os níveis de autocontrolo das crianças em desenvolvimento. É aqui que estes autores atribuem uma grande importância às instituições socializadoras, principalmente ao contexto familiar, a quem caberia a função de reconhecer as demonstrações de falta de autocontrolo e corrigi-las, chegando mesmo a afirmar que grande parte da função dos pais seria a de suprimir o comportamento impulsivo dos seus filhos. A incapacidade de reconhecer e de responder adequadamente às demonstrações de falta de autocontrolo das crianças permite o desenvolvimento de um jovem com baixo autocontrolo.

3.3 Etiologia familiar.

Em terceiro lugar na divisão de Webber (1997) surge o estudo das características familiares que estão ligadas ao comportamento desviante. A família é um factor comum às abordagens anteriores, pois influencia o comportamento dos seus membros quer pela transmissão de características genéticas, pela apresentação a contextos socialmente desvantajosos ou ainda pela sujeição a práticas educativas disfuncionais (McCord, 2002). Por todas estas razões, de todos os elementos que podem explicar a carreira desviante de um indivíduo, podemos concluir com toda a certeza que a família ocupa um lugar de eleição. O contexto familiar é o primeiro e único agente de socialização do indivíduo nos seus primeiros anos de vida, e só mais tarde factores como os grupos de pares ou a escolaridade vêm completar esta acção educativa iniciada pela família (Le Blanc & Janosz, 2002).

Deste modo desenvolveu-se uma ampla linha de investigação que se inicia por Raux (1890) com a tentativa de compreender as variáveis estruturais da família que estão associadas

à conduta desviante, revelando como a maioria dos jovens detidos em instituições correcionais provinham de famílias monoparentais, um dado que tem sido consistentemente demonstrado (e.g. Burton & Marshall, 2005). Desde este trabalho pioneiro muitas outras características familiares foram salientadas, tais como a instabilidade da residência, famílias de grandes dimensões, pais com comportamentos desviantes, entre outros (e.g. Hirschi, 2002; Boggess & Hipp, 2010; Murray & Farrington, 2010).

No entanto, os autores aperceberam-se de que o levantamento destas variáveis estruturais resultava numa imagem apenas parcial dos efeitos familiares no fenómeno da desviância juvenil, razão porque os trabalhos mais recentes tendem a adoptar modelos cada vez mais complexos que envolvem interacções de vários factores relativos quer ao meio familiar, quer ao indivíduo. Os factores familiares são tantos e as suas interacções tão complexas que seria muito redutor centrar-se apenas num deles (Fonseca, 2002b). Um bom exemplo disto é a compreensão de como o conflito parental se relaciona com a conduta desviante dos jovens, que parece esconder condições de vida muito precárias, de forma a que o conflito conjugal acaba por ser fortemente agravado por características como a pobreza e outras condições sociais desfavoráveis (Blechman, 1982). Assim, foi possível concluir que as variáveis estruturais da família têm um efeito indirecto no comportamento desviante, mediado pelas características funcionais da família (Le Blanc & Janosz, 2002).

Em concordância com esta proposição observou-se uma nova linha de investigação da etiologia familiar na conduta desviante que se dedica à compreensão das características funcionais do contexto familiar. Nesta renovada abordagem aos factores familiares foi possível verificar que determinados aspectos, tais como relações pouco afectivas, baixa coesão familiar e, nalgumas famílias, a total ausência de monitorização dos comportamentos dos jovens estão associados ao comportamento desviante (Sanni, Udoh, Okediji, Modo & Ezeh, 2010; Gallo & Williams, 2005; Gorman-Smith, Tolan, Zelli & Huesmann, 1996). A indiferença estabelecida nas relações familiares pode constituir aquilo a que se referia Bowlby (1944a; 1944b), respectivamente aos jovens delinquentes, como sendo provenientes de ambientes familiares não afectivos. Estes dados podem ainda explicar a relação entre o comportamento desviante juvenil e a baixa estimulação cognitiva, que atinge seu expoente máximo na depressão materna (e.g. Murray, Irving, Farrington, Colman & Bloxsom, 2010).

Outros trabalhos puderam verificar, de forma consistente, o efeito desenrolado por características familiares como a fraca supervisão parental, a disciplina inconsistente e a baixa coesão familiar nos comportamentos desviantes dos jovens (e.g. Henry, Tolan & Gorman-Smith, 2001; Patterson, Dishion & Bank, 1984; Patterson & Stouthamer-Loeber, 1984), ou

ainda o seu efeito indirecto por permitir o envolvimento em grupos de pares desviantes (e.g. Henry et al., 2001; Tompsett & Toro, 2010; Keijsers et al., 2012). Mais ainda, Torrente e Vazsonyi (2008) demonstraram que o impacto das práticas parentais maternas e paternas podem ser considerados separadamente, estabelecendo o baixo suporte maternal como um preditor de comportamentos delinquentes em jovens rapazes e níveis de controlo psicológico maternal extremamente elevados como um preditor do comportamento anti-social em jovens do sexo feminino.

A progressiva compreensão da importância do contexto familiar no comportamento dos seus membros, nomeadamente no comportamento desviante, conduziu os autores a considerarem modelos cada vez mais complexos e integradores. Segundo Born (2005) todas as abordagens actuais da delinquência são multifactoriais e recorrem à interacção de variáveis familiares, principalmente aquelas que consideram as interacções sistémicas que se dão no contexto familiar, em que a grande mais-valia, quando comparadas com modelos de acumulação de factores de risco, é a reivindicação da pertinência das causalidades circulares e da lógica de sistemas. Deste modo, no ponto seguinte iremos desenvolver o conceito de família numa abordagem sistémica.

4. Abordagem Sistémica

4.1 Definição do sistema familiar.

Segundo diversos autores, a família deve ser considerada como um sistema, ou seja, um “conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior e mantendo o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento, percorrido através de estádios de evolução diversificados” (e.g. Sampaio & Gameiro, 2005, p.9). Este novo entendimento do sistema familiar eleva algumas características anteriormente ignoradas. A primeira delas é a nova consideração que, mais do que um conjunto de elementos, a família é uma vasta rede de interacções e de trocas dinâmicas, de modo a que o comportamento de cada um dos elementos está intimamente ligado ao comportamento dos restantes. Esta noção distancia-se do conceito anterior de causas lineares, uma vez que a abordagem sistémica adopta um modelo de causalidade circular, ou seja, os comportamentos obedecem a uma interacção de influências mútuas, sendo que cada comportamento de um dos elementos deste sistema é, simultaneamente, causa e efeito do comportamento de outro (Sampaio & Gameiro, 2005; Alarcão, 2006).

Por outro lado, uma compreensão fiel do funcionamento familiar não pode ser atingida sem a consideração de que este se trata de um sistema aberto, que está inserido num sistema mais vasto, numa comunidade, estabelecendo uma contínua relação com o meio ambiente exterior (Sampaio & Gameiro, 2005). É assim que podemos compreender que as famílias estão sujeitas a dois tipos de pressão, uma primeira que trata das mudanças incontornáveis resultantes do normal desenvolvimento das famílias e respectivos membros, isto é, uma pressão interna, e, como sistemas abertos que são, as famílias estão ainda sujeitas a pressões externas, tais como as exigências por parte das instituições sociais às quais as famílias se devem adaptar (Alarcão, 2006).

A adaptação familiar a estas fontes de pressão coloca o sistema à prova, na medida em que o obriga a uma transformação dos seus padrões transaccionais, descrevendo assim um verdadeiro processo de evolução do próprio sistema familiar que permite manter um sentido de identidade e continuidade. Desta forma, o sistema familiar é, em si mesmo, um sistema vivo, com um processo evolutivo próprio, sendo possível verificar a existência de um ciclo vital amplamente partilhado pelas famílias tradicionais ocidentais que se inicia com a união de dois elementos, que constituem uma nova família. Esta etapa é tipicamente seguida pelo nascimento dos seus filhos, pela educação e crescimento dos filhos até que estes atingem a adolescência e saem eventualmente de casa dos seus pais, o que marca a etapa seguinte do desenvolvimento familiar (Relvas, 1996).

4.2 Comunicação familiar.

Assim percebemos como o modelo sistémico atribui grande importância à relação estabelecida entre os membros da família, onde “a comunicação é uma condição *sine qua non*” (Watzlawick, Beavin & Jackson, 1993, p. 13), razão porque muitos autores sistémicos se interessaram em estudar as trocas comunicacionais que se estabelecem dentro da família (e.g. Bateson & Ruesch, 1988; Benoit, 2004). Na sua obra de referência, Watzlawick et al. (1993) efectuam uma análise exaustiva à comunicação familiar e puderam concluir pela existência de alguns axiomas, dos quais, o primeiro esclarece como é impossível não comunicar, uma vez que todo o comportamento em interacção tem valor de mensagem e que é impossível um indivíduo não se comportar, assim percebemos como os elementos da família estão ininterruptamente em comunicação.

De destacar que no modelo de terapia familiar sistémica surge o conceito de comunicação paradoxal, ou em *double-bind*, um tipo de mensagem com contradição tal que, ao mesmo tempo, estão presentes dois conteúdos incompatíveis que se excluem mutuamente,

de modo a que para lhe obedecer o sujeito tem forçosamente que desobedecer-lhe (Benoit, 2004). O estudo deste tipo particular de comunicação na relação parental foi considerado como estritamente associado a patologias psicóticas, tais como a esquizofrenia (e.g. Watzlawick et al., 1993). Por outro lado, o estudo particular de adolescentes desviantes permitiu distinguir o estilo comunicacional que Ferreira (1960) designou por *double-bind cindido*, este estilo de comunicação paradoxal assemelha-se ao anterior na medida em que estão igualmente presentes mensagens com injunções contrárias, mas desta feita as fontes destas mensagens estão divididas. Neste caso, ambos os pais, duas autoridades igualmente válidas, são emissores de mensagens incongruentes e paradoxais sem qualquer tipo de desacordo aparente.

Por outro lado, Ausloos (1977) verificou que em famílias com jovens desviantes estavam muitas vezes presentes tipos de comunicação marcados por aquilo a que chamou de *mensagens elásticas*, ou seja, estilos comunicacionais que parecem promover a autonomização dos adolescentes embora o seu emissor tenha clara noção de que estes não possuem os meios para a atingir, estando novamente presente uma ambivalência de injunções contrárias, embora o contraditório não se dê verbalmente mas sim por estilos de comunicação não-verbal. Ambos os tipos comunicacionais anteriores parecem expor o jovem a mensagens contraditórias impossíveis de serem mentalizadas, encontrando na passagem ao acto desviante a única forma de lidar com este paradoxo (Benoit, 2004).

4.3 Estrutura familiar.

Como vimos, a família é um conjunto de elementos em relação, no entanto, é importante que os membros da família não se encontrem, nem em demasiada fusão nem demasiado dispersos, para que não arrisquem a individualização nem o isolamento de cada um dos elementos (Sampaio & Gameiro, 2005). Minuchin (1988) dedicou-se ao estudo da estrutura familiar, desenvolvendo a linha de intervenção terapêutica que ficou conhecida como *Modelo Estrutural de Terapia Familiar*. Segundo este autor, a estrutura familiar é definida como as exigências funcionais organizadoras da interacção entre os membros da família, ou seja, cada sistema familiar desenvolve um estilo particular de transacções interpessoais, cuja repetição ao longo dos anos estabelece um padrão de interacção que se reflecte nas regras familiares que comandam o comportamento dos membros da família (Minuchin, 1988).

Para uma melhor compreensão da estrutura familiar devemos perceber que num sistema familiar podem diferenciar-se vários subsistemas, o subsistema individual, conjugal,

parental e fraternal (Minuchin & Fishman, 1981). Estes subsistemas desempenham tarefas e funções diferentes, por exemplo, o subsistema parental apresenta aos filhos o relacionamento com uma figura de autoridade, bem como estilos de negociação verticais, enquanto, por outro lado, o subsistema fraternal oferece a hipótese de socialização do grupo de irmãos que experimentam aqui o relacionamento entre iguais (Alarcão, 2006). É assim que percebemos como os subsistemas de poder e funções diferentes devem estabelecer regras familiares que definam como cada um dos elementos participa na vida familiar, mantendo assim uma diferenciação entre subsistemas que apoie a individuação e autonomia dos seus membros enquanto, simultaneamente, fornece um sentido de pertença (Minuchin & Fishman, 1981; Minuchin, 1988).

Na concepção de Minuchin (1988) um funcionamento familiar saudável apresenta fronteiras nítidas, de forma a que não surjam interferências indevidas, mas, por outro lado, não devem ser tão rígidas que impossibilitem o contacto entre os membros familiares. É assim que define a existência de três tipos de limites, os *claros*, que permitem a delimitação do espaço e das funções dos diferentes subsistemas sem por isso bloquear as trocas entre os mesmos subsistemas, os limites *difusos*, demasiado permeáveis, e os limites *rígidos*, extremamente fortes que comprometem as trocas intrafamiliares. No extremo de diferenciação mínima entre subsistemas encontram-se famílias que giram em torno de si mesmas, uma característica equivalente à noção de *famílias centrípetas* de Beavers & Hampson (2000), e, em consequência desta elevada aproximação, as fronteiras tornam-se difusas, comprometendo a diferenciação familiar. No extremo oposto, da diferenciação máxima entre os subsistemas familiares, encontram-se fronteiras excessivamente rígidas que dificultam as trocas entre os membros familiares. Assim, os possíveis tipos de fronteiras subsistémicas podem descrever um *continuum* de coesão familiar, desde famílias desligadas, com fronteiras extremamente rígidas, atravessando estilos familiares equilibrados com limites nítidos, até às famílias emaranhadas com fronteiras excessivamente difusas (Minuchin, 1988).

Esta dimensão é descrita como um estilo de interação preferencial que pode variar dentro da própria família, na relação que um filho estabelece com o pai e com a mãe por exemplo, bem como deve estar apta a variar ao longo do tempo, designando uma dimensão dinâmica que permite a uma família funcional apresentar períodos de maior aglutinação, como é comum na formação do casal ou aquando do nascimento de um filho, e de maior separação, como acontece quando um dos filhos atinge a adolescência (Minuchin, 1988; Alarcão, 2006). Assim, a coesão não descreve uma diferenciação qualitativa entre famílias funcionais e disfuncionais, mas sim a possibilidade de classificar todas as famílias num

continuum de coesão familiar. Não obstante, um funcionamento familiar que se fixe num dos extremos do *continuum* de coesão familiar constitui um factor determinante no desenvolvimento de comportamentos sintomáticos.

É ainda importante referir que as características do sistema familiar estão dependentes do contexto cultural envolvente, o que implica que para nos referirmos a níveis óptimos de coesão familiar não nos podemos esquecer da necessidade de situar o sistema familiar no seu contexto cultural de origem (Minuchin, 1988). Alarcão (2006) refere como exemplo as famílias da Europa meridional que apresentam tendencialmente níveis de coesão mais elevados que as do norte da Europa que, pelo contrário, valorizam uma maior separação familiar, sem que se trate necessariamente de disfuncionalidade, dados que não invalidam a necessidade de adaptações estruturais para fazer face às necessidades decorrentes do processo evolutivo do sistema familiar.

4.4 Adaptabilidade familiar.

Ao longo do seu percurso evolutivo duas necessidades distintas são apresentadas aos sistemas familiares, em primeiro lugar a de mudança e adaptação face a períodos de crise, crise esta que pode ter origem em eventos acidentais, provindas de acontecimentos inesperados e imprevisíveis, tais como o desemprego de um dos membros, e eventos naturais, espectáveis e, até certa medida, possíveis de antever, como aquelas associadas às etapas do seu ciclo vital familiar que nomeamos anteriormente. Em segundo lugar, os sistemas familiares devem manter um padrão de relações estável que lhes concerne a sua identidade familiar. Uma mudança no funcionamento familiar trata de um processo cujas possíveis consequências são imprevisíveis e, temendo esta imprevisibilidade que ameaça o sistema é quando surge a crise familiar (Alarcão, 2006). Assim, é possível concluir que o desenvolvimento sistémico implica a existência de momentos de crise onde mudanças na estrutura familiar são inevitáveis.

Estes momentos de crise, assim denominados porque implicam grande *stress* na vida das famílias (Relvas, 1996), foram considerados por Minuchin (1988) como sendo simultaneamente um período de risco de disfuncionamento familiar, onde podem surgir comportamentos sintomáticos na tentativa de encontrar um novo equilíbrio, bem como uma ocasião, uma oportunidade de crescimento e evolução. Face a este cenário o sistema familiar tem que tomar uma escolha entre um comportamento rígido, com regras de funcionamento demasiado estritas, onde, arriscando a evolução familiar, se recusa à mudança, ou uma atitude flexível em que permite a transformação dos seus padrões comportamentais, arriscando um

crescimento familiar com resultados desconhecidos (Alarcão, 2006). É assim que nos apercebemos da importância da capacidade de adaptação dos sistemas familiares, uma vez que perante estes períodos de crise a tentativa mal sucedida de atingir um novo equilíbrio pode resultar em disfuncionamento familiar que se manifesta pela apresentação de um comportamento sintomático (Sampaio & Gameiro, 2005; Alarcão, 2006).

4.5 Desenvolvimento de sintomas.

Como vimos, as mudanças na estrutura familiar, independentemente do nível de funcionamento de cada sistema, são sempre sentidas como um acontecimento stressante, ainda que esta crise possa ser convertida em ocasião de crescimento familiar (Alarcão, 2006). Quando se verifica a paralisação do sistema familiar, ou ainda, aquando da incapacidade de resposta às dificuldades e tensões que são apresentadas a esta família, um comportamento aleatório de um dos seus membros, seleccionado ao acaso ou devido a determinantes internos e externos, vai produzir um resultado que não ocorria anteriormente. De seguida, em função das respostas geradas, este comportamento é seleccionado, privilegiado pelos outros membros da família, repetido e progressivamente ampliado, descrevendo o *processo de selecção-ampliação* (Ausloos, 2003). Posteriormente, quando este comportamento começa a desempenhar ou substituir uma função familiar, o comportamento anteriormente seleccionado e ampliado começa a cristalizar-se, integrando quer a vida do sujeito quer as modalidades organizacionais do sistema familiar, fazendo do seu actor o *paciente-identificado*, aquele que carrega o sintoma do disfuncionamento familiar, desta feita através do *processo de cristalização-patologização* (Ausloos, 2003).

Depois da acção destes processos, o comportamento sintomático passa a desempenhar uma função familiar, demarcando este sujeito como o mensageiro do disfuncionamento familiar (Alarcão, 2006). Ausloos afirma ainda que os seus trabalhos junto de famílias de delinquentes (e.g. 1977; 1983) o levam a concluir que um tipo específico de funcionamento familiar não corresponde a um sintoma característico, mas sim que, num período de maior disfuncionamento familiar estão presentes as condições que permitem o desenvolvimento de diversos tipos de comportamentos sintomáticos, onde o comportamento desviante surge como um sintoma do disfuncionamento familiar (Ausloos, 1977).

5. Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares

É em resposta à lacuna percebida entre teoria, prática e investigação com famílias que é desenvolvido o *Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares* (Olson, 2000). O Modelo Circumplexo integra a abordagem sistémica e é considerado como um modelo particularmente útil para o diagnóstico relacional, pois integra três dimensões repetidamente referidas como fulcrais à compreensão do funcionamento familiar, ou seja, a *coesão familiar*, a *flexibilidade familiar* e a *comunicação familiar* (Olson, Gorall, 2003). Para aceder a estas dimensões foi desenvolvido o instrumento *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale* que se encontra actualmente na quarta versão (FACES IV) (Olson, 2011) e que apresenta algumas inovações face às versões anteriores por forma a aceder de forma mais fiel ao funcionamento dos sistemas familiares.

5.1 Coesão familiar.

A primeira dimensão considerada no Modelo Circumplexo (Olson, 2000) é a coesão familiar e pode ser definida pelo laço emocional que é estabelecido entre os membros da família. Neste modelo, a coesão familiar trata da forma como os sistemas familiares se organizam entre os dois extremos que podem variar desde a total separação dos seus membros até a um estado de absoluta ligação, focando aspectos específicos da vida das famílias, tais como o laço emocional, barreiras entre subsistemas, coligações, tempo e espaço, processos de tomada de decisão, actividades de interesse e amizades (Olson & Gorall, 2003).

Esta primeira dimensão do modelo de Olson (2000) pode ser equiparada à noção de estrutura familiar de Minuchin (1988) que referimos anteriormente, descrevendo um *continuum* de cinco níveis diferentes de coesão familiar, desde as *famílias desagregadas* (coesão extremamente baixa), *famílias algo ligadas* (coesão baixa a moderada), *famílias ligadas* (coesão moderada), *famílias muito ligadas* (coesão moderada a alta) e *famílias aglutinadas* (coesão extremamente alta) (Olson & Gorall, 2003). Nesta concepção do *continuum* de coesão familiar os três níveis centrais (famílias algo ligadas, famílias ligadas e famílias muito ligadas) correspondem a graus de coesão familiar equilibrados, hipoteticamente associados a um funcionamento familiar saudável, enquanto os níveis extremos de coesão familiar (famílias desagregadas e famílias aglutinadas) correspondem a funcionamentos familiares desequilibrados, cuja fixação por um longo período de tempo é um potencial condutor a problemas individuais (Olson & Gorall, 2003).

Numa descrição mais detalhada destes estilos de funcionamento familiar desequilibrados, Olson e Gorall (2003) indicam que nos sistemas familiares desagregados observam-se transacções marcadas por uma separação emocional extrema com baixo envolvimento na vida interpessoal, os membros deste tipo de famílias têm actividades e interesses individualizados que não permitem estabelecer a rede de apoio que se espera de um ambiente familiar. No extremo oposto, os relacionamentos familiares aglutinados são descritos pela extrema proximidade emocional em que a lealdade é exigida aos seus membros, verificando-se uma enorme dependência intrafamiliar que não permite a individualidade, o espaço privado, interesses individuais ou até mesmo amizades fora do ambiente familiar.

No que respeita aos funcionamentos familiares equilibrados, os relacionamentos algo ligados apresentam alguma separação emocional, ainda que menos evidente que relacionamentos desagregados, o tempo que passam em separado é privilegiado embora estejam presentes interesses, actividades e tomada de decisões partilhados. O lugar central deste *continuum* de coesão familiar é ocupado pelos sistemas ligados, e é onde se verificam níveis de melhor equilíbrio entre fusão e dispersão dos seus membros. Os relacionamentos familiares equilibrados mais coesos estão reservados aos sistemas familiares muito ligados, estilos relacionais que apresentam uma proximidade emocional elevada, a maioria do tempo é passado em conjunto e é assim que realizam a maioria das tarefas e actividades de interesse, embora consigam ter interesses e amigos distintos (Olson & Gorall, 2003). No seu Modelo Circumplexo, Olson (2000) acrescenta ainda que, apesar de existirem níveis de coesão familiar mais e menos funcionais, não existe um grau de coesão familiar perfeito, mas sim que o ideal é observarem-se mudanças ao longo do ciclo vital familiar por forma a melhor acomodar as necessidades do sistema familiar. Não obstante, a hipótese central deste modelo indica que a fixação por longos períodos de tempo nos extremos desta dimensão é prejudicial ao normal desenvolvimento dos membros da família, bem como do próprio sistema familiar.

5.2 Flexibilidade familiar.

A segunda dimensão do Modelo Circumplexo foi originalmente definida como *adaptabilidade familiar*, definida pela quantidade de mudança na liderança, nas regras e nos papéis relacionais (Maynard & Olson, 1987) mas, por forma a melhor corresponder aos aspectos do funcionamento familiar pretendidos, esta dimensão foi revista e é agora definida por *flexibilidade familiar* (Olson & Gorall, 2003). Esta dimensão trata da forma como os sistemas familiares se equilibram entre os extremos de estabilidade e mudança, sendo definida como a qualidade de expressão da liderança e da forma como os membros se organizam,

como se dão os seus processos de negociação, os seus papéis e regras relacionais (Olson, 2011). A flexibilidade familiar tem como conceitos específicos os estilos de liderança dentro das famílias, que consideram o controlo e a disciplina, estilos de negociação, papéis e regras relacionais (Olson & Gorall, 2003).

Como vimos, vários autores sistémicos se aperceberam que os sistemas familiares necessitam de ambas, estabilidade e mudança, pois têm que fazer face às necessidades individuais e sistémicas que lhes são apresentadas, da mesma forma que devem manter um sentido de união, de estabilidade (e.g. Relvas, 1996; Sampaio & Gameiro, 2005). À semelhança da dimensão anterior, também a flexibilidade familiar pode ser compreendida num *continuum* que pode variar dentro de cinco níveis distintos, desde *famílias rígidas* (flexibilidade extremamente baixa), *famílias algo flexíveis* (flexibilidade baixa a moderada), *família flexíveis* (flexibilidade moderada), *famílias muito flexíveis* (flexibilidade moderada a elevada), e *famílias caóticas* (flexibilidade extremamente elevada) (Olson & Gorall, 2003). Nos sistemas familiares alocados aos extremos do *continuum* de flexibilidade encontramos, em primeiro lugar, relacionamentos familiares rígidos, com níveis de flexibilidade extremamente baixa onde se observa a existência de um indivíduo altamente controlador, um líder autoritário que é único responsável pela tomada de decisões, decisões estas que são impostas sem qualquer negociação, os papéis estão estritamente definidos e as regras são inalteráveis. No extremo oposto encontramos funcionamentos familiares caóticos, um tipo de sistemas familiares em que a liderança tende a ser errática ou difusa, as decisões são tomadas irreflectida e impulsivamente por um qualquer membro da família, os papéis são difusos, pouco nítidos e tendem a mudar de um membro para outro (Olson & Gorall, 2003).

Por outro lado, este modelo descreve três estilos de flexibilidade familiar equilibrados, o primeiro destes ficou designado por funcionamentos familiares algo flexíveis e descreve um sistema familiar em que está patente um estilo de liderança com características democráticas que tenta incluir os restantes elementos da família na negociação e na tomada de decisões. Aqui já é possível denotar a partilha de papéis que, ainda assim, se mantêm estáveis, enquanto as regras familiares estão firmemente implantadas, sofrendo poucas alterações ao longo do tempo. No centro do *continuum*, com níveis de flexibilidade perfeitamente equilibrados, encontramos funcionamentos familiares flexíveis que são caracterizados pela liderança igualitária, com tomada de decisão democraticamente negociada por todos os membros, incluindo as crianças. Os papéis familiares são partilhados e verifica-se uma capacidade de adaptação fluída às necessidades desenvolvimentais dos elementos e constante evolução do próprio sistema que permite a alteração e apropriação das regras às diferentes fases do ciclo

de vida familiar. Com os níveis de flexibilidade equilibrados mais elevados encontramos relacionamentos familiares muito flexíveis que tendem claramente para a frequente mudança, verificando-se rápidas alterações na liderança, nas regras e normas familiares, tentando constantemente responder às diferentes necessidades do sistema (Olson & Gorall, 2003).

À semelhança do que acontecia na coesão familiar, também na flexibilidade não existe um nível absoluto de melhor relacionamento, uma vez que diferentes acontecimentos na vida familiar podem exigir um relacionamento mais ou menos flexível. No entanto, também aqui se levanta a hipótese de que os níveis de flexibilidade familiar centrais, ou equilibrados, (famílias algo flexíveis, famílias flexíveis e famílias muito flexíveis) conduzem a um funcionamento familiar balanceado e, pelo contrário, níveis de flexibilidade familiar extremos (famílias rígidas e famílias caóticas) representam sistemas familiares disfuncionais, potencialmente condutores a comportamentos sintomáticos (Olson & Gorall, 2003).

5.3 Comunicação familiar.

A última dimensão do Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares (Olson, 2000) trata da *comunicação familiar*, integrando aspectos como as capacidades de escuta dos seus elementos, que foca factores como empatia e escuta activa, clareza do discurso, partilha de sentimentos pessoais e respeito pelos sentimentos dos outros (Olson & Gorall, 2003). Olson (2000) considera a comunicação familiar como uma dimensão facilitadora, através da qual os movimentos e adaptações nas duas dimensões anteriores são possíveis ou, por outras palavras, relacionamentos familiares com interacções comunicacionais positivas podem aceder à informação necessária para uma adaptação devida dos níveis de coesão e flexibilidade familiar em resposta às exigências situacionais e desenvolvimentais.

A hipótese central do Modelo Circumplexo (Olson, 2000) quanto à comunicação familiar é a de que sistemas familiares com graus de coesão e flexibilidade familiar equilibrados tendem a apresentar boas capacidades comunicacionais, enquanto sistemas familiares com graus de coesão e flexibilidade desequilibrados apresentam baixos níveis de comunicação familiar, uma hipótese que tem sido repetidamente verificada por vários estudos independentes (e.g. Barnes & Olson, 1985; Lehan, Stevens, Arango-Lasprilla, Sosa & Jove, 2012).

5.4 Funcionamento familiar segundo o Modelo Circumplexo.

Como vimos, Olson (2000) considera três variáveis centrais no seu Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares, a coesão, a flexibilidade e a comunicação familiar. É através do cruzamento das duas primeiras dimensões em eixos diferentes, a coesão familiar no eixo sincrónico (horizontal) e flexibilidade familiar no eixo diacrónico (vertical), que este autor descreve o seu entendimento do funcionamento dos sistemas familiares, criando o *Mapa Conjugal e Familiar* (Figura 1). A comunicação familiar não é representada neste mapa uma vez que se trata de uma dimensão facilitadora dos movimentos das outras dimensões. Ao cruzar estas duas dimensões de cinco níveis cada, este modelo faz surgir 25 estilos de relacionamentos familiares, onde é possível distinguir três grandes tipos de sistemas, os *funcionamentos familiares funcionais* ou *equilibrados*, *meio-termo* e *disfuncionais* ou *desequilibrados*. Os funcionamentos familiares funcionais encontram-se no centro deste modelo, revelando níveis equilibrados em ambas as dimensões, coesão e flexibilidade familiar, o que corresponde a nove estilos de relacionamento familiar, sendo considerados como os sistemas mais funcionais e, como tal, aqueles que melhor protegem os seus membros do *stress* situacional e desenvolvimental (Olson & Gorall, 2003).

Os funcionamentos familiares meio-termo, correspondentes aos 12 estilos familiares representados a cinzento na Figura 1, representam relacionamentos familiares com níveis extremos numa das dimensões e níveis equilibrados na outra dimensão, o que faz deste funcionamento familiar menos funcional que o anterior, mas de menor risco para o desenvolvimento dos seus membros que o tipo de sistemas familiares seguinte. Os funcionamentos familiares desequilibrados representam os quatro estilos de funcionamento familiar que ocupam níveis extremos em ambas as dimensões, coesão e flexibilidade familiar, pelo que são considerados modelos familiares disfuncionais.

Na concepção do funcionamento familiar de Olson (2000) não é espectável que os sistemas familiares funcionais operem constantemente em níveis equilibrados de coesão e flexibilidade familiar. Quando necessário, um sistema funcional está apto a alterar a sua estrutura e atingir níveis extremos em resposta a determinantes do ciclo vital familiar. Deste modo, o que distingue realmente um sistema funcional de um sistema familiar disfuncional é que o primeiro não se fixa, por longos períodos de tempo, nos níveis extremos das dimensões de coesão e flexibilidade familiar (Olson & Gorall, 2003).

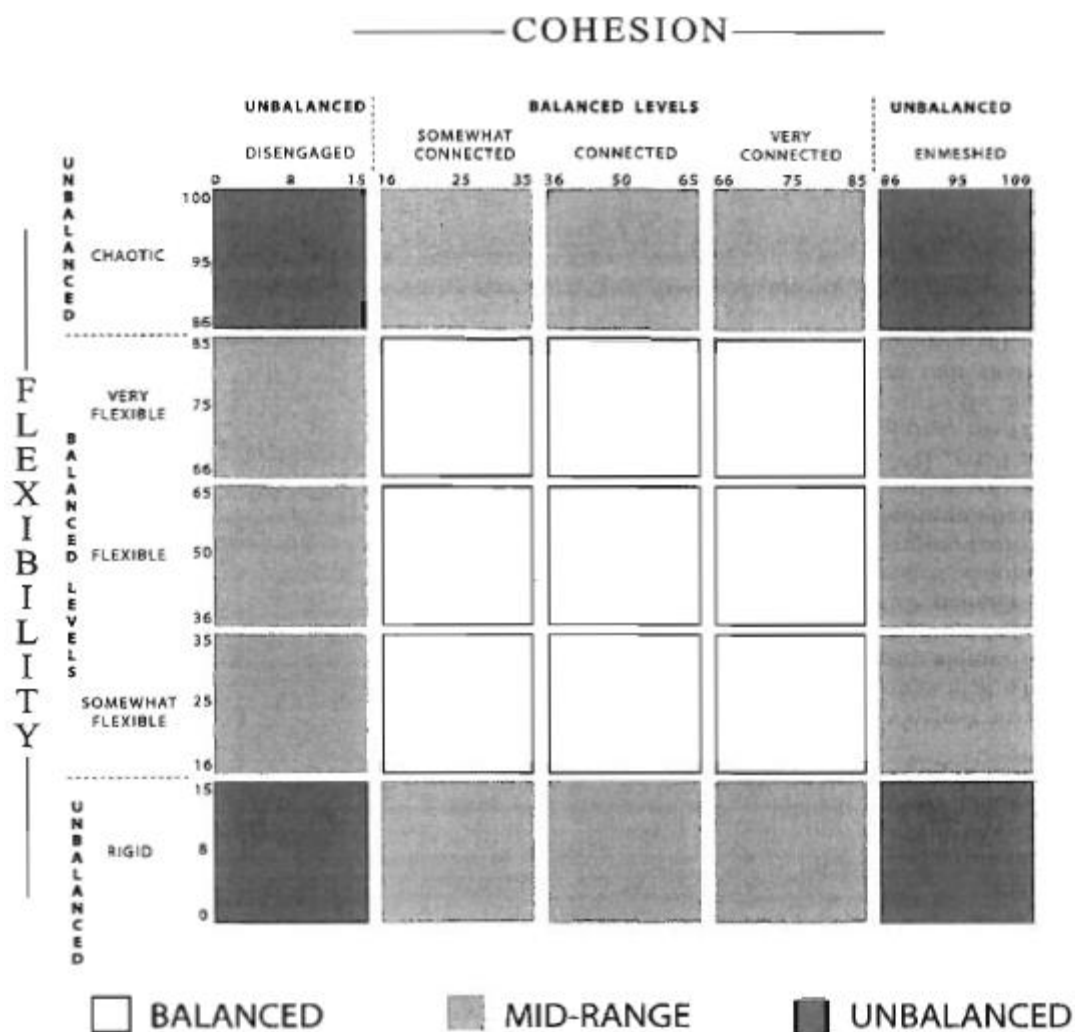


Figura 1. Mapa Conjugal e Familiar. Adaptada de “FACES IV and the Circumplex Model: Validation Study”, de D. Olson, 2011, *Journal of Marital & Family Therapy*, 3(1), p. 75.

Nesta concepção da funcionalidade familiar podemos verificar dois tipos de mudança, de primeira e de segunda ordem. A mudança de primeira ordem corresponde directamente à dimensão de flexibilidade familiar, ou seja, são todas as alterações que o sistema familiar realiza por forma a manter a sua estrutura inalterada, a forma como se define. Já as mudanças de segunda ordem implicam a mudança de um estilo de funcionamento familiar para outro, uma mudança do próprio sistema, razão porque este tipo de mudança é mais característico dos sistemas familiares equilibrados que, em resposta às necessidades desenvolvimentais e aos períodos de *stress* a que são submetidos, estão mais aptos a modificar os seus níveis de coesão e flexibilidade familiar, revelando o carácter dinâmico do Modelo Circumplexo (Olson, 2000).

Concluindo, a hipótese central do Modelo Circumplexo (Olson, 2000), designada por hipótese curvilínea, pressupõe que níveis equilibrados de coesão e flexibilidade familiar são condutivos a um funcionamento familiar saudável, enquanto níveis desequilibrados de coesão e flexibilidade estão associados ao funcionamento familiar problemático (Olson, 2011). A acrescentar a isto, Gorall e Olson (1995) puderam verificar que o contexto cultural não pode ser desconsiderado, uma vez que pode desempenhar uma forte implicação nos níveis destas dimensões, privilegiando um tipo específico de funcionamento familiar mais próximo dos níveis extremos deste modelo sem que isso signifique necessariamente disfuncionamento familiar. No entanto, estes autores puderam concluir pela validade do Modelo Circumplexo, mesmo que estejam presentes ligeiras alterações de estruturas familiares, tais como as monoparentais, reconstruídas e homossexuais, ou até em diversas culturas (Gorall & Olson, 1995).

De salientar ainda que o Modelo Circumplexo tem vindo a demonstrar a sua versatilidade e pertinência na intervenção sistémica familiar em múltiplos contextos, tais como na ideação suicida (e.g. Compton, Thompson & Kaslow, 2005; Gouveia-Pereira, Abreu & Martins, 2012), em famílias de acolhimento (e.g. Tribuna & Relvas, 2007) ou no consumo de substâncias ilícitas (e.g. Tafá & Baiocco, 2009; Natakusumah, Piercy, Robert, Sprenckle & Trepper, 1992). Assim, neste estudo temos por objectivo o estudo do funcionamento familiar das famílias de jovens desviantes segundo o Modelo Circumplexo (Olson, 2000).

5.5 Famílias com jovens desviantes.

A entrada de um dos elementos da família na adolescência marca um período de transição do ciclo desenvolvimental do sistema familiar em que está presente um potencial período de crise. As mudanças que ocorrem no jovem elemento da família obrigam a mudanças em todo o sistema, cada um dos membros se vê forçado a procurar um novo lugar, novos papéis, novas relações com o exterior. A estrutura familiar estabilizada até aqui é posta à prova e tem que ser reformulada por forma a acomodar as necessidades do novo adolescente, principalmente no que respeita às cada vez maiores necessidades de autonomia, devendo permitir que o adolescente se afaste e regresse ao seio familiar, por outras palavras, uma família que até aqui mantinha movimentos centrífugos, torna-se agora centrípeta (Gammer & Cabié, 1999).

É nesta etapa da adolescência que o grupo de pares se destaca, levando o jovem a alargar o seu campo relacional e, como tal, permite ao indivíduo relacionar-se com valores, normas e comportamentos diferentes do seu sistema familiar de origem, o que pode ser

percebido como risco de dissolução familiar, ou mesmo como uma verdadeira traição em famílias muito unidas/aglutinadas (Alarcão, 2006). No entanto, a entrada na adolescência não significa a dissolução familiar, mas a necessidade de uma nova dinâmica familiar, à qual os progenitores devem usar-se das suas capacidades de flexibilidade por forma a adaptar-se e construir uma relação paternal renovada (Gammer & Cabié, 1999).

Apesar da resistência à mudança que as famílias podem apresentar inicialmente, é expectável que um sistema familiar equilibrado tenha recursos e competências para perceber o pedido de mudança deste elemento e alterar o seu funcionamento de forma a lidar eficazmente com o momento de crise actual. O Modelo Circumplexo (Olson, 2000) estipula que sistemas familiares disfuncionais não possuem os recursos necessários para realizar a mudança necessária, comprometendo a sua adaptação a esta crise familiar que lhes é apresentada. Perante o conflito entre as crescentes necessidades de autonomia por parte do filho e as expectativas contraditórias dos seus pais, alguns sistemas familiares podem optar por uma acção de tentativa de anulação da necessidade de mudança adoptando uma postura rígida, tentando assim a repressão da autonomia dos seus filhos (Relvas, 1996). No extremo oposto, algumas famílias permitem ao adolescente uma abertura ao exterior demasiado precoce, que, da mesma forma, acaba por comprometer a sua normal socialização, uma vez que não se trata de um verdadeiro modelo de adaptação social mas de uma expulsão precoce para a vida social, o que muitas vezes pode revelar-se sob a forma de agressividade ou na prática de comportamentos desviantes (Alarcão, 2006). Assim, apercebemo-nos como em ambos os casos estas estruturas familiares não cumprem idealmente as suas funções de socialização dos seus jovens elementos, ficando esta função legada aos sistemas familiares funcionais que, sendo igualmente sujeitos a este período de crise familiar, conseguem convertê-lo numa ocasião de crescimento familiar e conduzir os seus adolescentes a uma socialização harmoniosa (Olson, 2000; Alarcão, 2006).

Alguns autores dedicaram-se à compreensão destas relações e, por exemplo, Klein, Forehand, Armistead e Long (1997) demonstraram como a comunicação familiar e a capacidade de resolução de problemas são elementos chave na compreensão do desenvolvimento de comportamentos desviantes na adolescência, ou ainda Clark e Shields (1997) que verificaram como a boa comunicação entre pais e adolescentes é um factor de protecção determinante contra a prática de comportamentos desviantes. No que respeita à coesão familiar, esta é uma dimensão que tem sido amplamente estudada como uma das características fundamentais do desenvolvimento de comportamentos desviantes, tendo sido repetidamente demonstrado que níveis de coesão extremamente baixos estão associados com

vários aspectos da conduta desviante juvenil, tais como o consumo de drogas (e.g. Kliewer et al., 2006; Brook, Pahl & Cohen, 2008), o comportamento delinquente (e.g. Tolan, Gorman-Smith, Huesmann & Zelli, 1997; Sanni et al., 2010), formas mais violentas de comportamentos desviantes (e.g. Blaske, Bourduin, Henggeler & Mann, 1989; Gorman-Smith, Henry, Tolan, 2004), e até mesmo como os sistemas familiares mais coesos parecem conseguir ultrapassar determinadas condições desvantajosas que seriam potencialmente motivadoras de práticas desviantes, sejam elas pela escolha de grupos de pares (e.g. Henry et al., 2001), pelos próprios efeitos da pertença a grupos de pares violentos (e.g. Zimmerman, Steinman & Rowe, 1998) ou mesmo a pobreza (Sampson & Laub, 1994). Na perspectiva sistémica, o comportamento desviante neste tipo de famílias pouco coesas foi considerado com a função familiar de reaproximar este sistema caracteristicamente desligado, aquilo a que se denominou por *herói do desvio* (Alarcão, 2006) e que pode explicar o processo selecção-ampliação e cristalização-patologização do comportamento desviante (Ausloos, 2003).

Também a flexibilidade familiar tem sido alvo de alguns trabalhos que tentam compreender a sua relevância face à conduta desviante juvenil. Ausloos (2003), por exemplo, afirma que famílias com transacções rígidas estão frequentemente associadas a elementos psicóticos e, por outro lado, as famílias com jovens delinquentes são essencialmente caóticas. Este autor explicava a sua observação através do tempo familiar, assim, nas famílias rígidas o tempo estaria parado, passaria imperturbável sem qualquer modificação por parte do sistema familiar, um *tempo eventual*. No outro extremo, as famílias caóticas teriam um tempo a que chamou de *ocorrencial*, um tempo instável em que os acontecimentos se sucedem ininterruptamente, novas informações são constantemente introduzidas mas pelo seu ritmo acelerado a informação não pode ser retida, armazenada ou memorizada. Sem mentalização possível o jovem é conduzido à passagem ao acto que a substitui (Ausloos, 1983; 2003). No entanto, contrariamente a este dado, alguns autores verificaram indicadores que indicam as famílias rígidas como aquelas que estão associadas à desviância (e.g. Sanni et al., 2010).

Os investigadores que tentaram ligar o Modelo Circumplexo ao comportamento desviante dos jovens verificaram, da mesma forma, a existência de uma relação linear na conduta desviante, em que níveis mais baixos de ambas as dimensões, coesão (sistemas familiares desagregados) e flexibilidade familiar (sistemas familiares rígidos), parecem estar associadas ao comportamento desviante (e.g. Blaske et al., 1989; McGaha & Leoni, 1995; Shields & Clark, 1995) enquanto outros ainda verificam apenas correlações significativas entre níveis baixos de coesão familiar e delinquência (Matherne & Thomas, 2001). Estes dados parecem ir contra a hipótese curvilínea do Modelo Circumplexo, onde os

comportamentos problemáticos seriam espectáveis em ambos os extremos do funcionamento familiar. No entanto, Carnes (1989, cit. por Olson, 2000) encontrou dados concordantes com a hipótese curvilínea do Modelo Circumplexo em que, quando comparados com um grupo de controlo, os abusadores sexuais pertenciam maioritariamente a sistemas familiares disfuncionais. Por outro lado, uma limitação que pode ser apontada aos trabalhos que tentaram explorar o funcionamento das famílias de jovens desviantes através do Modelo Circumplexo é o facto de terem recorrido a versões da escala FACES anteriores à mais recente. Segundo Olson (2011) a escala FACES IV permite aceder de forma fiel aos funcionamentos familiares extremos, uma característica que as versões anteriores deste instrumento não seriam capazes de fazer, e que pode estar na origem destes resultados contrastantes.

5.6 Modelo Circumplexo e Teoria Geral do Crime.

O Modelo Circumplexo (Olson, 2000) parece apresentar-se como uma mais-valia na compreensão do comportamento desviante pois, através das dimensões coesão e flexibilidade familiar, este modelo do funcionamento familiar pode ser equiparado a outros modelos teóricos, como é o caso da tipologia de práticas parentais de Baumrind (e.g. 1991) que descreve os estilos parentais baseados nas dimensões apoio e controlo parental. A primeira dimensão, do apoio parental, é definida pelos cuidados parentais e pelo laço afectivo que é estabelecido entre pais e filhos, equivalente à dimensão de coesão familiar do Modelo Circumplexo (Olson & Gorall, 2006). Por outro lado, a dimensão do controlo parental da tipologia de Baumrind (1991) foca a forma como os pais impõem as regras e a disciplina aos seus filhos, o que por sua vez pode ser equiparado à dimensão de flexibilidade familiar do modelo circumplexo (Olson & Gorall, 2006). Apesar das semelhanças entre estes dois modelos, é importante distinguir que Baumrind (1991), ao contrário do Modelo Circumplexo (Olson, 2000), descreve as suas dimensões das práticas parentais de forma linear.

Com esta consideração, a descrição dos sistemas familiares no Modelo Circumplexo de Olson (2000) vai ao encontro daquilo que é descrito na Teoria Geral do Crime de Gottfredson e Hirschi (1990). Estes últimos, como vimos, concediam grande importância ao ambiente familiar, sobretudo às práticas parentais na promoção de autocontrolo dos seus filhos, descrevendo-as como a causa principal da falta de autocontrolo, distinguindo-lhe quatro características. A primeira diz respeito ao vínculo entre pais e filhos, uma dimensão afectiva como condição necessária para a educação das crianças, que mais uma vez pode ser equiparada à coesão familiar do Modelo Circumplexo. A segunda trata da supervisão parental,

que recorrentemente tem sido associado ao comportamento delinquente (e.g. Hirschi, 2002; Gorman-Smith, Tolan, Zelli & Huesmann, 1996) e que, através das suas características da disciplina e regras familiares, pode ser também equiparada à dimensão de flexibilidade familiar do Modelo Circumplexo. As restantes características apontadas por Gottfredson e Hirschi (1990) podem ser inseridas na supervisão parental, na medida em que tratam do reconhecimento dos comportamentos desviantes dos seus filhos quando estes ocorrem e puni-los eficazmente. Aqui, estes autores salientam que a punição não deve ser efectuada nem de forma extremamente rígida nem demasiado branda, o que salienta a hipótese curvilínea defendida pelo Modelo Circumplexo e que renova a necessidade de explorar e analisar como o funcionamento familiar se relaciona com os comportamentos desviantes dos adolescentes.

6. Objectivos e Hipóteses

Dado o número ainda escasso de estudos sobre a desviância juvenil que tomam por base o Modelo Circumplexo (Olson, 2000), o objectivo geral deste trabalho é o de compreender como as famílias de jovens com comportamentos desviantes se caracterizam/estruturam. Mais ainda, os estudos realizados até então não são consonantes quanto aos seus resultados, pois se, por um lado, alguns estudos demonstram uma relação linear entre a desviância e níveis mais baixos, quer de coesão (funcionamentos familiares desagregados), quer de flexibilidade familiar (funcionamentos familiares rígidos) (e.g. Blaske et al., 1989; McGaha & Leoni, 1995; Shields & Clark, 1995), por outro lado, outros estudos demonstram que basta a existência de baixos níveis de coesão familiar para se verificar a presença de jovens com condutas desviantes (Matherne & Thomas, 2001). Assim, a análise deste objectivo primário ajudar-nos-á a fazer luz sobre estes resultados discordantes. Apesar do que acabámos de referir, tendo por base a revisão de literatura, bem como a hipótese curvilínea do Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares (Olson, 2000), criámos uma primeira hipótese em que esperamos que os jovens provenientes de sistemas familiares funcionais (níveis de coesão e flexibilidade familiar equilibrados), contrariamente aos jovens provenientes de sistemas disfuncionais (níveis de coesão e flexibilidade familiar desequilibrados), apresentem menos comportamentos desviantes. Assim, esperamos verificar uma relação negativa entre o funcionamento familiar saudável e a conduta desviante, na medida em que, quanto mais funcional for o sistema de proveniência dos jovens, menos comportamentos desviantes apresentam.

Ao tomarmos em conta a premissa de Gottfredson e Hirschi (1990) sobre o desenvolvimento do autocontrole dentro do sistema familiar, podemos levantar uma segunda hipótese onde esperamos que os jovens provenientes de sistemas familiares funcionais, por oposição aos jovens provenientes de sistemas disfuncionais segundo o Modelo Circumplexo, apresentem maior capacidade de autocontrole. Desta forma, esperamos encontrar uma relação positiva entre o funcionamento familiar e o autocontrole, na medida em que, quanto mais funcional for o sistema de proveniência, mais elevadas serão as capacidades de autocontrole dos adolescentes.

Por último, tendo em consideração a ideia de Gottfredson e Hirschi (1990) que fixava o autocontrole como a premissa central do comportamento desviante, concedendo ao sistema familiar o papel de promover autocontrole nos seus filhos, podemos levantar uma terceira hipótese que coloca o autocontrole como variável mediadora da relação entre o sistema familiar e a conduta desviante. Deste modo, esperamos que quanto mais funcional for o sistema familiar dos jovens, mais elevada será a sua capacidade de autocontrole. E, por sua vez, quanto mais elevada a capacidade de autocontrole dos jovens, menos comportamentos desviantes apresentarão.

Método

1. Amostra

A amostra em estudo é constituída por 206 participantes, 127 do género feminino e 79 do género masculino (Anexo A), com idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos de idade ($M = 16.88$, $DP = 1.562$) (Tabela 1). Estes participantes eram alunos de quatro escolas da cidade de Lisboa, as quais passaremos a descrever: Escola Profissional Agostinho Roseta ($N = 57$), Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar ($N = 13$), Escola Básica e Secundária Passos Manuel ($N = 56$) e Escola Secundária António Damásio ($N = 80$).

Tabela 1

Distribuição da Amostra segundo Idade e Género.

Idade	Género		Total
	Masculino	Feminino	
12	0	3	3
13	2	4	6
14	3	2	5
15	7	13	20
16	23	15	38
17	26	32	58
18	11	34	45
19	7	24	31
Total	79	127	206

Destes alunos, 3 integravam uma turma PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação), 23 pertenciam a turmas CEF (Cursos de Educação e Formação) de equivalência ao 9º ano, 18 alunos integravam uma turma do 7º ano, 11 alunos do 9º ano, 57 alunos do 10º ano e 94 alunos do 12º ano de escolaridade (Tabela 2). Nesta amostra, pudemos ainda distinguir várias nacionalidades, sendo que a mais recorrente é a nacionalidade portuguesa ($N = 178$).

Tabela 2
Frequências dos Anos de Escolaridade por Género.

Ano de Escolaridade	Género		Total
	Masculino	Feminino	
PIEF	3	0	3
CEF	19	4	23
7º Ano	8	10	18
9º Ano	6	5	11
10º Ano	30	27	57
12º Ano	13	81	94
Total	79	127	206

2. Instrumentos

2.1 Escala de Avaliação da Flexibilidade e Coesão Familiar.

O instrumento *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale* (FACES) originalmente desenvolvido por Olson, Bell e Portner em 1978 (cit. por Olson, 2000), à semelhança do instrumento observacional *Clinical Rating Scale* (CRS) (Olson, 1993), foi construído para aceder às dimensões *coesão familiar* e *flexibilidade familiar* descritas no *Modelo Circumplexo dos Sistemas Conjugais e Familiares* (Olson, 2000). Actualmente este instrumento de auto-relato encontra-se na sua quarta versão, FACES IV (Olson, 2011), em actual processo de validação para a população portuguesa (Gouveia-Pereira, Coutinho, Gomes, Martins & Miranda, 2013). O instrumento FACES IV apresenta algumas inovações face às versões anteriores, nomeadamente a inserção de subescalas que permitem atingir de forma mais fiel os extremos de ambas as dimensões coesão e flexibilidade familiar do Modelo Circumplexo, ou ainda a introdução de duas escalas destinadas à avaliação da comunicação e satisfação familiar, compondo um instrumento com um total de 62 itens.

Da totalidade destes itens, 42 são destinados à avaliação das dimensões coesão e flexibilidade familiar que, por sua vez, estão subdivididos em seis subescalas de 7 itens cada, de resposta de tipo Likert de 5 pontos (de 1 = *Discordo Fortemente* a 5 = *Concordo Fortemente*). Duas destas subescalas acedem aos níveis equilibrados de ambas as dimensões centrais deste modelo, ou seja, a subescala *Coesão Equilibrada* (e.g. item1. “Os membros da

minha família estão envolvidos nas vidas uns dos outros.”) e a subescala de *Flexibilidade Equilibrada* (e.g. item2. “*A nossa família tenta novas formas de lidar com os problemas.*”), duas subescalas em muito similares à versão anterior deste instrumento, FACES III. Quanto às restantes quatro subescalas foram adicionadas nesta nova versão por forma a aceder fielmente aos extremos das dimensões coesão e flexibilidade familiar, algo que as anteriores versões do FACES não eram capazes de fazer (Olson, 2011).

No que respeita à disfuncionalidade familiar, no caso da coesão estão presentes duas subescalas, a subescala de *Coesão Desagregada* (e.g. item3. “*Nós damo-nos melhor com pessoas de fora da nossa família do que com as de dentro.*”) e de *Coesão Aglutinada* (e.g. item4. “*Nós passamos ‘demasiado’ tempo juntos*”), enquanto na flexibilidade familiar as duas subescalas acedem a níveis de *Flexibilidade Rígida* (e.g. item5. “*Na nossa família há uma regra para quase todas as situações.*”) e *Flexibilidade Caótica* (e.g. item6. “*Na nossa família, parece que nunca nos conseguimos organizar.*”). Os itens destas seis subescalas estão organizados de forma intercalada, tal como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3

Correspondência dos Itens a Cada Subescala do FACES IV.

Subescalas	Itens
Coesão Equilibrada	Itens: 1, 7, 13, 19, 25, 31, 37
Flexibilidade Equilibrada	Itens: 2, 8, 14, 20, 26, 32, 38
Coesão Desagregada	Itens: 3, 9, 15, 21, 27, 33, 39
Coesão Aglutinada	Itens: 4, 10, 16, 22, 28, 34, 40
Flexibilidade Rígida	Itens: 5, 11, 17, 23, 29, 35, 41
Flexibilidade Caótica	Itens: 6, 12, 18, 24, 30, 36, 42

Após estes 42 itens surgem as escalas de *Comunicação Familiar* e *Satisfação Familiar*. No que respeita à escala de Comunicação Familiar, uma versão adaptada da *Parent-Adolescent Communication Scale* (Barnes & Olson, 1989, cit. por Olson, 2011) que avalia as capacidades comunicacionais do sistema familiar e é composta por 10 itens (e.g. item44. “*Os membros da minha família são muito bons ouvintes.*”), uma escala de resposta de 5 pontos, à semelhança das subescalas acabadas de descrever, sendo que quanto maior a média obtida nesta escala, melhor a comunicação do sistema familiar. Já a escala de Satisfação Familiar,

adaptada da *Family Satisfaction Scale* (Olson & Wilson, 1989, cit. por Olson, 2011), foi desenvolvida para aceder à forma como os membros da família estão satisfeitos com o funcionamento do seu sistema familiar, uma escala composta por 10 itens, com resposta tipo Likert de 5 pontos (1. *Muito Descontente*, 2. *Um Tanto Descontente*, 3. *Geralmente Satisfeito*, 4. *Muito Satisfeito*, 5. *Extremamente Satisfeito*) em que, quanto maior a média obtida, maior a satisfação deste sujeito face ao funcionamento do sistema familiar a que pertence.

Para a realização deste trabalho recorreremos a uma versão traduzida do instrumento FACES IV desenvolvida por Gouveia-Pereira et al. (2013), em actual processo de validação para a população portuguesa, composta por apenas 52 itens, uma vez que excluímos a escala de satisfação familiar. A razão para a exclusão desta escala deve-se ao facto da satisfação familiar não fazer parte directamente das nossas hipóteses e, por outro lado, para tentar diminuir o extenso número de itens apresentados aos jovens.

Numa análise das qualidades psicométricas desta versão traduzida do instrumento FACES IV (Anexo B) importa primeiro verificar os níveis de consistência interna para cada subescala deste instrumento, em que percebemos que assumem níveis essencialmente baixos, especialmente para as subescalas de flexibilidade equilibrada e coesão aglutinada (Tabela 4). Já a subescala de Comunicação Familiar atingiu um valor de Alfa de Cronbach bastante elevado que lhe confere uma consistência interna muito elevada.

Tabela 4

Análise de Fidelidade das Subescalas do Instrumento FACES IV.

Subescalas FACES IV	Média	Desvio Padrão	Alfa de <i>Cronbach</i>
Coesão equilibrada	3.72	.58	.734
Coesão desagregada	2.63	.61	.677
Coesão aglutinada	2.6	.5	.515
Flexibilidade equilibrada	3.44	.52	.571
Flexibilidade rígida	3.04	.55	.604
Flexibilidade caótica	2.59	.62	.691
FACES IV	2.97	.27	.612
Comunicação familiar	3.44	.78	.914

Numa análise das distribuições destas subescalas do instrumento FACES IV, através do teste Kolmogorov-Smirnov com correcção de significância Lilliefors (Tabela D1), percebemos que nenhuma destas subescalas, equilibradas e desequilibradas, seguem uma distribuição normal ($K-S p < .05$ para todas as subescalas). Ainda assim, uma vez que a nossa amostra tem uma dimensão elevada ($N = 206$), podemos evocar o Teorema do Limite Central que estabelece a tendência para a distribuição normal de amostras com dimensões elevadas, pelo que podemos afirmar que o teste de correlação paramétrico de Pearson é suficientemente robusto para suportar a violação do pressuposto da normalidade destas distribuições (Marôco, 2010). Neste teste de correlação compreendemos, como seria de esperar, a presença de associações estatisticamente significativas entre a maioria destas subescalas (Tabela 5). No entanto, algumas subescalas não apresentam correlações significativas, este é o caso entre a subescala de Flexibilidade Rígida e as subescalas de Coesão Desagregada e de Flexibilidade Caótica. Quanto à escala de Comunicação Familiar, vemos como se apresenta significativamente correlacionada com todas as outras subescalas do FACES IV.

Tabela 5

Análise das Correlações entre as Subescalas do FACES IV.

Subescalas	I	II	III	IV	V	VI	VII
I. C. Equilibrada	-						
II. F. Equilibrada	.581**	-					
III. C. Desagregada	-.601**	-.365**	-				
IV. C. Aglutinada	.153*	.201**	.138*	-			
V. F. Rígida	.191**	.369**	n.s.	.493**	-		
VI. F. Caótica	-.353**	-.231**	.493**	.217**	n.s.	-	
VII. Comunicação	.684**	.568**	-.525**	.190**	.232**	-.429**	-

Nota. C. = Coesão, F. = Flexibilidade, n.s. = estatisticamente não significativo.

* $p < .05$, ** $p < .01$.

2.1.1 Análise factorial da escala FACES IV.

Na versão norte-americana deste instrumento, Olson (2011) apresenta a existência de cinco factores, o primeiro que diz respeito aos itens das subescala de Coesão Equilibrada e Coesão Desagregada, o segundo factor à Coesão Rígida, o terceiro à Flexibilidade Equilibrada, o quarto à Flexibilidade Caótica, e, por último, o quinto factor diria respeito aos itens da subescala Coesão Aglutinada. Na presente tese realizámos uma análise factorial (Anexo C) em que explorámos a existência dos cinco factores mencionados por Olson (2011) através do método de rotação Varimax (Tabela 6), que obteve um valor de Kaiser-Meyer-Olkin $KMO = .713$ (Tabela C1), o que significa que a aplicação da análise factorial tem validade média para as variáveis escolhidas (Pereira, 2006). Ao forçarmos a análise factorial a cinco factores, os valores de variância explicada atingem uma percentagem de $\% = 40,406$ (Tabela C2), um valor um pouco abaixo do desejável.

Os resultados obtidos nesta análise factorial, apresentados na Tabela 6, mostram que alguns dos valores obtidos são muito baixos, sobretudo no terceiro factor, de Flexibilidade Equilibrada, e no quinto factor, que diz respeito à subescala de Coesão Aglutinada. Não obstante, os itens em análise parecem agrupar-se em concordância com o modelo dos cinco factores proposto por Olson (2011).

Tabela 6

Análise Factorial da Escala FACES IV com o Método Rotação Varimax, de Acordo com o Modelo de Olson (2011).

	Factor1 Coesão Equilibrada/ Desagregada	Factor 2 Coesão Rígida	Factor 3 Flexibilidade Equilibrada	Factor 4 Flexibilidade Caótica	Factor 5 Coesão Aglutinada
Item27_Desagregada	-.669				
Item13_Coesão_eq.	.667				
Item7_Coesão_eq.	.648				
Item9_Desagregada	-.597				
Item37_Coesão_eq.	.569				
Item3_Desagregada	-.520				
Item25_Coesão_eq.	.505				
Item31_Coesão_eq.	.493				
Item15_Desagregada	-.456				
Item19_Coesão_eq.	.368				
Item1_Coesão_eq.	.330				
Item21_Desagregada	-.254				

Item39_Desagregada	-.218	
Item33_Desagregada	-.177	
Item11_Rígida	.693	
Item5_Rígida	.643	
Item35_Rígida	.520	
Item17_Rígida	.474	
Item41_Rígida	.387	
Item23_Rígida	.334	
Item29_Rígida	.141	
Item38_Flexibilidade	.544	
Item20_Flexibilidade	-.394	
Item26_Flexibilidade	.271	
Item14_Flexibilidade	-.172	
Item8_Flexibilidade	.153	
Item2_Flexibilidade	.063	
Item32_Flexibilidade	.083	
Item30_Caótica	.636	
Item36_Caótica	.609	
Item12_Caótica	.546	
Item24_Caótica	.515	
Item42_Caótica	.198	
Item6_Caótica	.177	
Item18_Caótica	.174	
Item16_Aglutinada		.717
Item28_Aglutinada		.423
Item34_Aglutinada		.215
Item40_Aglutinada		.164
Item10_Aglutinada		.148
Item22_Aglutinada		.026
Item4_Aglutinada		.001

2.2 Escala de Autocontrolo.

Em segundo lugar, por forma a aceder às funções de autocontrolo dos participantes deste estudo, recorreremos à Escala de Autocontrolo originalmente desenvolvida no âmbito do estudo da Teoria Geral do Crime de Gottfredson & Hirschi (1990) (Grasmick et al., 1993, cit. por Fonseca 2002a; Gibbs et al., 1998, cit. por Fonseca, 2002a), validada para a população portuguesa por Fonseca (2002a). Esta escala é constituída por um total de 24 itens (e.g. item10. “*Faço coisas arriscadas só para me divertir.*”) em que estes sujeitos devem indicar até que ponto cada item os descreve, partindo de quatro níveis possíveis de resposta (0. *Nada*,

1. *Um pouco*, 2. *Bastante*, 3. *Muito*). A operacionalização desta escala dá-se através do somatório das respostas dos indivíduos, o que fornece um valor total que pode variar entre 0 e 72, sendo que valores globais mais elevados representam níveis de autocontrolo mais baixos.

Numa análise das qualidades psicométricas da Escala de Autocontrolo ($M = 23.918$, $DP = 10.166$) (Tabela B2) podemos observar como este instrumento assumiu um valor de alfa de Cronbach $\alpha = .84$, que lhe concede um bom nível de consistência interna (Pestana & Gageiro, 2003). Com base no trabalho de Fonseca (2002a), uma estrutura monofactorial será mais apropriada para este constructo, pelo que não realizámos qualquer análise factorial.

2.3 Escala de Comportamentos Desviantes.

Por último, recorremos à Escala de Comportamentos Desviantes (ECD) (Sanches & Gouveia-Pereira, 2013) uma versão adaptada da escala originalmente desenvolvida por Gouveia-Pereira e Carita (2005, cit. por Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). Esta é uma escala que tem como objectivo aceder à conduta desviante dos jovens, apresentando-lhes 19 itens ou tipos de comportamentos desviantes, tais como, por exemplo, comportamentos aditivos (e.g. item3. “*Consumiste cocaína ou heroína?*”) ou comportamentos relativos a furtos (e.g. item19. “*Assaltaste um carro, uma casa, loja, escola ou outro edifício?*”). Perante estes itens, o sujeito deve responder se praticou cada um destes tipos de comportamentos desviantes no último ano, sendo-lhe apresentado um estilo de resposta de dois pontos (0. *Não*, 1. *Sim*). Assim, a operacionalização desta escala dá-se pelo somatório dos itens, obtendo um valor global que pode variar desde 0 (i.e. não praticou qualquer dos comportamentos apresentados neste questionário durante o último ano) e 19 (i.e. praticou, no último ano, todos os comportamentos apresentados na Escala de Comportamentos Desviantes).

Também para esta Escala de Comportamentos Desviantes ($M = 4.72$, $DP = 3.404$) realizámos uma análise das suas qualidades psicométricas (Anexo B) onde pudemos concluir que obteve um valor de consistência interna (alfa de Cronbach) $\alpha = .82$, um valor indicador da sua boa consistência interna (Pestana & Gageiro, 2003).

3. Procedimento

Tratando-se esta de uma amostra proveniente de contextos escolares, antes de partir para a recolha de dados este projecto foi avaliado pela Direcção-Geral da Educação, através do serviço de Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar, que autorizou a sua realização através do inquérito com o n.º 0080400004. De seguida, foi estabelecido contacto pessoal com as entidades responsáveis de cada estabelecimento de ensino, onde foram esclarecidos os objectivos deste trabalho, os instrumentos a utilizar, bem como a amostra pretendida. Foram ainda realizadas autorizações para os encarregados de educação, um documento onde se informava os responsáveis pelos participantes menores de 18 anos de idade de que a participação neste estudo é anónima, de que as suas respostas são totalmente confidenciais e que o questionário será administrado uma única vez, com a duração aproximada de 20 minutos (Anexo E).

Depois de verificadas as autorizações necessárias demos início à recolha de dados, que se deu em contexto de sala-de-aula, numa aula cedida para o efeito. Antes de distribuir os questionários pelos sujeitos foram esclarecidas algumas questões essenciais à realização adequada desta tarefa, assim, foram liminarmente apresentados os objectivos do estudo, do que consistia a tarefa, do tempo que demoraria a ser realizada e, porque se trata de um questionário que foca algumas características pessoais, familiares e, sobretudo, acerca de comportamentos que podem constituir crimes, foram esclarecidos os objectivos deste estudo deixando bem claro de que se trata de um questionário anónimo e confidencial, de que não seriam identificados e de que estávamos interessados apenas nas suas opiniões, não existindo portanto respostas certas ou erradas.

Só depois de fornecidas as instruções para a realização desta tarefa e de esclarecidas todas as dúvidas existentes se iniciou o preenchimento deste questionário, composto por uma folha de rosto em que os participantes forneciam alguns dados sociodemográficos, tais como idade, género, ano de escolaridade, entre outros (Anexo H). Esta folha de rosto era seguida pela escala FACES IV, depois pela Escala de Autocontrolo e, por último, pela Escala de Comportamentos Desviantes. Finalmente, os questionários foram recolhidos pelo investigador, foram esclarecidas todas as dúvidas acerca da tarefa que tinham realizado e sobre os objectivos deste estudo, foram disponibilizados contactos para o esclarecimento de quaisquer dúvidas e despedimo-nos com o renovar de agradecimentos pela sua participação.

Resultados

Antes de darmos início à análise dos resultados importa ainda esclarecer a forma como operacionalizámos os dados obtidos através da escala FACES IV, e que será apresentada no capítulo seguinte. Mais ainda, é importante referir que a análise estatística apresentada ao longo desta tese foi realizada através do *software* SPSS Statistics (v. 19, Chicago, IL), e que, para todos os testes de hipóteses que serão apresentados neste trabalho, foi considerada uma probabilidade de erro de tipo I, $\alpha = 0.05$.

Além disto, na presente análise dos resultados assumimos que as diferentes distribuições cumprem o pressuposto de normalidade dos testes paramétricos, uma vez que a amostra em estudo apresenta uma dimensão suficientemente elevada para evocarmos o Teorema do Limite Central, que fixa como nestas amostras com dimensões razoáveis (superiores a 25-30 sujeitos), a distribuição da média amostral é satisfatoriamente aproximada à normal (Marôco, 2010).

1. Operacionalização do Instrumento FACES IV

Olson (2011) apresenta várias formas de codificar os dados obtidos através da escala FACES IV, nomeadamente através dos quadrantes do Mapa Conjugal e Familiar (Figura 1), uma estratégia útil apenas para o diagnóstico clínico, enquanto para investigação empírica este autor sugere a transformação dos valores em dados percentílicos ou em rácios. A possibilidade da criação de rácios para o Modelo Circumplexo é uma das inovações introduzidas nesta nova versão do instrumento FACES, em que a divisão dos resultados de cada subescala equilibrada pelas médias das subescalas de funcionamentos familiares desequilibrados torna possível comparar os valores funcionais *versus* disfuncionais de cada sistema familiar.

Deste modo podem ser criados três rácios (*Rácio de Coesão Familiar*, *Rácio de Flexibilidade Familiar* e *Rácio Total Circumplexo* ou *do Funcionamento Familiar*) através das fórmulas apresentadas na Figura 2. Ao dividirmos a média das escalas de coesão e flexibilidade familiar equilibradas pela média das escalas de coesão e flexibilidade desequilibradas obtemos os Rácio de Coesão Familiar e Rácio de Flexibilidade Familiar. Em seguida, através da média destes dois rácios podemos obter o Rácio do Funcionamento Familiar. Estes rácios podem variar desde 0.2 até 5, sendo que o valor 1 é indicador de iguais níveis de funcionamento/disfuncionamento familiar, resultados superiores a 1 indicam sistemas familiares mais funcionais que disfuncionais enquanto valores inferiores a 1 revelam

famílias mais disfuncionais que funcionais. Esta operacionalização permite explorar a hipótese curvilínea do Modelo Circumplexo através da transformação dos dados de forma a se obter uma variável contínua (Rácio do Funcionamento Familiar) em que, quanto mais inferior a 1 for o resultado de um sistema familiar particular, mais desequilibrado é, e, por oposição, quanto mais acima de 1 for o resultado do rácio, mais equilibrado é o sistema familiar.

$$\text{Rácio de Coesão} = \text{Coesão Equilibrada} / \frac{(\text{C. Desagregada} + \text{C. Aglutinada})}{2}$$

$$\text{Rácio de Flexibilidade} = \text{Flexibilidade Equilibrada} / \frac{(\text{F. Rígida} + \text{F. Caótica})}{2}$$

$$\text{Rácio do Funcionamento Familiar} = \frac{\text{Rácio de Coesão} + \text{Rácio de Flexibilidade}}{2}$$

Figura 2. Fórmulas para Obtenção dos Rácios do Modelo Circumplexo. Adaptada de “FACES IV: Scoring & Storing Data”, de D. Olson, 2010, Unpublished manuscript, p. 2.

2. Análise Descritiva

2.1 Análise Descritiva dos Rácios do Modelo Circumplexo.

Numa análise mais detalhada realizámos uma análise das correlações entre os diferentes rácios do Modelo Circumplexo e, como seria de esperar, pudemos verificar que todos os rácios se encontram positivamente correlacionados (Tabela 7), revelando, por exemplo, como o equilíbrio funcional entre os extremos de coesão familiar anda par a par com o equilíbrio entre os extremos de flexibilidade familiar. Por outro lado, uma das hipóteses principais do Modelo Circumplexo (Olson, 2000) fixa que sistemas familiares funcionais tendem a ter boa comunicação, enquanto sistemas disfuncionais tendem a apresentar estilos de comunicação mais pobres. Assim, desenvolvemos uma análise de correlação entre a escala de Comunicação Familiar e o Rácio do Funcionamento Familiar que revelou a forte associação existente entre estas duas variáveis ($r = .622$, $p = .000$) (Tabela G2), pelo que podemos concluir que sistemas familiares mais funcionais apresentam melhores capacidades comunicacionais.

Tabela 7

Análise das Correlações de Pearson entre os Rácios do Modelo Circumplexo.

Rácios do Modelo Circumplexo	I	II	III
I. Rácio de Coesão Familiar	-		
II. Rácio de Flexibilidade Familiar	.620 ^{***}	-	
III. Rácio do Funcionamento Familiar	.934 ^{***}	.859 ^{***}	-

^{***}. $p < .001$.

Por outro lado, numa análise ao funcionamento familiar dos nossos participantes verificámos, no que respeita ao Rácio de Coesão Familiar, que apenas 19 sujeitos revelaram níveis de coesão mais desequilibrados que equilibrados (i.e. inferiores a 1), enquanto 187 apresentam níveis de coesão equilibrada iguais ou superiores aos níveis desequilibrados (i.e. igual ou superior a 1). Já no Rácio de Flexibilidade Familiar 175 sujeitos referem níveis de flexibilidade familiar equilibrados, iguais ou superiores aos níveis desequilibrados, e 31 obtiveram rácio inferior a 1. Finalmente, o Rácio do Funcionamento Familiar apresenta 187 sujeitos com níveis iguais ou superiores a 1, enquanto apenas 19 dos 206 sujeitos apresentam um funcionamento familiar com rácio total mais desequilibrado que equilibrado (Tabela 8).

Tabela 8

Estatística de Frequências dos Rácios do Modelo Circumplexo.

Rácios do Modelo Circumplexo	Resultado	
	≥ 1	< 1
Rácio de Coesão Familiar	187	19
Rácio de Flexibilidade Familiar	175	31
Rácio de Funcionamento Familiar	187	19

No seguimento da análise descritiva dos Rácios do Modelo Circumplexo pudemos perceber que nenhum destes rácios se encontra significativamente correlacionado com a idade dos participantes (Tabela G3). Já no que respeita à análise das diferenças do Rácio do Funcionamento Familiar segundo o género dos participantes, que viola o pressuposto de homogeneidade das variâncias ($F(1, 204) = 4.175, p = .042$) (Tabela D3), recorremos ao teste

t-Student com correcção de Welch em que verificámos a existência de diferenças estatisticamente significativas ($t(187.699) = -2.431, p = .016$). Numa análise mais aprofundada deste dado verificámos que estas diferenças se mantêm também para o Rácio de Coesão Familiar ($t(204) = -3.053, p = .003$), mas não para o Rácio de Flexibilidade Familiar (Tabela G5), mostrando como as participantes do sexo feminino descrevem o seu funcionamento familiar com níveis de coesão familiar significativamente mais funcionais que os do género masculino.

Por outro lado, para testarmos a existência de diferenças significativas dos níveis de Rácio do Funcionamento Familiar entre os grupos de participantes com ou sem irmãos realizámos um teste *t-Student*, em que verificámos como não parecem existir diferenças estatisticamente significativas na descrição do funcionamento familiar destes participantes (Tabela G7). Numa outra análise, para compreender os resultados do Rácio do Funcionamento Familiar entre as posições na fratria, levámos a cabo uma Anova One-way que permitiu concluir pela inexistência de quaisquer diferenças significativas dos valores deste rácio segundo a posição na fratria (Tabela G9).

Por último, testámos ainda a existência de diferenças significativas entre as médias do Rácio do Funcionamento Familiar consoante a condição do sistema conjugal, isto é, se os pais dos jovens em estudo vivem juntos ou separados, e pudemos compreender através de um teste *t-Student* que a descrição do funcionamento familiar está independente da situação conjugal, não se verificando diferenças significativas entre estes grupos (Tabela G11).

2.2 Análise Descritiva da Escala de Autocontrolo e Outras Variáveis em Análise.

Passando agora a uma análise descritiva dos resultados da escala de autocontrolo (Fonseca, 2002a), importa lembrar que níveis mais elevados nesta escala indicam menor capacidade de autocontrolo ($M = 23.918, DP = 10.166, Min = 4, Máx = 55$) (Anexo H). Para tal, começámos por analisar a relação entre o autocontrolo e a idade, verificando-se uma correlação estatisticamente significativa no sentido negativo ($r = -.167, p = .017$) (Tabela H1), que nos permite concluir que, à medida que a idade aumenta, maior a sua capacidade de autocontrolo, apesar de Gottfredson e Hirschi (1990) definirem este constructo como um traço de personalidade estável no tempo.

Por outro lado, verificámos ainda a existência de diferenças significativas das médias de autocontrolo entre os grupos de géneros diferentes ($t(204) = 4.815, p = .000$) (Tabela H3), no sentido de que os sujeitos do sexo masculino apresentam capacidades de autocontrolo significativamente inferiores aos das participantes do sexo feminino. Este dado vai no sentido

daquilo que foi encontrado na versão original da Teoria Geral do Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990).

2.3 Análise Descritiva do Desvio Juvenil.

A Escala de Comportamentos Desviantes (Sanches & Gouveia-Pereira, 2013), como vimos anteriormente, trata-se de uma escala de frequência ($M = 4.72$, $DP = 3.404$, $Min = 0$, $Máx = 19$) (Anexo I), sendo que o resultado final é obtido através do somatório dos itens respondidos com o tipo de resposta *Sim*, sendo que quanto maior o resultado final, mais comportamentos desviantes foram praticados pelo sujeito. Numa análise dos dados obtidos através desta escala percebemos como não está presente qualquer associação linear estatisticamente significativa entre o comportamento desviante e idade dos participantes (Tabela I2). Mas, ao verificarmos a Figura 3 compreendemos que o comportamento desviante atinge o seu ponto máximo aos 15 anos de idade ($M = 6.6$, $DP = 4.21$), sendo seguido de um decréscimo notório na prática de comportamentos desviantes, tal como é apontado na literatura (e.g. Emler & Reicher, 1995).

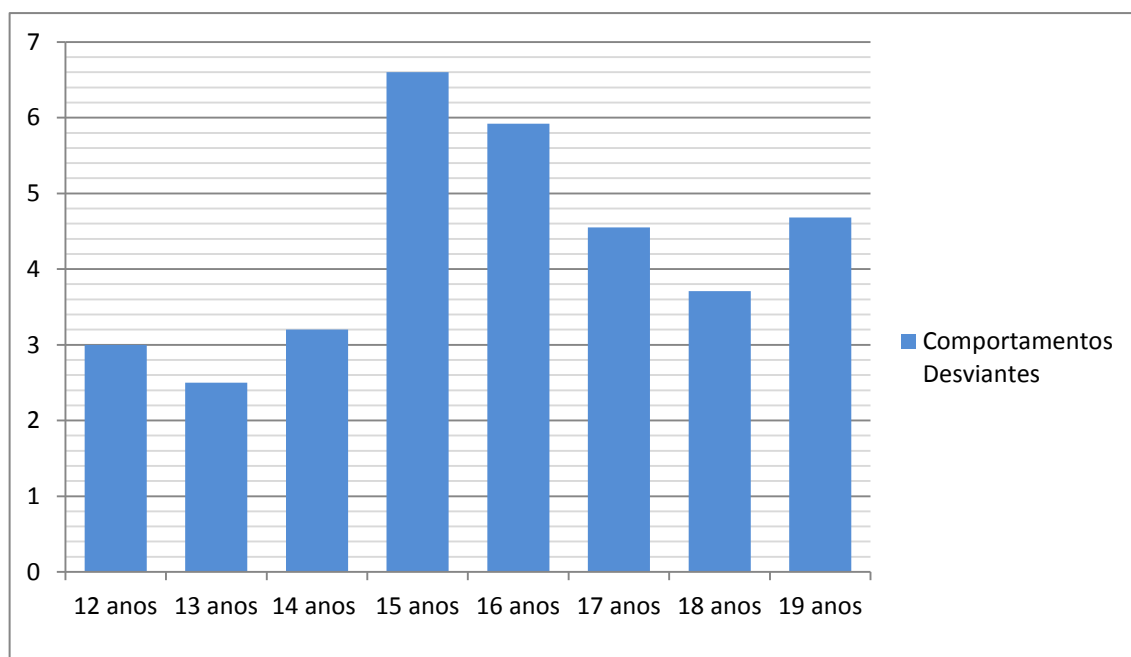


Figura 3. Gráfico da Frequência dos Comportamentos Desviantes Segundo a Idade dos Participantes.

Numa outra linha, realizámos uma análise dos comportamentos desviantes segundo o género dos participantes através do teste não-paramétrico Wilcoxon-Mann-Whitney, uma vez

que esta variável viola o pressuposto do teste paramétrico da homogeneidade das variâncias ($F(1, 204) = 20.610, p = .000$) (Tabela D8). Assim, verificámos a existência de diferenças altamente significativas ($U=3461, W=11589, p = .000$) (Tabela I5), no sentido de que os sujeitos do sexo masculino ($N = 79, M = 6.06, DP = 4.115$) apresentam, em média, mais comportamentos desviantes que os sujeitos do sexo feminino ($N = 127, M = 3.89, DP = 2.558$), um dado que tem sido repetidamente encontrado (e.g. Gottfredson & Hirschi, 1990; Dishion, 2000). Além disto, como podemos verificar na Figura 4, este dado vai ao encontro das diferenças entre géneros que havíamos notado quanto às funções de autocontrolo, duas variáveis que se revelaram fortemente correlacionadas ($r = .480, p = .000$) (Tabela I6), no sentido proposto por Hirschi e Gottfredson (1990), ou seja, quanto mais baixa é a capacidade de autocontrolo, mais comportamentos desviantes são apresentados.

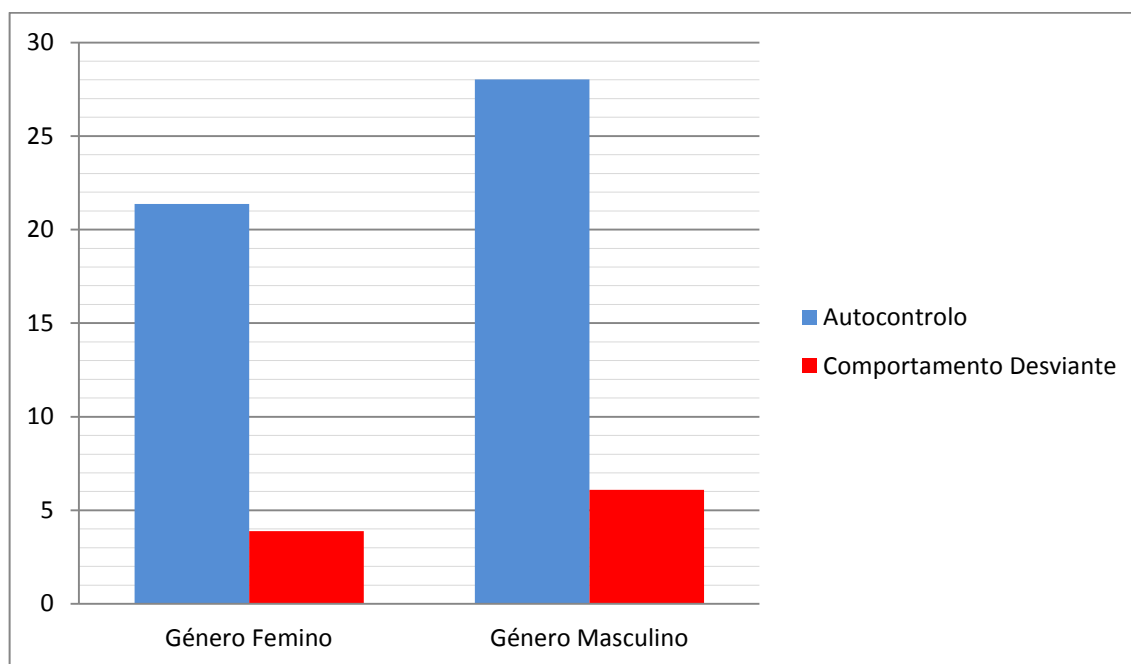


Figura 4. Gráfico de Frequências do Autocontrolo e dos Comportamentos Desviantes Segundo o Género dos Participantes.

3. Sistema Familiar e Comportamentos Desviantes

Chegados a este ponto do presente estudo damos início ao teste das hipóteses decorrentes da revisão da literatura. Quanto à primeira hipótese em estudo, que dizia respeito à hipótese curvilínea do Modelo Circumplexo (Olson, 2000), esperávamos que *os jovens provenientes de sistemas familiares funcionais, contrariamente aos jovens provenientes de*

sistemas disfuncionais, apresentassem menos comportamentos desviantes. Por forma a dar resposta a esta primeira hipótese começámos por testar a correlação entre o Rácio do Funcionamento Familiar e a conduta desviante, onde encontrámos a presença de uma correlação negativa estatisticamente significativa ($r = -.166, p = .017$) (Tabela J2), indicadora de como, à medida que o funcionamento familiar melhora, a prática de comportamentos desviantes por parte dos jovens diminui, e vice-versa.

Para explorar melhor estes dados pudemos construir uma nova variável constituída pela divisão quartílica do Rácio do Funcionamento Familiar. A estes quatro novos grupos denominámos por 1º quartil - *Muito Disfuncional* ($N = 51, M = 6.06, DP = 4.101$), 2º quartil - *Disfuncional* ($M = 52, M = 4.23, DP = 2.888$), 3º quartil - *Funcional* ($N = 52, M = 4.62, DP = 3.291$), 4º quartil - *Muito Funcional* ($N = 51, M = 4.00, DP = 2.919$) (Tabela J4 e J5). Para estudar as diferenças dos comportamentos desviantes segundo estes grupos quartílicos, verificado o pressuposto da homogeneidade das variâncias ($F(3, 202) = 1.278, p = .283$) (Tabela D9), recorremos ao teste Anova One-way. Este teste permitiu concluir pela existência de diferenças estatisticamente significativas das médias dos comportamentos desviantes entre os quartis do Rácio do Funcionamento Familiar ($F(3, 202) = 3.926, p = .009, \eta^2_p = .055, \pi = .825$) (Tabela J6). Então, para percebermos em que grupos se verificam estas diferenças recorremos ao teste *Post Hoc* de Tukey (Tabela J7), que nos levou a concluir que as diferenças significativas se dão apenas entre o grupo *Muito Disfuncional* e os grupos *Disfuncional* e *Muito Funcional* ($p < .05$ para ambos), veja-se a Figura 5.

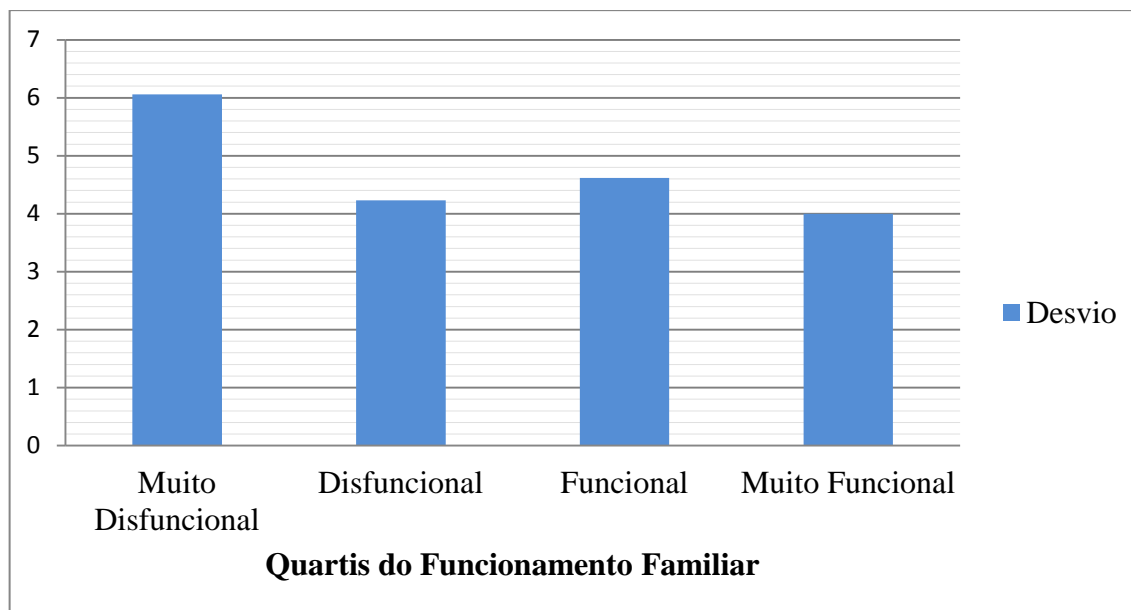


Figura 5. Gráfico de Frequências do Comportamento Desviante Segundo os Quartis do Rácio do Funcionamento Familiar.

Num teste de correlação entre os Rácios de Coesão e Flexibilidade Familiar e o comportamento desviante pudemos concluir que apenas o Rácio de Coesão Familiar se encontra significativamente correlacionado com o comportamento desviante ($r = -.173$, $p = .013$) (Tabela J3), enquanto o Rácio de Flexibilidade Familiar não atinge níveis de significância. Assim, através desta análise a hipótese curvilínea do Modelo Circumplexo parece manter-se apenas para a dimensão de coesão familiar. No entanto, apesar de o Rácio de Flexibilidade Familiar não atingir o nível de significância, o teste de correlação entre este rácio e a conduta desviante dos jovens assume uma estatística de teste negativa ($r = -.116$, $p = .096$) (Tabela J3), que nos permite verificar como estes dados se parecem organizar no sentido hipotetizado, ainda que não de forma estatisticamente significativa.

Desta forma, realizámos ainda uma outra análise de correlação entre os resultados da escala de comportamentos desviantes e as subescalas desequilibradas do Modelo Circumplexo, por forma a verificar se realmente ambos os extremos da dimensão coesão familiar se relacionam com o comportamento desviante, bem como para verificar a independência aparente entre a conduta desviante dos jovens e a flexibilidade familiar. No entanto, segundo Olson (2011), antes de levarmos a cabo esta análise devemos ainda transformar estas subescalas em percentis, para tal, e à semelhança do que fizemos com o Rácio do Funcionamento Familiar, dividimos estas variáveis de coesão e flexibilidade familiar desequilibradas pelos seus quartis.

Aos intervalos destas novas variáveis quartílicas demos os nomes, para o caso da coesão desagregada por exemplo, 1º quartil – *Nada Desagregada*, 2º quartil – *Pouco Desagregada*, 3º quartil – *Algo Desagregada*, 4º quartil – *Muito Desagregada* (Tabela J8 e J9). Importa ainda referir que também para todos os grupos quartílicos, da totalidade das subescalas desequilibradas de coesão e de flexibilidade familiar, foi possível evocar o Teorema do Limite Central, pois obtêm dimensões razoavelmente elevadas que permitem concluir que a distribuição da média amostral é satisfatoriamente aproximada à normal (Marôco, 2010). Assim, para o caso da coesão familiar em particular, apenas a subescala de coesão desagregada se encontrou significativamente correlacionada com o comportamento desviante ($r = .240$, $p = .001$), o que não aconteceu para a subescala de coesão aglutinada (Tabela J10). Da mesma forma, no respeitante à dimensão de flexibilidade familiar, apenas a subescala de flexibilidade caótica se encontra significativamente correlacionada com a conduta desviante juvenil ($r = .189$, $p = .006$), o que não sucede com a flexibilidade rígida (Tabela J11). Concluindo, ambas as dimensões, quer de coesão, quer de flexibilidade familiar, se relacionam com o comportamento desviante de forma linear, em que funcionamentos familiares desagregados e caóticos se apresentam como principais contextos de proveniência dos jovens com problemáticas de comportamentos desviantes.

4. Sistema Familiar e Autocontrolo

Quanto à segunda hipótese em estudo, onde nos propusemos testar a hipótese da Teoria Geral do Crime de Gottfredson e Hirschi (1990) segundo o postulado do funcionamento familiar de Olson (2000), ou seja, através da hipótese curvilínea do Modelo Circumplexo, esperávamos encontrar uma relação positiva entre o funcionamento familiar e as capacidades de autocontrolo dos jovens. A ser verdade, esta hipótese vai ao encontro da ideia que fixa que o autocontrolo é desenvolvido no contexto familiar (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Para testar esta hipótese lembramos que scores finais mais elevados na escala de autocontrolo significam menores capacidades de autocontrolo. Sabido isto, realizámos um teste de correlação entre o Rácio do Funcionamento Familiar e o autocontrolo, onde pudemos verificar que estas variáveis se encontram significativamente associadas no sentido negativo ($r = -.147$, $p = .035$) (Tabela K1), ou seja, quanto menos equilibrado for o funcionamento familiar, maior é o resultado final na escala de autocontrolo (i.e. menor capacidade de autocontrolo), indo ao encontro da nossa segunda hipótese.

Para explorar melhor estes resultados realizámos também uma análise dos Quartis do Rácio do Funcionamento Familiar, onde verificámos que o autocontrolo não cumpre o pressuposto de homogeneidade das variâncias ($F(3, 202) = 2.841, p = .039$) (Tabela D10). Assim, recorremos ao teste não-paramétrico *Kruskal-Wallis* que nos permitiu perceber a existência de diferenças significativas entre as médias destes grupos ($X^2_{KW}(3) = 9.343, p = .025$) (Tabela K3). Através do teste Post Hoc LSD de Fisher percebemos que existem diferenças estatisticamente significativas entre o quartil Muito Disfuncional e os quartis Funcional e Muito Funcional ($p < .01$), o que parece ir no sentido da nossa hipótese de que famílias mais funcionais, de acordo com o Modelo Circumplexo, apresentam adolescentes com capacidades de autocontrolo superiores, veja-se a Figura 6.

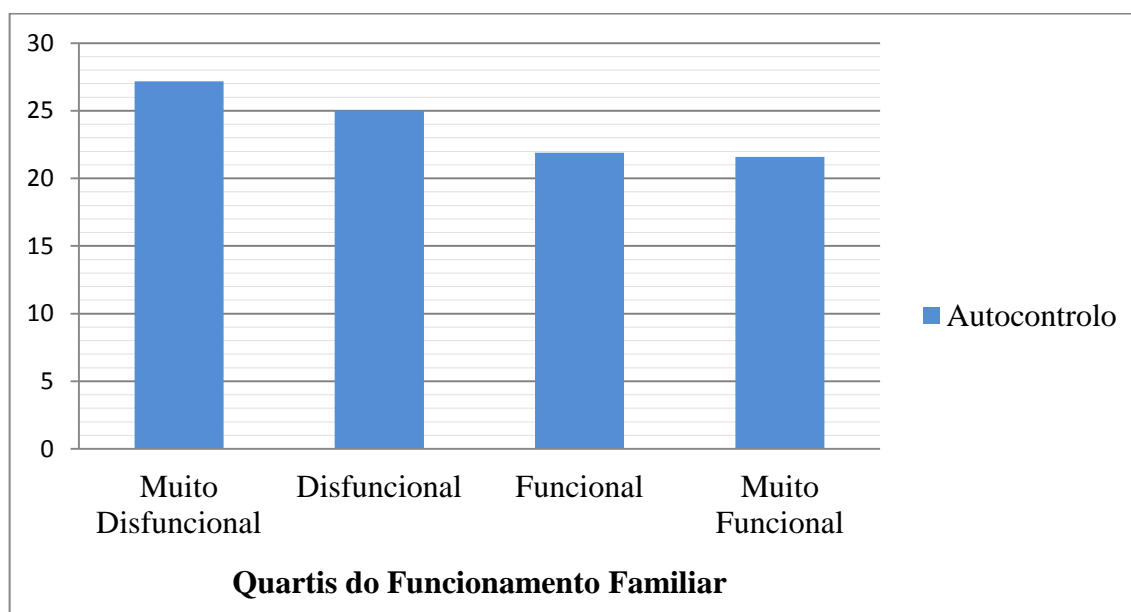


Figura 6. Gráfico de Frequências do Autocontrolo Segundo os Quartis do Rácio do Funcionamento Familiar.

Ainda assim, estes dados podem deixar algumas dúvidas quanto à curvilinearidade da relação entre o funcionamento familiar e o autocontrolo. É em resposta a estas questões, à semelhança do que fizemos para com o comportamento desviante, realizámos um teste de correlação entre o autocontrolo e os quartis das subescalas desequilibradas de cada uma das dimensões do Modelo Circumplexo. No que respeita à coesão familiar verificámos como ambas as subescalas de coesão desagregada ($r = .222, p = .001$) e aglutinada ($r = .154, p = .028$) (Tabela K5) se correlacionam positivamente com os resultados da escala de autocontrolo, ou seja, quanto mais disfuncional é o ambiente familiar em ambos os sentidos

de coesão familiar (i.e. desagregado e aglutinado), maiores os scores na escala de autocontrole (i.e. menor capacidade de autocontrole), o que comprova a relação curvilínea entre a dimensão coesão familiar e o autocontrole.

Já no que respeita à análise dos quartis das subescalas de flexibilidade familiar desequilibrada observámos como ambos os extremos de flexibilidade familiar, quer rígida ($r = .166$, $p = .017$), quer caótica ($r = .181$, $p = .009$) (Tabela K6), se correlacionam de forma estatisticamente significativa com os níveis de autocontrole. Assim, tal como sucedia para a coesão familiar, também no caso da flexibilidade familiar verificámos a presença de uma relação curvilínea, onde, quanto mais extremados os níveis desta dimensão familiar em ambos os sentidos (i.e. rígido e caótico), maiores os *scores* na escala de autocontrole (i.e. menor capacidade de autocontrole). Concluindo, o funcionamento familiar e o autocontrole, ao contrário do que sucedia com o comportamento desviante, assumem uma relação curvilínea, veja-se a Figura 7.

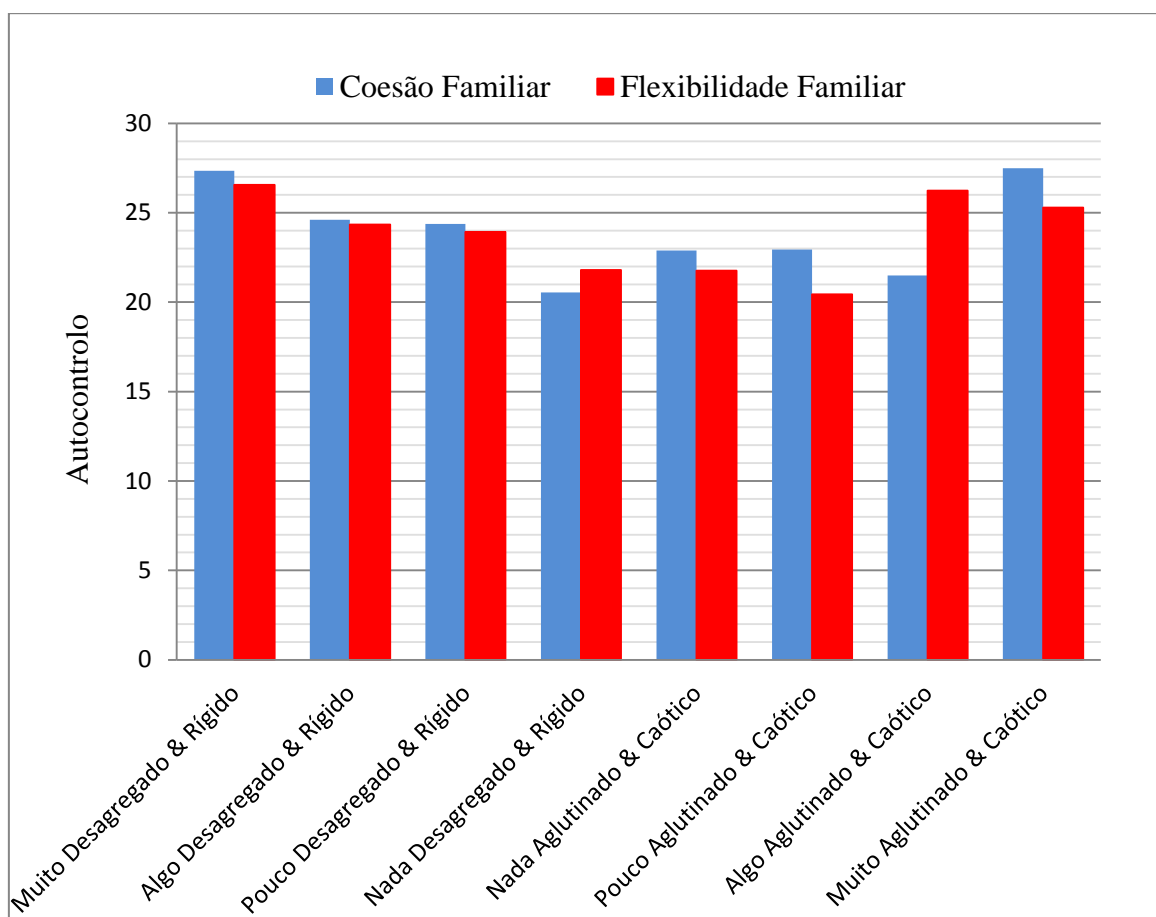


Figura 7. Gráfico de Frequências do Autocontrole Segundo os Quartis das Escalas de Coesão e Flexibilidade Familiar Desequilibradas.

5. Autocontrolo como Variável Mediadora da Relação entre o Funcionamento Familiar e o Comportamento Desviante

Por fim, passamos agora para a análise referente à nossa terceira hipótese, onde propúnhamos um modelo em que *o autocontrolo seria mediador da relação estabelecida entre o funcionamento familiar e o comportamento desviante*. Para testar esta hipótese de mediação recorreremos ao método proposto por Baron e Kenny (1986), que indicam quatro condições essenciais que devem ser satisfeitas para que possamos concluir pela presença deste modelo de mediação.

A primeira condição prende-se com a necessidade de se verificar, numa primeira análise de regressão linear, um efeito significativo da variável independente sobre a variável mediadora. Assim, para testar esta primeira condição, realizámos uma análise de regressão linear em que o lugar de variável independente é ocupado pelo Rácio do Funcionamento Familiar, enquanto a variável mediadora, ou seja, o Autocontrolo, é assumido como variável dependente. Assim, através deste teste verificámos como estas variáveis estão associadas de forma estatisticamente significativa ($\beta = -.15$, $p = .035$, $R^2_a = .017$) (Tabelas L1 e L3), permitindo-nos concluir pela verificação desta primeira condição.

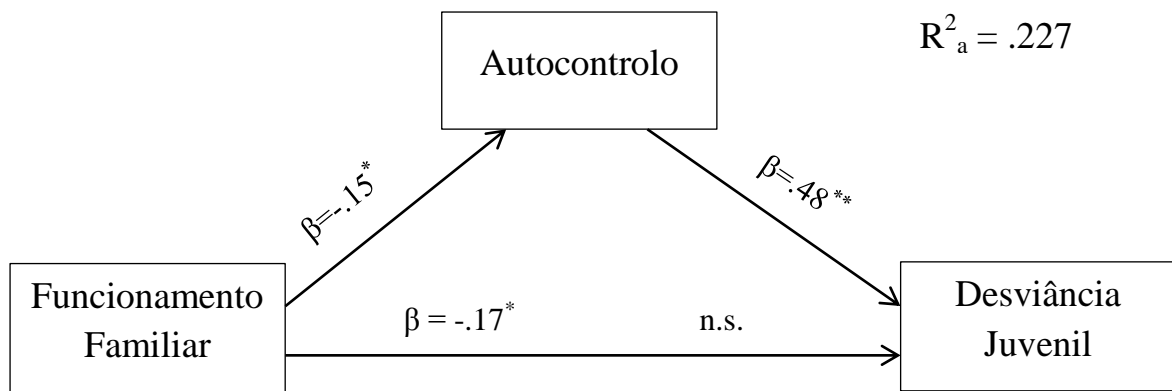
A segunda condição apontada por estes autores prende-se com a realização de uma nova análise de regressão linear, em que se testa o efeito da variável independente sobre a variável dependente. Assim, realizámos uma segunda análise de regressão linear em que o Rácio do Funcionamento Familiar se mantém como variável independente, enquanto o lugar da variável dependente cabe agora ao Comportamento Desviante, onde pudemos verificar que o efeito é estatisticamente significativo ($\beta = -.17$, $p = .017$, $R^2_a = .023$) (Tabelas L4 e L6), o que satisfaz esta segunda condição, embora a variância explicada (2.3 %) seja muito reduzida. Além desta análise, realizámos ainda uma regressão linear em que verificámos como o autocontrolo se associa fortemente ao comportamento desviante ($\beta = .48$, $p = .000$, $R^2_a = .227$) (Tabelas L7 e L9).

Finalmente, realizámos uma última análise de regressão desta feita através do método de selecção *stepwise*, em que foram introduzidas simultaneamente as variáveis independente (Rácio do Funcionamento Familiar) e mediadora (Autocontrolo) como variáveis independentes, verificando o seu efeito na variável dependente (Comportamento Desviante). Quanto à terceira condição, implica que a variável mediadora tenha um efeito significativo sobre a variável dependente. Desta forma, considerando esta regressão, pudemos verificar

como a variável mediadora (Autocontrolo) mantém um efeito estatisticamente significativo ($\beta = .48, p = .000, R^2_a = .227$) (Tabelas L11 e L13), assegurando a terceira condição.

Por último, de acordo com os autores Baron e Kenny (1986) o efeito da variável independente sobre a variável dependente nesta última regressão deve diminuir em comparação com a análise de regressão linear em que era considerada como único factor. Assim, nesta última análise de regressão verificámos como o efeito do funcionamento familiar sofreu uma diminuição considerável ($\beta = -.097, p = .117$) (Tabela L14), tornando-se não significativo e preenchendo a última condição.

Satisfeitas todas as condições apontadas por Baron e Kenny (1986) estamos agora aptos a realizar o teste Z de Sobel (<http://quantpsy.org/sobel/sobel.htm>), através do qual pudemos concluir como a diminuição do efeito do funcionamento familiar sobre os comportamentos desviantes da segunda para a última análise de regressão linear é estatisticamente significativa ($Z = -2.036, p = .042$). Assim, estamos em condições de concluir pela existência de um modelo de mediação total entre estas variáveis, ou seja, a variável autocontrolo é, de facto, mediadora da relação entre o funcionamento familiar e a conduta desviante juvenil, confirmando a nossa terceira hipótese.



Nota. n.s. = estatisticamente não significativo. * . $p < .05$, ** . $p < .01$.

Figura 8. Modelo de Mediação.

Discussão

O presente trabalho foi realizado com o objectivo de lançar alguma luz sobre a forma como o sistema familiar se relaciona com o desenvolvimento da conduta desviante dos adolescentes. De forma geral, os nossos resultados demonstram como o sistema familiar se relaciona de forma linear com o comportamento desviante juvenil, de maneira que, quanto menor a coesão familiar (sistemas familiares desagregados) e quanto maior a flexibilidade familiar (sistemas familiares caóticos), mais comportamentos desviantes são apresentados pelos seus adolescentes.

Mas, por outro lado, o funcionamento familiar parece relacionar-se de forma curvilínea com o autocontrolo, ou seja, níveis extremos de coesão (sistemas familiares desagregados e aglutinados) e flexibilidade familiar (sistemas familiares rígidos e caóticos), em ambos os sentidos, parecem ser promotores de níveis de autocontrolo significativamente mais baixos nos seus jovens, que funcionamentos familiares equilibrados.

Por último, a presente análise dos resultados permitiu validar um modelo de relação entre o funcionamento familiar e o comportamento desviante juvenil totalmente mediado pelo autocontrolo.

1. Funcionamento Familiar e Desviância Juvenil

Na primeira hipótese em estudo tentávamos explorar a existência de uma relação curvilínea entre o funcionamento familiar, tal como o definiu Olson (2000), e a desviância juvenil. Alguns estudos, ainda que escassos, tinham já tentado estudar esta relação, concluindo que o funcionamento familiar e a desviância juvenil se associavam de forma linear, em que níveis extremamente baixos, quer de coesão (funcionamentos familiares desagregados), quer de flexibilidade familiar (funcionamentos familiares rígidos), apresentavam jovens com mais problemáticas desviantes (e.g. Blaske et al., 1989; McGaha & Leoni, 1995; Shields & Clark, 1995). Outros ainda punham à prova a utilidade deste modelo familiar bidimensional, uma vez que apenas a coesão familiar, de forma linear, se relacionava significativamente com a conduta desviante na adolescência (Matherne & Thomas, 2001).

Neste estudo em particular, o Rácio do Funcionamento Familiar demonstrou-se significativamente associado ao comportamento desviante dos adolescentes, demonstrando como, à medida que o funcionamento familiar melhora, a prática de comportamentos desviantes diminui. Este indicador revelou-se ainda precoce para concluir pela existência de uma relação curvilínea entre estas duas variáveis, mas permitiu, desde logo, retirar a

conclusão de como níveis equilibrados de coesão e flexibilidade familiar se apresentam mais saudáveis para o desenvolvimento normativo dos jovens.

Numa análise mais detalhada destes dados pudemos verificar como, na realidade, a relação entre estas duas variáveis não se dava de forma curvilínea, mas sim linear. No caso da coesão familiar, das duas subescalas avaliadoras de níveis extremos/disfuncionais desta dimensão, ou seja, coesão desagregada (extremamente baixa) e coesão aglutinada (extremamente alta), apenas a subescala de coesão desagregada se demonstrou significativamente correlacionada com o comportamento desviante. Da mesma forma, das duas subescalas avaliadoras de níveis desequilibrados de flexibilidade familiar, ou seja, flexibilidade rígida (extremamente baixa) e flexibilidade caótica (extremamente alta), apenas a flexibilidade caótica se correlacionou significativamente com a conduta juvenil desviante.

Estes resultados permitem-nos concluir que ambas as dimensões do Modelo Circumplexo (Olson, 2000) se relacionam com a desviância juvenil de forma linear, e não curvilínea como tínhamos proposto. É desta forma que concluímos pela rejeição da nossa primeira hipótese, adoptando antes uma hipótese de relação linear entre o modelo de funcionamento familiar de Olson (2000) e a desviância juvenil, na medida em que, jovens provenientes de sistemas familiares mais coesos e menos flexíveis, contrariamente aos jovens provenientes de sistemas menos coesos e mais flexíveis, apresentam menos comportamentos desviantes.

No caso particular da coesão familiar, a primeira dimensão descrita no Modelo Circumplexo e que é definida sobretudo pelo laço emocional que é estabelecido entre os membros da família, vimos, neste trabalho, como estabelece uma relação linear com comportamento desviante na adolescência, na medida em que, quanto mais desagregado (menos coeso) for o funcionamento familiar, mais comportamentos desviantes são exibidos pelos seus jovens, ou seja, a desviância juvenil tendencialmente surge na presença de transacções marcadas por uma separação emocional extrema, em que os membros da família não se apoiam, nem se envolvem nas vidas uns dos outros (Olson & Gorall, 2003).

Esta relação linear, entre baixos níveis de coesão familiar e comportamento desviante na adolescência, havia sido já encontrada por alguns autores que se tinham dedicado ao estudo da conduta desviante recorrendo ao Modelo Circumplexo (e.g. Blaske et al., 1989; McGaha & Leoni, 1995; Shields & Clark, 1995) e, além disso, níveis muito baixos de coesão familiar tinham sido inclusivamente considerados como uma das características fundamentais do desenvolvimento de comportamentos desviantes por múltiplos investigadores exteriores a este modelo (e.g. Sampson & Laub, 1994; Tolan et al., 1997; Zimmerman et al., 1998; Henry et

al., 2001; Gorman-Smith et al., 2004; Kliewer et al., 2006; Brook et al., 2008; Sanni et al., 2010). Num entendimento sistémico destes dados, tal como foi descrito por Minuchin (1988), os processos de selecção-ampliação e de cristalização-patologização do comportamento desviante juvenil podem ser explicados pelo facto de este comportamento adoptar uma verdadeira função familiar, no sentido de reaproximar este tipo de famílias pouco coesas, com padrões transaccionais caracteristicamente desagregados.

Quanto à flexibilidade familiar, a segunda dimensão do Modelo Circumplexo, é definida, sobretudo, pela liderança, organização e pelos tipos de papéis e regras relacionais que se fixam num dado sistema familiar, ou por outras palavras, pela forma como as famílias se organizam num *continuum* entre os pólos de estabilidade e mudança (Olson, 2011). No nosso trabalho, como vimos, a relação estabelecida entre flexibilidade familiar e comportamento desviante na adolescência dá-se de forma linear, na medida em que, quanto mais caótico (mais flexível) for o funcionamento familiar, mais comportamentos desviantes são exibidos pelos seus jovens. Assim, vemos como o desvio juvenil surge maioritariamente nestes tipos de sistemas familiares, que apresentam uma liderança errática ou difusa, em que as decisões são tomadas irreflectida e impulsivamente por qualquer membro da família, em que os papéis são difusos, pouco nítidos e tendem a mudar de um membro para outro (Olson & Gorall, 2003).

A literatura acerca da relação entre a flexibilidade familiar e comportamento desviante, ainda que escassa, é discordante. Se, por um lado, alguns estudos concluíram que são as famílias rígidas que apresentam mais problemáticas desviantes (e.g. Sanni et al., 2010; Blaske et al., 1989; McGaha & Leoni, 1995; Shields & Clark, 1995), por outro, autores como Ausloos (1983; 2003) desenvolveram campos teóricos dedicados à explicação da conduta desviante através de funcionamentos familiares fixados em transacções caóticas. Assim, os resultados da presente tese estão de acordo com os trabalhos deste último autor, que nos permite uma explicação do comportamento desviante à luz do modelo sistémico, explicando como as trocas nos sistemas caóticos se dão num tempo *ocorrencial*, ou seja, apesar de nova informação ser introduzida sem cessar, o ritmo acelerado e desordenado deste tipo de funcionamento familiar não permite a elaboração desta informação, ou, como este autor referia, impossibilitava a mentalização que por sua vez apresenta o comportamento desviante como uma solução possível, porventura única, para estes jovens (Ausloos, 1983; 2003).

Em suma, através dos dados obtidos neste estudo, a hipótese curvilínea do Modelo Circumplexo é rejeitada para o comportamento desviante, sendo assumida uma relação linear entre ambas as dimensões do Modelo Circumplexo, corroborando as hipóteses de Minuchin

(1988) e Ausloos (1983), de que jovens desviantes são provenientes sobretudo de funcionamentos familiares desagregados (pouco coesos) e caóticos (muito flexíveis), respectivamente.

2. Funcionamento Familiar e Autocontrolo

Passando agora para a discussão dos resultados respectivos à análise da segunda hipótese em estudo, onde tomávamos em conta a premissa de Gottfredson e Hirschi (1990) sobre o desenvolvimento do autocontrolo dentro do sistema familiar, esperando que os jovens provenientes de sistemas familiares funcionais, por oposição aos jovens provenientes de sistemas disfuncionais, apresentassem maior capacidade de autocontrolo. Nesta análise vimos como o Rácio do Funcionamento Familiar se encontrou significativamente associado ao autocontrolo, na medida em que, quanto mais funcional for o sistema familiar de proveniência dos jovens, mais elevadas são as suas capacidades de autocontrolo. Este dado parece ir ao encontro da nossa segunda hipótese, bem como da hipótese curvilínea do contexto de desenvolvimento ideal para os seus membros (Olson, 2000). Para nos certificarmos da validade destes dados, realizámos uma análise mais detalhada que nos permitiu certificar como ambos os extremos das duas dimensões centrais do Modelo Circumplexo se correlacionam significativamente com as funções de autocontrolo.

Assim, pudemos afirmar como o funcionamento familiar segundo o Modelo Circumplexo se relaciona de forma curvilínea com o autocontrolo, de modo que, quanto mais disfuncional for o ambiente familiar em ambos os sentidos de coesão familiar (i.e. desagregado e aglutinado) e flexibilidade familiar (i.e. rígida e caótica), menores serão as capacidades de autocontrolo dos seus adolescentes. Esta conclusão vai ao encontro da hipótese geral do Modelo Circumplexo de Olson (2000), mas também do postulado por Gottfredson e Hirschi (1990) na sua Teoria Geral do Crime, onde concediam grande importância ao ambiente familiar na promoção de autocontrolo nos seus filhos, descrevendo o contexto familiar como a causa principal da falta de autocontrolo. Quanto a este aspecto lembramos que Gottfredson e Hirschi (1990) destacavam quatro características familiares, dentro das quais, o vínculo afectivo entre pais e filhos, uma característica que pode ser incluída na dimensão coesão familiar do Modelo Circumplexo, enquanto as restantes características são a supervisão parental, a disciplina/regras familiares, o reconhecimento e a punição dos comportamentos desviantes exibidos pelas crianças, que desta feita podem ser equiparados à dimensão de flexibilidade familiar do Modelo Circumplexo. De salientar que já os autores da Teoria Geral do Crime definiam que o comportamento parental, especialmente

no que toca à punição do comportamento desviante dos seus filhos, não deve ser efectuado, nem de forma extremamente rígida, nem demasiado branda, à semelhança da hipótese curvilínea defendida por Olson (2000).

Desta maneira, ao contrário do que sucedia com o comportamento desviante, jovens com níveis mais baixos de autocontrolo provêm sobretudo de funcionamentos familiares com níveis de coesão desagregados e aglutinados. Por outras palavras, estes jovens derivam de sistemas familiares com padrões transaccionais definidos, quer por uma separação emocional extrema, pelo baixo envolvimento na vida interpessoal e pelo baixo vínculo afectivo, quer por padrões relacionais marcados pela proximidade emocional extrema, pela enorme dependência intrafamiliar e pela impossibilidade de desenvolvimento de interesses individuais. Da mesma forma, no que toca à flexibilidade familiar, as capacidades de autocontrolo revelam-se mais limitadas em relacionamentos familiares rígidos e caóticos, isto é, famílias com padrões relacionais rígidos, em que se observa um líder claro e controlador, em que a tomada de decisão é imposta e inegociável, em que os papéis são estritamente definidos e as regras inalteráveis, bem como, em sistemas com padrões transaccionais em que a liderança é pouco nítida, em que as decisões são tomadas irreflectida e impulsivamente, em que os papéis são difusos e as regras inconsistentes.

Por outro lado, o desenvolvimento individual óptimo, em que os adolescentes apresentam maiores níveis de autocontrolo, parece ficar reservado a funcionamentos familiares equilibrados, ou seja, onde existe a possibilidade de passar tempo em separado e em conjunto, onde existe partilha de actividades e de tomada de decisões, onde estão presentes estilos de liderança com características democráticas que permitem a negociação, onde existem papéis estáveis mas que podem ser partilhados e onde as regras familiares são consistentes mas que se adequam às necessidades desenvolvimentais dos seus membros (Olson & Gorall, 2003).

Em suma, através dos dados obtidos neste estudo, estamos em posição de concluir pela presença de uma relação curvilínea entre o funcionamento familiar segundo o Modelo Circumplexo e o autocontrolo. Estes dados, além de irem ao encontro da nossa segunda hipótese e da hipótese central do Modelo Circumplexo que pressupõe que os níveis equilibrados de coesão e flexibilidade familiar são condutivos a um desenvolvimento individual mais saudável (Olson, 2011), corroboram também a definição do desenvolvimento do autocontrolo no contexto familiar desenvolvida por Gottfredson e Hirschi (1990) na Teoria Geral do Crime.

3. Funcionamento Familiar, Autocontrolo e Desviância Juvenil

Por último, tínhamos ainda levantado uma terceira hipótese, onde tentávamos explorar a relação estabelecida entre as três variáveis em estudo, ou seja, o Funcionamento Familiar, o Autocontrolo e o Comportamento Desviante. Assim, propusemos um modelo que apontava o autocontrolo como a variável mediadora da relação entre o sistema familiar e a conduta desviante juvenil, em que quanto mais funcional fosse o sistema familiar dos jovens, mais elevada seria a sua capacidade de autocontrolo. E, por sua vez, quanto mais elevada a capacidade de autocontrolo dos jovens, menos comportamentos desviantes apresentariam.

A análise dos resultados para esta terceira hipótese permitiu-nos assumir como verdadeiro o modelo de mediação em estudo, reconhecendo a variável autocontrolo como sendo, de facto, mediadora da relação entre o funcionamento familiar e a conduta desviante juvenil. Além disto, o modelo de mediação obtido, ilustrado na Figura 8, descreve uma mediação total da relação entre estas três variáveis, ou seja, a variável mediadora (autocontrolo) explica totalmente o efeito do funcionamento familiar sobre a desviância juvenil. Baron e Kenny (1986) salientaram que os diferentes fenómenos em ciências psicológicas e sociais apresentam habitualmente múltiplas causas, não sendo comum encontrarem-se mediações totais, como é o caso. Assim, somos levados a pensar numa hipótese alternativa em que, por exemplo, este dado se fique a dever ao facto do Rácio do Funcionamento Familiar explicar apenas 2.3 por cento da variância do comportamento desviante, enquanto, por outro lado, o autocontrolo se revela fortemente associado a esta conduta juvenil, por isso mesmo assumindo-se como total mediador desta relação.

Não obstante, a análise dos resultados obtidos neste trabalho, além de confirmar o modelo proposto na nossa hipótese, vai ao encontro do estipulado na Teoria Geral do Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990), que designa como o papel principal do contexto familiar na conduta desviante se dá através da sua incapacidade de promover capacidades de autocontrolo nos seus filhos, cabendo a este último factor o lugar de premissa central do comportamento desviante. Além disso, vimos como, apesar do modelo de mediação se assumir como total, a relação do funcionamento familiar, quer com o comportamento desviante, quer com o autocontrolo, revelou diferenças significativas. Se, por um lado, o funcionamento familiar estabelece uma relação curvilínea com o autocontrolo, por outro, o funcionamento familiar estabelece uma relação linear com o desvio juvenil. Assim, somos apresentados a dois tipos de relacionamentos familiares disfuncionais (i.e. coesão aglutinada e flexibilidade rígida)

onde, apesar de apresentarem adolescentes com baixos níveis de autocontrolo, revelam uma conduta desviante significativamente inferior.

Importa referir que estes dados não são incompatíveis com a Teoria Geral do Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990) que afirma, desde logo, como a falta de autocontrolo não implica necessariamente o desenvolvimento de condutas desviantes, incluindo a possibilidade de existirem jovens com baixos níveis de autocontrolo que nunca chegam a praticar comportamentos desviantes. Assim, somos levados a pensar que os funcionamentos familiares rígidos e aglutinados apresentam algumas características que possam funcionar como factores de protecção eficientes face ao comportamento desviante, mesmo que se apresentem como contextos ineficazes para o desenvolvimento do autocontrolo.

Para tentar compreender estes resultados lembramos o que a literatura sistémica referia quanto à entrada de um dos elementos da família na adolescência. Como vimos anteriormente, este é um período de crise acentuado, em que o novo adolescente apresenta crescentes necessidades sociais, esperando-se naturalmente uma maior abertura ao exterior por parte do sistema, que deve, ainda assim, permitir ao adolescente regressar ao seio familiar. No entanto, funcionamentos familiares com padrões transaccionais desagregados e caóticos, definidos pelo excesso de abertura ao exterior e pela ausência de regras familiares, expõem o adolescente a uma abertura ao exterior demasiado precoce, comprometendo a sua normal socialização, que se revela, muitas vezes, sob a forma de comportamentos desviantes (Alarcão, 2006), tal como verificámos nos nossos resultados.

Em oposição, nos sistemas familiares com funcionamentos aglutinados e rígidos, marcados pela proximidade emocional extrema e pelas regras excessivas, a crescente necessidade de abertura ao exterior por parte do adolescente pode ser percebida como uma ameaça, ou mesmo como uma traição. Em resposta, estes funcionamentos familiares podem agir numa tentativa de anulação da necessidade de mudança sistémica (Relvas, 1996) que, tal como os estilos relacionais anteriores, não oferece a possibilidade de um desenvolvimento saudável para os seus jovens elementos, o que no nosso estudo se revelou sob a forma do baixo autocontrolo, ou seja, adolescentes tendencialmente autocentrados, insensíveis às necessidades e ao sofrimento dos outros e com baixa tolerância à frustração (Gottfredson & Hirschi, 1990; Hirschi, 2004). No entanto, os jovens provenientes destes funcionamentos familiares rígidos e aglutinados apresentam menos comportamentos desviantes.

Apesar destes resultados não nos permitirem ir mais longe nas nossas conclusões, oferecemos ainda algumas possíveis explicações para estes dados. Por exemplo, na tentativa de anulação da necessidade de abertura ao exterior, as famílias aglutinadas e rígidas fazem

com que o adolescente passe mais do seu tempo acompanhado pelos seus familiares, diminuindo assim as suas oportunidades de delinquir. Esta hipótese foi inclusive considerada por Gottfredson e Hirschi (1990), existindo até evidência empírica demonstrativa do importante papel desenrolado pelas oportunidades (Fonseca & Simões, 2002). Além disso, esta ideia era já defendida por Hirschi (2002) na sua Teoria do Controlo Social, onde referia o Investimento como uma das componentes essenciais do comportamento desviante, incluindo a hipótese de um adolescente não apresentar quaisquer comportamentos desviantes simplesmente pela quantidade de tempo e de energia que investe em outros interesses convencionais, diminuindo de forma significativa as suas oportunidades de delinquir.

Mais ainda, além do papel das oportunidades, pela quantidade de tempo que passam em conjunto, os funcionamentos familiares rígidos e aglutinados podem impossibilitar ou diminuir a acção de outros factores de risco, tal como é o caso do envolvimento em grupos de pares com comportamentos desviantes. Esta hipótese foi inclusivamente considerada no trabalho de Zimmerman et al. (1998), que demonstrou como os sistemas familiares mais coesos conseguem abafar o efeito prejudicial dos grupos de pares violentos.

4. Limitações

Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos na presente tese, importa agora debater as suas principais limitações. Assim, podemos começar por salientar limitações inerentes às qualidades psicométricas do instrumento FACES IV, uma versão em actual processo de validação para a população portuguesa, podendo revelar-se ainda como uma versão pouco fiável para a avaliação das características familiares pretendidas.

Outro ponto fraco passível de ser apontado a este trabalho prende-se com o facto destas variáveis terem sido obtidas exclusivamente através de métodos de auto-relato, onde era o próprio adolescente que descrevia os seus comportamentos, atitudes e ambiente familiar, revelando-nos apenas a sua percepção sobre estes factos, o que pode constituir uma visão algo limitada da realidade em estudo.

Por último, gostaríamos de salientar o facto de a avaliação do funcionamento familiar ter sido realizada tendo por linha de conta o sistema familiar no seu todo, o que pode constituir-se numa limitação, na medida em que impossibilita a compreensão de relacionamentos diferenciados dentro do próprio sistema familiar, por exemplo, a sua relação com o seu pai e com a sua mãe, que podem ser completamente distintas.

5. Considerações finais e propostas para futuros estudos

Neste estudo, julgamos ter demonstrado como o Modelo Circumplexo de Olson (2000) se revela uma mais-valia, quer na compreensão do desenvolvimento de comportamentos desviantes na adolescência, com o qual revelou estabelecer uma relação linear, quer na compreensão do papel familiar referido na Teoria Geral do Crime de Gottfredson e Hirschi (1990), na medida em que mostrou estabelecer uma relação curvilínea com o autocontrolo. Mais ainda, confirmámos o modelo de mediação em que a relação entre o funcionamento familiar e desviância juvenil é totalmente mediada pelo autocontrolo, tal como defende este último modelo criminológico.

Não obstante estes dados permitirem uma resposta à questão sobre a forma como a família se relaciona, quer com o desvio, quer com o autocontrolo, estes resultados levantam ainda a questão da existência de estilos relacionais familiares em que os jovens apresentam menor capacidade de autocontrolo, sem que por isso desenvolvam condutas desviantes. Assim, para investigações futuras propomos a exploração de como diferentes contextos se relacionam com o desenvolvimento deste tipo de comportamentos, por exemplo, de como o funcionamento familiar se relaciona com os grupos de pares, mais especificamente, como os estilos de funcionamento familiar do Modelo Circumplexo (Olson, 2000) influenciam a escolha dos grupos de pares, ou mesmo se modelam os seus efeitos delinquo-géneos.

Noutra linha de pensamento, o estudo da qualidade dos relacionamentos estabelecidos dentro de um mesmo sistema familiar, entre pais e mães por exemplo, revela-se uma questão indispensável à compreensão mais exacta da conduta desviante. Além disto, seria também importante que investigações futuras explorassem a família segundo a definição de outros membros do sistema familiar além do jovem em estudo, permitindo uma avaliação do funcionamento familiar mais rica e ampla.

Por último, gostaríamos de levantar uma outra questão que consideramos fundamental na compreensão do comportamento desviante, que trata da sua enorme diversidade, tornando imprescindível, para uma compreensão mais fiel deste fenómeno, o estudo diferencial de comportamentos desviantes de diferentes intensidades, tentando compreender se, para comportamentos desviantes mais ou menos graves, os efeitos do funcionamento familiar e autocontrolo se mantêm inalterados.

Referências

- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares: Uma Visão Sistémica* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- Ausloos, G. (1977). Adolescence, Délinquance et Famille: Expériences de thérapie familiale. *Annales De Vaucresson*, 14, 79-89.
- Ausloos, G. (1983). Delinquance et Thérapie Familiale: Le double-lieu scindé thérapeutique. *Bulletin De Psychologie*, 359 (36), 217-223.
- Ausloos, G. (2003). *A Competência das Famílias: Tempo, caos, processo*. Lisboa: Climepsi.
- Barnes, H. & Olson, D. (1985). Parent–adolescent communication and the Circumplex Model. *Child Development*, 56 (2), 438-447.
- Baron, R. & Kenny, D. (1986). The moderator-Mediator Variable Distinction in Social Psychological Research: Conceptual, Strategic, and Statistical Considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51 (6), 1173-1182.
- Bateson, G. & Ruesch, J. (1988). *Communication et société*. Paris: Seuil.
- Baumrind, D. (1991). Influence of parenting style on adolescent competence and substance Use. *Journal of Early Adolescence*, 11 (1), 56-95.
- Beavers, R. & Hampson, R. (2000). The Beavers Systems Model of Family Functioning. *Journal of Family Therapy*, 22 (2), 128-143.
- Benoit, J. (2004). *Tratamento das perturbações familiares* (2ª ed.). Lisboa: Climepsi.
- Blaske, D., Bourduin, C., Henggeler, S. & Mann, B. (1989). Individual, family, and peer characteristics of adolescent sex offenders and assaultive offenders. *Developmental Psychology*, 25 (5), 846-855.
- Blechman, E. (1982). Are Children with One Parent at Psychological Risk? A Methodological Review. *Journal of Marriage and the Family*, 44 (1), 179-195.

- Bogges, L. & Hipp, J. (2010). Violent crime, residential instability and mobility: Does the relationship differ in minority neighborhoods? *Journal of Quantitative Criminology*, 26 (3), 351-370.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi.
- Bowlby, J. (1944a). Forty-four juvenile thieves: their characters and home-life (I). *The International Journal of Psychoanalysis*, 25, 19-53.
- Bowlby, J. (1944b). Forty-four juvenile thieves: their characters and home-life (II). *The International Journal of Psychoanalysis*, 25, 107-128.
- Brook, J., Brook, D., Gordon, A., Whiteman, M. & Cohen, P. (1990). The psychosocial etiology of adolescent drug use: A family interactional approach. *Genetic, Social, and General Psychology Monographs*, 116 (2), 111-267.
- Brook, J., Pahl, K. & Cohen, P. (2008). Associations between Marijuana Use During Emerging Adulthood and Aspects of the Significant Other Relationship in Young Adulthood. *Journal of Child and Family Studies*, 17 (1), 1-12.
- Burton, J. & Marshall, L. (2005). Protective factors for youth considered at risk of criminal behavior: Does participation in extracurricular activities help? *Criminal Behavior and Mental Health*, 15 (1), 46-64.
- Casoni, D. & Brunet, L. (2003). *La psychocriminologie: apports psychanalytiques et applications cliniques*. Montreal: Les Presses de l'Université de Montréal.
- Clark, R. & Shields, G. (1997). Family communication and delinquency. *Adolescence*, 32 (125), 81-92.
- Compton, M., Thompson, N. & Kaslow, N. (2005). Social environment factors associated with suicide attempt among low-income African Americans: The protective role of family relationships and social support. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 40 (3), 175-185.
- Dishion, T. (2000). Cross-setting consistency in early adolescent psychopathology: Deviant friendships and problem behavior sequelae. *Journal of Personality*, 68 (6), 1109-1126.

- Dishion, T. Patterson, G., Stoolmiller & Skinner, M. (1991). Family, School, and Behavioral Antecedents to Early Adolescent Involvement With Antisocial Peers. *Developmental Psychology*, 27 (1), 172-180.
- Durkheim, É. (1973). *Moral Education*. New-York: Free Press.
- Durkheim, É. (1995). Suicídio e a anomia. In B. Cruz (Ed.), *Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos* (Vol. 1, pp. 345-363). Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Durkheim, É. (2001). *As Regras do Método Sociológico* (8ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Emler, N. & Reicher, S. (1995). *Adolescence and Delinquency*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Erikson, E. (1972). *Identidade: Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Eysenck, H. (1990). Crime and personality. In N. Hilton, M. Jackson & C. Webster (Eds.), *Clinical criminology: theory, research and practice* (pp. 85-99). Toronto: Canadian Scholars Press.
- Ferreira, A. (1960). The 'double-bind' and delinquent behavior. *Archives of General Psychiatry*, 3 (4), 359-367.
- Fonseca, A. (2002a). Uma escala de autocontrolo: Dados preliminares para a população portuguesa. *Psychologica*, 30, 193-202.
- Fonseca, A. (2002b). Comportamento anti-social e família: Novas abordagens para um velho problema. In A. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família* (pp. 1-14). Coimbra: Almedina.
- Fonseca, A. & Simões, A. (2002). A teoria geral do crime de Gottfredson e Hirschi: o papel do autocontrolo, da família e das oportunidades. In A. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família* (pp. 245-267). Coimbra: Almedina.
- Freud, S. (1996). Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade. In: S. Freud (Compil.), *Sigmund Freud: 1901-1905 - Um Caso de Histeria, Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade e Outros Trabalhos* (Vol. 7, pp. 119-229). Rio de Janeiro: Imago.

- Gallo, A. & Williams, L. (2005). Adolescentes em Conflito com a Lei: uma Revisão dos Factores de Risco para a Conduta Infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7 (1), 81-95.
- Gammer, C. & Cabié, M. (1999). *Adolescência e Crise Familiar*. Lisboa: Climepsi.
- Gonçalves, R. (2008). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- Gorall, D. & Olson, D. (1995). Circumplex model of family systems: Integrating ethnic diversity and other social systems. In: R. Mikesell, D. Lusteran & S. McDaniel (Eds.), *Integrating family therapy: Handbook of family psychology and systems theory* (pp. 217-233). Washington, DC: American Psychological Association.
- Gorman-Smith, D., Henry, D. & Tolan, P. (2004). Exposure to community violence and violence perpetration: The protective effects of family functioning. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 33 (3), 439-449.
- Gorman-Smith, D., Tolan, P., Zelli, A. & Huesmann, L. (1996). The relation of family functioning to violence among inner-city minority youths. *Journal of Family Psychology*, 10 (2), 115-129.
- Gottfredson, M. & Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime*. Stanford: Stanford University Press.
- Gouveia-Pereira, M. (2008). *Percepções de Justiça na Adolescência: a escola e a legitimação das autoridades institucionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Gouveia-Pereira, M, Abreu, S. & Martins, C. (2012). *Como Funcionam as Famílias de Adolescentes com Ideação Suicida?* Manuscript submitted for publication.
- Gouveia-Pereira, M., Coutinho, S., Gomes, H., Martins, C. & Miranda, M. (2013). *Validação do Instrumento FACES IV para a População Portuguesa*. Manuscript in preparation.
- Granieri, E. & Fazio, P. (2011). The Lombrosian prejudice in medicine: The case of Epilepsy, Epileptic psychosis, Epilepsy and Aggressiveness. *Journal of the Neurological Sciences*, 33 (1), 173-192.

- Hare, R. & Quinn, M. (1971). Psychopathy and autonomic conditioning. *Journal of Abnormal Psychology*, 77 (3), 223-235.
- Hawkins, J., Catalano, R., & Miller, J. (1992). Risk and protective factors for alcohol and other drug problems in adolescence and early adulthood: Implications for substance abuse prevention. *Psychological Bulletin*, 112 (1), 64-105.
- Henry, D., Tolan, P. & Gorman-Smith, D. (2001). Longitudinal family and peer group effects on violence and nonviolent delinquency. *Journal of clinical child psychology*, 30 (1), 172-186.
- Hirschi, T. (2002). *Causes of delinquency*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Hirschi, T. (2004). Self-control and crime. In R. Baumeister & K. Vohs. (Eds.) *Handbook of self-regulation: research, theory, and applications* (pp. 537-552). New-York: Guilford Press.
- Keijsers, L., Branje, S., Hawk, S., Schwartz, S., Frijns, T., Koot, H., Lier, P. & Meeus, W. (2012). Forbidden Friends as Forbidden Fruit: Parental Supervision of Friendships, Contact with Deviant Peers, and Adolescent Delinquency. *Child Development*, 83 (2), 651–666.
- Kernberg, O. (1994). *Internal world and external reality: object relations theory applied*. Northvale: Jason Aronson.
- Kernberg, O. (1995). *Agressão: nos transtornos de personalidade e nas perversões*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Klein, K., Forehand, R., Armistead, L. & Long, P. (1997). Delinquency During the Transition To Early Adulthood: Family and parenting predictors from early adolescence. *Adolescence*, 32 (125), 61-80.
- Kliewer, W., Murrelle, L., Prom, E., Ramirez, M. Obando, P., Sandi, L. & Karenkeris, M. (2006). Violence Exposure and Drug Use in Central American Youth: Family Cohesion and Parental Monitoring as Protective Factors. *Journal of Research on Adolescence*, 16 (3), 455–478.
- Kuhn, A. & Agra, C. (2010). *Somos todos criminosos?* Alfragide: Casa das Letras.

- Le Blanc, M. & Janosz, M. (2002). Regulação Familiar da Conduta Delinquente em Adolescentes. In A. Fonseca (Ed.), *Comportamento Anti-social e Família* (pp. 37-92). Coimbra: Almedina.
- Lehan, T., Stevens, L., Arango-Lasprilla, J., Sosa, D. & Jove, I. (2012). Balancing act: The influence of adaptability and cohesion on satisfaction and communication in families facing TBI in Mexico. *NeuroRehabilitation*, 30 (1), 75-86.
- Lombroso, C. & Ferrero, W. (2003). The criminal type in women and its atavistic origin. In E. McLaughlin, J. Muncie & G. Hughes (Eds.), *Criminological perspectives essential readings* (2^a ed., pp. 47-51). London: Thousand Oaks.
- Longshore, D., Chang, E. & Messina, N. (2005). Self-Control and Social Bonds: A Combined Control Perspective on Juvenile Offending. *Journal of Quantitative Criminology*, 21 (4), 419-437.
- MacCrae, R. & Costa, P. (2008). Empirical and theoretical status of the five-factor model of personality traits. In G. Boyle, G. Matthews & D. Saklofske (Eds.), *The SAGE handbook of personality theory and assessment: Personality theories and models* (Vol.1, pp. 273-294). Los Angeles: SAGE.
- Marôco, J. (2010). *Análise estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)* (4^a Ed.). Pêro Pinheiro: Report Number.
- Matherne, M. & Thomas, A. (2001). Family Environment as a Predictor of Adolescent Delinquency. *Adolescence*, 36 (144), 655-664.
- Matos, A. (2002). *Adolescência: o triunfo do pensamento e a descoberta do amor*. Lisboa: Climepsi.
- Maynard, P. & Olson, D. (1987). Circumplex Model of Family Systems: A Treatment Tool in Family Counseling. *Journal of Counseling & Development*, 65 (9), 502-504.
- McCord, J. (2002). Forjar criminosos na família. In A. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família* (pp. 15-36). Coimbra: Almedina.
- McGaha, J. & Leoni, E. (1995). Family violence, abuse, and related family issues of incarcerated delinquents with alcoholic parents compared to those with nonalcoholic parents. *Adolescence*, 30 (118), 473-482.

- Merton, R. (1968). Structure sociale et anomie. In A. Lévy (Ed.), *Psychologie sociale: textes fondamentaux, anglais et américains* (pp. 393-421). Paris: Dunod.
- Minuchin, S. (1988). *Famílias, Funcionamento e Tratamento*. São Paulo: Artes Médicas.
- Minuchin, S. & Fishman, H. (1981). *Family therapy techniques*. Cambridge: Harvard University.
- Moffitt, T. (2006). Life-course-persistent versus adolescence-limited antisocial behavior. In D. Cicchetti, D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Risk, disorder and adaptation* (pp. 570-598). Hoboken: John Wiley & Sons.
- Murray, J. & Farrington, D. (2010). Risk Factors for Conduct Disorder and Delinquency: Key Findings From Longitudinal Studies. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 55 (10), 633-642.
- Murray, J., Irving, B., Farrington, D., Colman, I. & Bloxsom, C. (2010). Very early predictors of conduct problems and crime: results from a national cohort study. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 51 (11), 1198-1207.
- Natakusumah, A., Piercy, F. Robert, L., Sprenckle, D. & Trepper, T. (1992). Cohesion and adaptability in families of adolescent drug abusers in the United States and Indonesia. *Journal of Comparative Family Studies*, 23 (3), 389-411.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis: trajetórias, intervenções e prevenção* (2^a ed.). Lisboa: Notícias.
- Newcomb, M., Abbott, R., Catalano, R., Hawkins, J., Battin-Pearson, S. & Hill, K. (2002). Mediational and deviance theories of late high school failure: Process roles of structural strains, academic competence, and general versus specific problem behavior. *Journal of Counseling Psychology*, 49 (2), 172-186.
- Olson, D. (1993). *Clinical Rating Scale (CRS) for the Circumplex Model of Marital and Family Systems*. Unpublished manuscript.
- Olson, D. (2000). Circumplex Model of Marital and Family Systems. *Journal of Family Therapy*, 22 (2), 144-167.
- Olson, D. (2010). *FACES: Scoring & Storing Data*. Unpublished manuscript.

- Olson, D. (2011). FACES IV and the Circumplex Model: Validation Study. *Journal of Marital & Family Therapy*, 3 (1), 64-80.
- Olson, D. & Gorall, D. (2003). Circumplex Model of Marital and Family Systems. In F. Walsh (Ed.), *Normal family processes: Growing diversity and complexity* (3^a ed., pp. 514-548). New York: Guilford Press.
- Olson, D. & Gorall, D. (2006). *FACES IV & the Circumplex Model*. Manuscript submitted for publication.
- Patterson, G., Dishion, T. & Bank, L. (1984). Family Interaction: A Process Model of Deviancy Training. *Aggressive Behavior*, 10 (3), 253-267.
- Patterson, G. & Stouthamer-Loeber, M. (1984). The correlation of family management practices and delinquency. *Child Development*, 55 (4), 1299-1307.
- Pereira, A. (2006). *Guia Prático de Utilização do SPSS: Análise de dados para ciências e psicologia* (6^a ed., Ed. rev.). Lisboa: Sílabo.
- Pestana, M. & Gageiro, J. (2003). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS* (3^a ed.). Lisboa: Sílabo.
- Pinatel, J. (1987). *Traite de droit pénal et de criminologie: ouvrage couronné par l'Académie des sciences morales et politiques: Criminologie* (Vol.3, 3^a ed.). Paris: Dalloz.
- Quetelet, A. (2003). Of the development of the propensity to crime. In E. McLaughlin, J. Muncie & G. Hughes (Eds.), *Criminological perspectives essential readings* (2^a ed., pp. 32-46). London: Thousand Oaks.
- Raux, M. (1890). *Nos jeunes détenus: étude sur l'enfance coupable avant, pendant et après son séjour au quartier correctionnel*. Lyon: A. Storck.
- Relvas, A. (1996). *O ciclo vital da Família: Perspectiva Sistémica*. Porto: Afrontamento.
- Rowe, D. & Osgood, D. (1984). Heredity and Sociological Theories of Delinquency: A Reconsideration. *American Sociological Review*, 49 (4), 526-540.
- Sampaio, D. (1994). *Vozes e Ruídos: Diálogos com Adolescentes* (4^a ed.). Lisboa: Caminho.

- Sampaio, D. (2006). *Lavrar o Mar: um novo olhar sobre o relacionamento entre pais e filhos*. Lisboa: Caminho.
- Sampaio, D. & Gameiro, J. (2005). *Terapia Familiar* (6ª ed). Porto: Afrontamento.
- Sampson, R. & Laub, J. (1994). Urban poverty and the family context of delinquency: A new look at structure and process in a classic study. *Child Development* 65 (2), 523-540.
- Sanches, C. & Gouveia-Pereira, M. (2010). Julgamentos de justiça em contexto escolar e comportamentos desviantes na adolescência. *Análise Psicológica*, 1 (28), 71-84.
- Sanches, C. & Gouveia-Pereira, M. (2013). *Construção e Validação da Escala de Comportamentos Desviantes*. Manuscript in preparation.
- Sanni, K., Udo, N., Okediji, A., Mado, F. & Eze, L. (2010). Family Types and Juvenile Delinquency Issues among Secondary School Students in Akwa Ibom State, Nigeria: Counseling Implications. *Journal of Social Sciences*, 23 (1), 21-28.
- Schneider, K. (1980). *Personalidades psicopáticas*. Madrid: Morata.
- Shields, G. & Clark, R. (1995). Family correlates of delinquency: Cohesion and adaptability. *Journal of Sociology and Social Welfare*, 22 (2), 93-106.
- Sprinthall, N. & Collins, A. (2003). *Psicologia do Adolescente: uma Abordagem Desenvolvimentista* (3ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stochholm, K., Bojesen, A., Jensen, A., Juul, S. & Gravholt, C. (2012). Criminality in men with Klinefelter's syndrome and XYY syndrome: a cohort study. *British Medical Journal*, 2 (1), 1-8.
- Tafá, M. & Baiocco, R. (2009). Addictive Behavior and Family Functioning During Adolescence. *The American Journal of Family Therapy*, 37 (5), 388-395.
- Tehrani, J. & Mednick, S. (2002). Influências Genéticas no Comportamento Criminal. In A. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família* (pp. 301-316). Coimbra: Almedina.
- Tompsett, C. & Toro, P. (2010). Predicting overt and covert antisocial behaviors: Parents, peers, and homelessness. *Journal of Community Psychology*, 38 (4), 469-485.

- Tolan, P., Gorman-Smith, D., Huesmann, L. & Zelli, A. (1997). Assessment of Family Relationship Characteristics: A Measure to Explain Risk for Antisocial Behavior and Depression Among Urban. *Psychological Assessment*, 9(3), 212-223.
- Torrente, G. & Vazsonyi, A. (2008). Brief Report: The Salience of the Family in Antisocial and Delinquent Behaviors Among Spanish Adolescents. *The Journal of Genetic Psychology*, 169 (2), 187-197.
- Tribuna, F. & Relvas, A. (2007). Famílias de acolhimento e vinculação na adolescência. In: A. Relvas & M. Alarcão (Eds.), *Novas formas de família* (2ª ed., pp. 53-119). Coimbra: Quarteto.
- Vazsonyi, A. & Huang, L. (2010). Where Self-Control Comes From: On the Development of Self-Control and Its Relationship to Deviance Over Time. *Developmental Psychology*, 46 (1), 245-257.
- Watzlawick, P., Beavin, J. & Jackson, D. (1993). *Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Cultrix.
- Webber, J. (1997). Comprehending youth violence: A practicable perspective. *Remedial and Special Education*, 18 (2), 94-104.
- Young, J. (2011). How Do They ‘End Up Together’? A Social Network Analysis of Self-Control, Homophily, and Adolescent Relationships. *Journal of Quantitative Criminology*, 27 (3), 251–273.
- Zimmerman, M., Steinman, K. & Rowe, K. (1998). Violence among urban Africa American adolescents: the protective effects of parental support. In X. Arriaga & S. Oskamp (Eds.), *Addressing community problems: psychological research and interventions* (pp. 78-103). London: Sage.

Anexos

Anexo A: Estatística Descritiva das Variáveis em Estudo.

Tabela A1

Estatística de Frequências da Variável Escolas.

Escolas	Frequência	Percentagem	
		Percentagem	Cumulativa
Agostinho Roseta	57	27.7	27.7
Alto do Lumiar	13	6.3	34.0
Passos Manuel	56	27.2	61.2
António Damásio	80	38.8	100
Total	206	100	

Tabela A2

Estatística de Frequência da Variável Nacionalidades.

	Frequência	Percentagem	
		Percentagem	Cumulativa
Portuguesa	178	86.4	88.1
Ucrânia	2	1.0	89.1
Cabo-Verde	6	2.9	92.1
Angola	1	.5	92.6
Suíça	2	1.0	93.6
Brasil	7	3.4	97.0
Nepal	1	.5	97.5
Moçambique	1	.5	98.0
Guineense	1	.5	98.5
São Tomé	1	.5	99.0
França	1	.5	99.5
Moldávia	1	.5	100
Total	202	98.1	

Anexo B: Análise das Qualidades Psicométricas dos Instrumentos em Estudo.

Tabela B1

Análise Descritiva das Subescalas do Instrumento FACES IV.

Subescalas FACES IV	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Assimetria (Skewness)	Achatamento (Kurtosis)
Coesão Equilibrada	1.43	4.86	3.7172	.57882	-1.215	2.533
Flexibilidade Equilibrada	1.57	4.71	3.4408	.52070	-.591	.692
Coesão Desagregada	1.00	4.86	2.6331	.61495	.537	.309
Coesão Aglutinada	1.43	4.29	2.6042	.50084	.487	.823
Flexibilidade Rígida	1.43	4.60	3.0357	.54558	.123	.262
Flexibilidade Caótica	1.14	4.57	2.5929	.61899	.338	.215
42 Itens do FACES IV	2.44	4.12	3.0045	.26964	1.119	3.128
Comunicação Familiar	1.00	5.00	3.4406	.78135	-.941	1.407

Tabela B2

Estatística Descritiva da Escala de Autocontrole.

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Assimetria (Skewness)	Achatamento (Kurtosis)
Escala de Autocontrole	4	55	23.918	10.166	.450	.160

Tabela B3

Estatística Descritiva da Escala de Comportamentos Desviantes.

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Assimetria (Skewness)	Achatamento (Kurtosis)
Escala de Comportamentos Desviantes	0	19	4.72	3.404	1.032	1.592

Anexo C: Análise Factorial dos Instrumentos em Estudo

Tabela C1

Teste de Validade da Análise Factorial (KMO) para a Escala FACES IV.

Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)		.713
Teste de Esfericidade de Bartlett	Qui-Quadrado Aprox.	2181.147
	<i>g.l.</i>	861
	<i>p</i>	.000

Tabela C2

Análise Factorial e Variância Explicada.

Componentes	<i>Eigenvalues</i> Iniciais			Extracção da Soma dos Quadrados		
	Total	% de Variância	% Cumulativa	Total	% de Variância	% Cumulativa
1	7.514	17.891	17.891	7.514	17.891	17.891
2	3.584	8.534	26.425	3.584	8.534	26.425
3	2.170	5.167	31.592	2.170	5.167	31.592
4	2.026	4.825	36.417	2.026	4.825	36.417
5	1.675	3.989	40.406	1.675	3.989	40.406
6	1.590	3.787	44.193			
7	1.547	3.684	47.877			
8	1.339	3.187	51.064			

Tabela C3

Teste de Validade da Análise Factorial (KMO) para a Escala de Autocontrolo.

Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)		.798
Teste de Esfericidade de Bartlett	Qui-Quadrado	1230.777
	Aproximado	
	<i>g.l.</i>	276
	<i>p</i>	.000

Tabela C4

Teste de Validade da Análise Factorial (KMO) para a Escala de Comportamentos Desviantes.

Kaiser-Meyer-Olkin (KMO)		.802
Teste de Esfericidade de Bartlett	Qui-Quadrado	951.359
	Aproximado	
	<i>g.l.</i>	171
	<i>p</i>	.000

Anexo D: Testes à Normalidade das Distribuições e à Homogeneidade das Variâncias.

Tabela D1

Teste à Normalidade da Distribuição para as Escalas do FACES IV.

Subescalas	N	Kolmogorov-Smirnov ^a		
		<i>Estatística</i>	<i>g.l.</i>	<i>p</i>
Coesão Equilibrada	206	.134	206	.000
Flexibilidade Equilibrada	206	.093	206	.000
Coesão Desagregada	206	.096	206	.000
Coesão Aglutinada	206	.102	206	.000
Flexibilidade Rígida	206	.068	206	.022
Flexibilidade Caótica	206	.069	206	.019
Comunicação Familiar	206	.102	206	.000

^a. Correção de Significância Lilliefors.

Tabela D2

Teste à Normalidade para os Rácios do Modelo Circumplexo.

Subescalas	N	Kolmogorov-Smirnov ^a		
		<i>Estatística</i>	<i>g.l.</i>	<i>p</i>
Rácio de Coesão Familiar	206	.039	206	.200
Rácio de Flexibilidade Familiar	206	.046	206	.200
Rácio do Funcionamento Familiar	206	.048	206	.200

^a. Correção de Significância Lilliefors.

Tabela D3

Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias dos Rácio do Modelo Circumplexo segundo o Género.

		Estatística de Levene	<i>g.l.1</i>	<i>g.l.2</i>	<i>p</i>
Rácio de Coesão Familiar	Baseado na Média	2.812	1	204	.095
	Baseado na Mediana	2.822	1	204	.095
Rácio de Flexibilidade Familiar	Baseado na Média	1.415	1	204	.236
	Baseado na Mediana	1.408	1	204	.237
Rácio do Funcionamento Familiar	Baseado na Média	4.175	1	204	.042
	Baseado na Mediana	4.261	1	204	.040

Tabela D4

Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias do Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Presença de Irmãos.

		Estatística de Levene	<i>g.l.1</i>	<i>g.l.2</i>	<i>p</i>
Rácio do Funcionamento Familiar	Baseado na Média	.744	1	199	.389
	Baseado na Mediana	.645	1	199	.423

Tabela D5

Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias do Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Posição na Fratria.

		Estatística de Levene	<i>g.l.1</i>	<i>g.l.2</i>	<i>p</i>
Rácio do Funcionamento Familiar	Baseado na Média	1.075	2	170	.344
	Baseado na Mediana	1.158	2	170	.317

Tabela D6

Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias do Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Situação Conjugal.

		Estatística de Levene	<i>g.l.1</i>	<i>g.l.2</i>	<i>p</i>
Rácio do Funcionamento Familiar	Baseado na Média	.359	2	203	.699
	Baseado na Mediana	.355	2	203	.702

Tabela D7

Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias do Autocontrole segundo o Género dos Participantes.

		Estatística de Levene	<i>g.l.1</i>	<i>g.l.2</i>	<i>p</i>
Escala de Autocontrole	Baseado na Média	.167	1	204	.683
	Baseado na Mediana	.069	1	204	.793

Tabela D8

Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias do Comportamento Desviante segundo o Género dos Participantes.

		Estatística de Levene	<i>g.l.1</i>	<i>g.l.2</i>	<i>p</i>
Comportamento Desviante	Baseado na Média	20.610	1	204	.000
	Baseado na Mediana	20.262	1	204	.000

Tabela D9

Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias dos Quartis do Funcionamento Familiar.

Comportamento Desviante	Estatística	<i>g.l.1</i>	<i>g.l.2</i>	<i>p</i>
Baseado na Média	1.278	3	202	.283
Baseado na Mediana	.905	3	202	.439

Tabela D10

Teste de Levene para a Homogeneidade das Variâncias do Autocontrolo Segundo os Quartis do Funcionamento Familiar.

Autocontrolo	Estatística	<i>g.l.1</i>	<i>g.l.2</i>	<i>p</i>
Baseado na Média	2.841	3	202	.039
Baseado na Mediana	2.722	3	202	.045

Anexo E: Autorização dos encarregados de Educação.



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA



Lisboa, __ de ____ de 2013

Exmo(a). Senhor(a) Encarregado(a) de Educação,

No âmbito da realização de um Mestrado em Psicocriminologia, sob a orientação da Prof(a). Doutora Maria Gouveia-Pereira, do ISPA – *Instituto Universitário*, o Dr. Hugo Gomes está a levar a cabo um estudo sobre o funcionamento familiar e comportamentos desviantes na adolescência.

Para tal, foi solicitada a colaboração do Estabelecimento de Ensino _____ - Lisboa, no sentido dos alunos com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos de idade preencherem um questionário. O preenchimento do questionário é voluntário e ocorrerá uma única vez, no final de uma aula, tendo uma duração aproximada de 20 minutos. O questionário é anónimo e confidencial.

Vimos assim pedir-lhe autorização para que o seu educando participe neste estudo. Nesse sentido, solicitamos que destaque este documento pelo tracejado e o devolva ao Diretor de Turma, depois de preenchido e assinado, até ao próximo dia __ de ____ de 2013.

Com os meus melhores cumprimentos,

O investigador,

Hugo Gomes

.....
☐ AUTORIZO
☐ NÃO AUTORIZO

que o/a meu/minha educando/a (nome) _____
participe no estudo sobre o funcionamento familiar e comportamentos desviantes na
adolescência, que será realizado no estabelecimento de ensino
_____ – Lisboa, durante o mês de ____ de 2013.

Assinatura do Encarregado de Educação: _____

Anexo F: Folha de rosto do Questionário Preenchido pelos Participantes.



Olá!

Somos do ISPA - Instituto Universitário.

Estamos a desenvolver um estudo para conhecermos algumas características dos jovens, bem como das suas famílias. Estamos também interessados nos comportamentos que os jovens da tua idade podem ter.

O QUESTIONÁRIO É ANÓNIMO e CONFIDENCIAL.

Não existem respostas certas ou erradas e o seu preenchimento demora cerca de 20 minutos.

Antes de responderes ao questionário, pedimos que preenchas estes dados:

Sexo: Masculino____

Feminino____

Idade: ____ anos.

Ano de escolaridade:____ ano.

Tens irmãos?____ Quantos?____ Idades:_____

Nacionalidade (onde nasceste?):_____

Os teus pais: vivem juntos? ☐
vivem separados? ☐
Outros:_____

Anexo G: Estatística Descritiva dos Rácios do Modelo Circumplexo.

Tabela G1

Estatística Descritiva dos Rácios do Modelo Circumplexo.

Rácios	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Assimetria (Skewness)	Achatamento (Kurtosis)
Rácio de Coesão Familiar	.37	2.56	1.4676	.37094	.012	.037
Rácio de Flexibilidade Familiar	.53	2.07	1.2480	.25829	.215	.606
Rácio de Funcionamento Familiar	.45	2.04	1.3578	.28418	-.101	.310

Tabela G2

Análise da Correlação de Pearson entre o Rácio do Funcionamento Familiar e Comunicação Familiar.

Rácios do Modelo Circumplexo	I	II
I. Rácio do Funcionamento Familiar	<i>Estatística de Teste</i> <i>p</i>	1
II. Comunicação Familiar	<i>Estatística de Teste</i> <i>p</i>	.622*** .000

***. $p < .001$.

Tabela G3

Análise das Correlações de Pearson entre os Rácios do Modelo Circumplexo e a Idade dos Participantes.

Variável	Rácio de Coesão Familiar	Rácio de Flexibilidade Familiar	III. Rácio de Funcionamento Familiar
Idade	<i>Estatística</i> <i>p</i>	.086 .219	.106 .130
			.104 .136

Tabela G4

Estatística Descritiva dos Rácios do Modelo Circumplexo segundo o Género.

	Género	N	Média	Desvio Padrão
Rácio de Coesão Familiar	Masculino	79	1.3695	.32032
	Feminino	127	1.5286	.38804
Rácio de Flexibilidade Familiar	Masculino	79	1.2304	.24175
	Feminino	127	1.2589	.26842
Rácio do Funcionamento Familiar	Masculino	79	1.3000	.24865
	Feminino	127	1.3938	.29953

Tabela G5

Teste t-Student para as diferenças dos Rácio do Modelo Circumplexo segundo o Género.

Teste de Levene: Homogeneidade das Variâncias				Teste t-student para Homogeneidade das Médias		
Homogeneidade das Variâncias				t	g.l.	P
Rácio de Coesão Familiar	Assumida	2.812	.095	-3.053	204	.003
	Não Assumida			-3.191	188.280	.002
Rácio de Flexibilidade Familiar	Assumida	1.415	.236	-.770	204	.442
	Não Assumida			-.789	178.517	.431
Rácio do Funcionamento Familiar	Assumida	4.175	.042	-2.328	204	.021
	Não Assumida			-2.431	187.699	.016

Tabela G6

Estatística Descritiva do Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Existência de irmãos.

	Tem irmãos?	N	Média	Desvio Padrão
Rácio do Funcionamento Familiar	Sim	176	1.3590	.28213
	Não	25	1.3522	.32361

Tabela G7

Teste t-Student para as Diferenças do Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Existência de Irmãos.

	Teste de Levene: Homogeneidade das Variâncias			Teste t-student para Homogeneidade das Médias		
	Homogeneidade das Variâncias					
	Variâncias	F	p	t	g.l.	P
Existência de irmãos	Assumida	.744	.389	.110	199	.913
	Não Assumida			.099	29.415	.922

Tabela G8

Estatística Descritiva do Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Variável Posição na Fratria.

	Posição na Fratria	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Rácio do Funcionamento Familiar	Mais velho	59	1.3571	.03778	.63	1.97
	Do meio	37	1.3305	.03967	.84	2.04
	Mais novo	77	1.3710	.03423	.60	2.04

Tabela G9

ANOVA One-way para o Rácio do Funcionamento Familiar Segundo a Posição na Fratria.

Fonte	Tipo III Soma dos Quadrados	<i>g.l.</i>	Média dos Quadrados	F	<i>p</i>	Dimensão do Efeito	Potência do Teste
Modelo Corrigido	.041	2	.020	.251	.778	.003	.089
Intercepção	289.169	1	289.169	3553.18	.000	.954	1.000
Posição Fratria	.041	2	.020	.251	.778	.003	.089
Erro	13.835	170	.081				
Total	332.719	173					
Total Corrigido	13.876	172					

Tabela G10

Estatística Descritiva do Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Situação Conjugal.

	Os teus pais?	N	Média	Desvio Padrão
Rácio do Funcionamento Familiar	Vivem juntos	115	1.3748	.28503
	Vivem separados	79	1.3349	.28846

Tabela G11

Teste *t*-Student para as diferenças de Rácio do Funcionamento Familiar segundo a Situação Conjugal.

Teste de Levene: Homogeneidade das Variâncias				Teste <i>t</i> -student para Homogeneidade das Médias		
Homogeneidade das Variâncias				t	<i>g.l.</i>	<i>p</i>
Situação Conjugal	Assumida	.216	.643	.954	192	.341
	Não Assumida			.952	166.476	.342

Anexo H: Estatística Descritiva da Escala de Autocontrole.

Tabela H1

Análise da Correlação de Pearson entre o Autocontrole e Idade dos Participantes.

Variável	Autocontrole
Idade	<i>Estatística de Teste</i>
	<i>p</i>

*. $p < .05$.

Tabela H2

Estatística Descritiva do Autocontrole Segundo o Género.

	Género	N	Média	Desvio Padrão
Autocontrole	Masculino	79	28.025	9.835
	Feminino	127	21.362	9.546

Tabela H3

Teste t-Student para as Diferenças de Autocontrole segundo o Género dos Participantes.

Teste de Levene: Homogeneidade das Variâncias				Teste t-Student para Homogeneidade das Médias		
Homogeneidade das Variâncias						
	Variâncias	F	p	t	g.l.	p
Autocontrole	Assumida	.167	.683	4.815	204	.000
	Não Assumida			4.782	161.811	.000

Anexo I: Estatística Descritiva da Escala de Comportamentos Desviantes.

Tabela I1

Estatística Descritiva da Escala de Comportamentos Desviantes.

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Assimetria (Skewness)	Achatamento (Kurtosis)
Comportamentos Desviantes	0	19	4.72	3.404	1.032	1.592

Tabela I2

Análise das Correlações de Pearson entre o Comportamento Desviantes e Idade dos Participantes.

Variável	Comportamentos Desviantes
Idade	-.061
	<i>Estatística de Teste</i>
	<i>p</i>
	.381

Tabela I3

Análise Descritiva do Comportamento Desviante pela Idade dos Participantes.

Idade	N	Média	Desvio Padrão
12	3	3	3.606
13	6	2.5	2.429
14	5	3.2	3.114
15	20	6.6	4.210
16	38	5.92	3.787
17	58	4.55	3.288
18	45	3.71	2.302
19	31	4.68	3.370

Tabela I4

Estatística Descritiva do Comportamento Desviante Segundo o Género.

	Género	N	Média	Desvio Padrão
Comportamento Desviante	Masculino	79	6.06	4.115
	Feminino	127	3.89	2.558

Tabela I5

Teste de Wilcoxon-Mann-Whitney para as diferenças do Comportamento Desviante Segundo o Género.

Variável	Comportamentos Desviantes
Género	<i>Estatística de teste</i>
	<i>Mann-Whitney U</i>
	3461 ***
	<i>Estatística de teste</i>
	<i>Wilcoxon W</i>
	11589 ***
	<i>p</i>
	.000

. $p < .001$.

Tabela I6

Análise das Correlações de Pearson entre o Autocontrolo e o Comportamento Desviante.

Variável	Comportamentos Desviantes
Autocontrolo	<i>Estatística de Teste</i>
	.480 ***
	<i>p</i>
	.000

. $p < .001$.

Anexo J: Análise Estatística Referente ao Teste da Relação entre o Funcionamento Familiar e o Comportamento Desviante.

Tabela J1

Estatística de Frequências da Dicotomização do Rácio de Funcionamento Familiar.

Rácio	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Disfuncional (≤ 1)	19	9.2	9.2
Funcional (> 1)	187	90.8	100
Total	206	100	

Tabela J2

Análise das Correlações de Pearson entre o Rácio de Funcionamento Familiar e o Comportamento Desviante.

Variável	Comportamentos Desviantes
Rácio do Funcionamento Familiar	<i>Estatística de Teste</i>
	<i>p</i>

-.166*

.017

*. $p < .05$.

Tabela J3

Análise das Correlações de Pearson entre o Comportamento Desviante e os Rácios de Coesão e Flexibilidade Familiar.

Variável	Rácio de Coesão Familiar	Rácio de Flexibilidade Familiar
Desvio	<i>Estatística de Teste</i>	
	<i>p</i>	

-.173*

-.116

.013

.096

*. $p < .05$.

Tabela J4

Distribuição Quartílica do Rácio de Funcionamento Familiar.

Rácio do Funcionamento Familiar	Percentis		
	25	50	75
Média Ponderada	1.2004	1.3456	1.5510

Tabela J5

Estatística de Frequências do Comportamento Desviante segundo os Quartis do Rácio de Funcionamento Familiar.

Quartis	Frequência	Média	Desvio Padrão
Muito Disfuncional	51	6.06	4.101
Disfuncional	52	4.23	2.888
Funcional	52	4.62	3.291
Muito Funcional	51	4.00	2.919

Tabela J6

Teste ANOVA One-way para as Diferenças das Médias de Comportamento Desviante entre os Quartis do Rácio do Funcionamento Familiar.

Fonte	Tipo III Soma dos Quadrados	g.l.	Média dos Quadrados	F	p	Dimensão do Efeito	Potência do Teste
Modelo Corrigido	130.866	3	43.622	3.926	.009	.055	.825
Intercepção	460.,068	1	4601.068	414.111	.000	.672	1.000
Quartis	130.866	3	43.622	3.926	.009	.055	.825
Erro	2244.362	202	11.111				
Total	6971.000	206					
Total Corrigido	2375.228	205					

Tabela J7

Teste Post Hoc de Tukey para as Diferenças do Comportamento Desviante entre os Grupos de Quartis do Rácio do Funcionamento Familiar.

(I) Quartis Rácio	(J) Quartis Rácio	Diferenças Médias (I-J)	Desvio Padrão	<i>p</i>
Muito Disfuncional	Disfuncional	1.83*	.657	.030
	Funcional	1.44	.657	.127
	Muito Funcional	2.06*	.660	.011
Disfuncional	Muito Disfuncional	-1.83*	.657	.030
	Funcional	-.38	.654	.936
	Muito Funcional	.23	.657	.985
Funcional	Muito Disfuncional	-1.44	.657	.127
	Disfuncional	.38	.654	.936
	Muito Funcional	.62	.657	.785
Muito Funcional	Muito Disfuncional	-2.06*	.660	.011
	Disfuncional	-.23	.657	.985
	Funcional	-.62	.657	.785

*. $p < .05$.

Tabela J8

Distribuição Quartílica das Subescalas Desequilibradas do FACES IV.

Subescalas FACES IV	Percentis		
	25	50	75
Coesão Desagregada	2.1429	2.5714	3.1429
Coesão Aglutinada	2.2857	2.5714	2.8571
Flexibilidade Rígida	2.7143	3.0000	3.4286
Flexibilidade Caótica	2.1429	2.5714	3.0000

Tabela J9

Estatística de Frequências para os Quartis das Subescalas de Coesão e Flexibilidade Desequilibradas.

Subescala	Quartis	N
Desagregada	Nada Desagregada	58
	Pouco Desagregada	38
	Algo Desagregada	73
	Muito Desagregada	37
Aglutinada	Nada Aglutinada	38
	Pouco Aglutinada	55
	Algo Aglutinada	52
	Muito Aglutinada	61
Rígida	Nada Rígida	66
	Pouco Rígida	44
	Algo Rígida	52
	Muito Rígida	44
Caótica	Nada Caótica	62
	Pouco Caótica	28
	Algo Caótica	77
	Muito Caótica	39

Tabela J10

Análise das Correlações de Pearson entre o Comportamento Desviante e as Subescalas de Coesão Familiar Desequilibradas.

Variável	Quartis da Subescala Desagregada	Quartis da Subescala Aglutinada
Desvio	<i>Estatística de Teste</i>	
	<i>p</i>	

^{**}. $p < .01$.

Tabela J11

Análise das Correlações de Pearson entre o Comportamento Desviante e as Subescalas de Flexibilidade Familiar Desequilibradas.

Variável	Quartis da Subescala	
	Rígida	Caótica
Desvio	<i>Estatística de Teste</i>	-.008
	<i>p</i>	.189**
		.006

** . $p < .01$.

Anexo K: Análise Estatística Referente ao Teste da Relação entre o Funcionamento Familiar e o Autocontrole.

Tabela K1

Análise das Correlações de Pearson entre o Rácio de Funcionamento Familiar e o Autocontrole.

Variável	Autocontrole
Rácio de Funcionamento Familiar	<i>Estatística de Teste</i> -.147**
	<i>p</i> .035

** . $p < .01$.

Tabela K2

Estatística Descritiva do Autocontrole segundo os Quartis do Rácio de Funcionamento Familiar.

Rácio	Frequência	Média	Desvio Padrão
Muito Disfuncional	51	27.1765	12.56456
Disfuncional	52	25.0192	9.14693
Funcional	52	21.9038	8.84121
Muito Funcional	51	21.5882	8.88634

Tabela K3

Teste de Kruskal-Wallis para as Diferenças do Autocontrole Segundo os Quartis do Funcionamento Familiar.

Funcionamento Familiar	Autocontrole
<i>Estatística de teste</i> <i>Kruskal-Wallis</i>	9.343*
Quartis	3
<i>g.l.</i>	
<i>p</i>	.025

* . $p < .05$.

Tabela K4

Teste Post Hoc LSD de Fisher para as Diferenças do Autocontrole entre os Grupos de Quartis do Rácio do Funcionamento Familiar.

(I) Quartis Rácio	(J) Quartis Rácio	Diferenças Médias (I-J)	Desvio Padrão	p
Muito Disfuncional	Disfuncional	2.15724	1.96564	.274
	Funcional	5.27262**	1.96564	.008
	Muito Funcional	5.58824**	1.97515	.005
Disfuncional	Muito Disfuncional	-2.15724	1.96564	.274
	Funcional	3.11538	1.95607	.113
	Muito Funcional	3.43100	1.96564	.082
Funcional	Muito Disfuncional	-5.27262**	1.96564	.008
	Disfuncional	-3.11538	1.95607	.113
	Muito Funcional	.31561	1.96564	.873
Muito Funcional	Muito Disfuncional	-5.58824**	1.97515	.005
	Disfuncional	-3.43100	1.96564	.082
	Funcional	-.31561	1.96564	.873

** . $p < .01$.

Tabela K5

Teste de Correlação de Pearson para a Associação entre o Autocontrole e os Quartis das Subescalas de Coesão Desagregada e Aglutinada.

Variável	Quartis da Subescala	
	Desagregada	Aglutinada
Autocontrole	<i>Estatística de Teste</i>	.222**
	<i>p</i>	.001
		.154*
		.028

* . $p < .05$, ** . $p < .01$.

Tabela K6

Teste de Correlação de Pearson para a Associação entre o Autocontrole e os Quartis das Subescalas de Flexibilidade Rígida e Caótica.

Variável	Quartis da Subescala	
	Rígida	Caótica
Autocontrole	<i>Estatística de Teste</i>	.166*
	<i>p</i>	.017
		.181**
		.009

* . $p < .05$, ** . $p < .01$.

Anexo L: Análise Estatística Referente ao Teste do Modelo de Mediação.

Tabela L1

Sumário do Modelo de Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar e o Autocontrole.

Modelo	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	.147	.022	.017	10.08103	1.815

Tabela L2

ANOVA da Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar e o Autocontrole.

Modelo		Soma dos Quadrados	g.l.	Média dos Quadrados	F	p
1	Regressão	455.644	1	455.644	4.483	.035
	Residual	20731.953	204	101.627		
	Total	21187.597	205			

Tabela L3

Coefficientes da Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar e o Autocontrole.

		Coeficientes não Estandarizados		Coeficientes Estandarizados	t	p
Modelo		B	Erro Padrão	Beta		
1	(Constante)	31.041	3.437		9.032	.000
	Rácio FACES	-5.246	2.478	-.147	-2.117	.035

Tabela L4

Sumário do Modelo de Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar e o Comportamento Desviante.

Modelo	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	.166	.027	.023	3.365	1.593

Tabela L5

ANOVA da Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar e o Comportamento Desviante.

Modelo		Soma dos Quadrados	g.l.	Média dos Quadrados	F	p
1	Regressão	65.216	1	65.216	5.759	.017
	Residual	2310.012	204	11.324		
	Total	2375.228	205			

Tabela L6

Coefficientes da Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar e o Comportamento Desviante.

Modelo		Coeficientes não Estandarizados		Coeficientes Estandarizados		p
		B	Erro Padrão	Beta	t	
1	(Constante)	7.418	1.147		6.467	.000
	Rácio FACES	-1.985	.827	-.166	-2.400	.017

Tabela L7

Sumário do Modelo de Regressão Linear entre o Autocontrole e o Comportamento Desviante.

Modelo	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	.480	.230	.227	2.994	1.750

Tabela L8

ANOVA da Regressão Linear entre o Autocontrole e o Comportamento Desviante Juvenil.

Modelo		Soma dos Quadrados	g.l.	Média dos Quadrados	F	p
1	Regressão	546.982	1	546.982	61.034	.000
	Residual	1828.246	204	8.962		
	Total	2375.228	205			

Tabela L9

Coefficientes da Regressão Linear entre o Autocontrole e o Comportamento Desviante.

Modelo		Coeficientes não Estandarizados		Coeficientes Estandarizados	t	p
		B	Erro Padrão	Beta		
1	(Constante)	.880	.534		1.648	.101
	Rácio FACES	.161	.021	.480	7.812	.000

Tabela L10

Output das Correlações do Modelo de Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar, Autocontrole e o Comportamento Desviante.

		Desviância	Rácio FACES	Autocontrole
<i>Coefficiente de Correlação de Pearson</i>	<u>Desviância</u>	1	-.166	.480
	<u>Rácio FACES</u>	-.166	1	-.147
	<u>Autocontrole</u>	.480	-.147	1
<i>p</i>	<u>Desviância</u>	-	.009	.000
	<u>Rácio FACES</u>	.009	-	.018
	<u>Autocontrole</u>	.000	.018	-

Tabela L11

Sumário do Modelo de Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar, Autocontrole e o Comportamento Desviante.

Modelo	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	.480	.230	.227	2.994	1.75

Tabela L12

ANOVA da Regressão Linear entre o Rácio do Funcionamento Familiar, Autocontrole e o Comportamento Desviante.

Modelo		Soma dos Quadrados	g.l.	Média dos Quadrados	F	p
1	Regressão	546.982	1	546.982	61.034	.000
	Residual	1828.246	204	8.962		
	Total	2375.228	205			

Tabela L13

Coefficientes de Regressão Stepwise entre o Rácio do Funcionamento Familiar, Autocontrole e o Comportamento Desviante.

Modelo		Coeficientes Não Estandarizados		Coeficientes Estandarizados	t	p
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	.880	.534		1.648	.101
	Autocontrole	.161	.021	.480	7.812	.000

Tabela L14

Variáveis Excluídas da Regressão Stepwise entre o Rácio do Funcionamento Familiar, Autocontrole e o Comportamento Desviante.

Modelo	Beta In	t	p	Correlação Parcial	Colinearidade Tolerância
1 Rácio FACES	-.097	-1.575	.117	-.110	.978